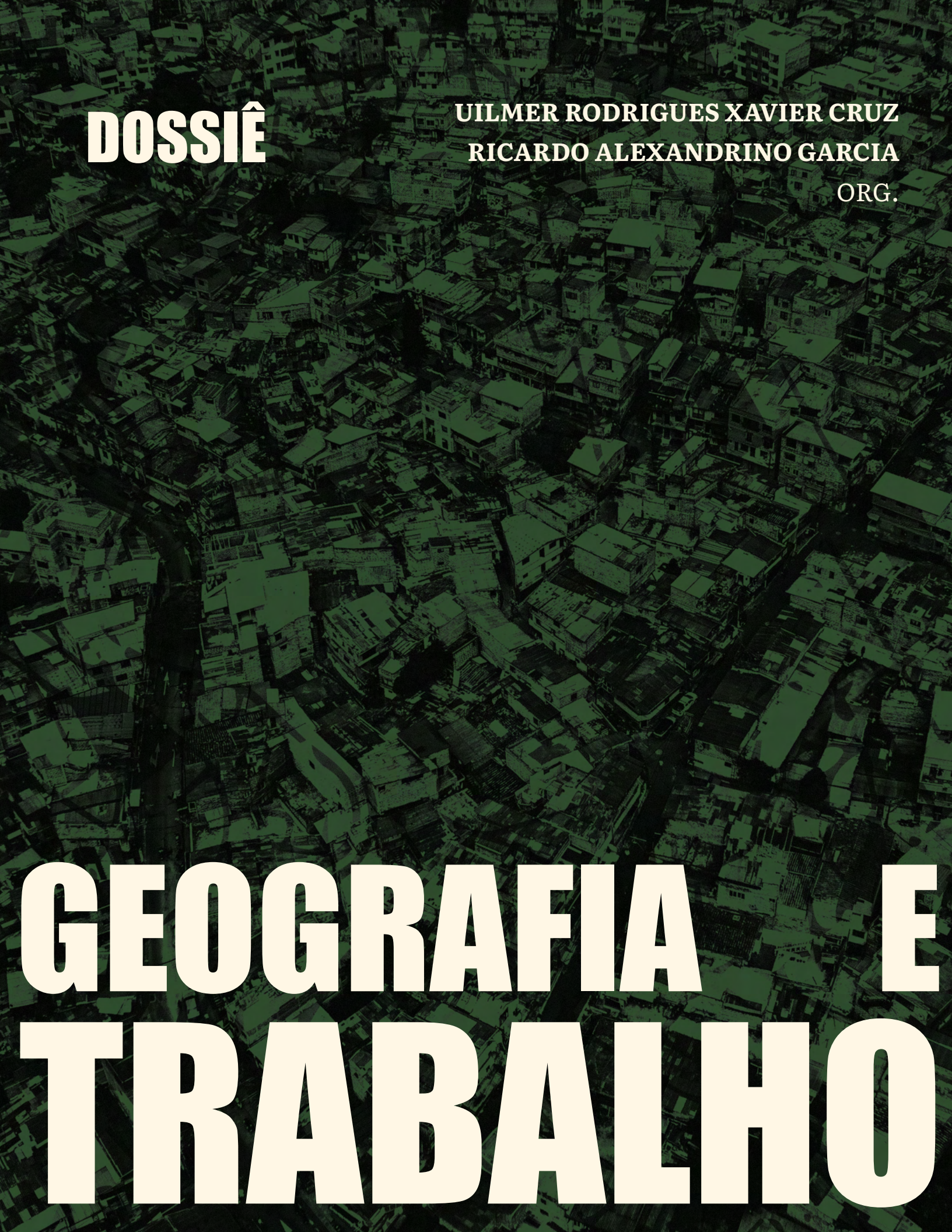




DOSSIÊ

UILMER RODRIGUES XAVIER CRUZ

RICARDO ALEXANDRINO GARCIA

ORG.

GEOGRAFIA E TRABALHO

AUTORES(AS):

Deivid Filipe O. Almeida

Edson José de Paulo Junior

Gabriel de Paula Oliveira

Gabriel Victor Martins de Campos

Joel Raimundo de Araújo

Kivia Ranielly Costa

Marcela Peruzzo de Souza

Pedro Henrique Ferreira Martins

Uriel Soares Valadares

Washington Malaquias Soares

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

ORGANIZADORES:

**UILMER RODRIGUES XAVIER CRUZ
RICARDO ALEXANDRINO GARCIA**

DOSSIÊ GEOGRAFIA E TRABALHO

Dossiê realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”. Bolsa de pós-doutorado - (PIPD).

**BELO HORIZONTE
2026**

Copyright © 2026 by os autores(as) – Todos os direitos reservados aos autores. A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste livro só é autorizada pelos organizadores. A violação dos direitos dos autores, conforme Lei nº 9.610/98 é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Dados da Editora: Clube de Autores Publicações S/A Av. Juscelino Kubitschek, 350 – 2º andar – Centro – Joinville - SC, 89201-100 <https://clubedeautores.com.br/atendimento@clubedeautores.com.br> CNPJ: 16.779.786/0001-27

Coordenação Editorial: José Flávio da Paz.

Editoração: Casa Literária Enoque Cardozo.

Diagramação e Projeto gráfico: Anna Moraes

Revisão: Prof Uilmer Rodrigues Xavier da Cruz e Prof Ricardo Alexandrino Garcia

Edição em Versão Impressa: 2026

Edição em Versão Digital: 2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Edição: 1, Ano: 2026

ISBN 978-65-5480-458-5



C957c Cruz, Uilmer Rodrigues Xavier da. Garcia, Ricardo Alexandrino, Araújo, Joel Raimundo de, Martins, Pedro Henrique Ferreira Martins, Valadares, Uriel Soares Valadares, Paulo Junior, Edson José de, Soares, Washington Malaquias, Costa, Kivia Ranielly Costa, Almeida, Deivid Filipe Oliveira, Campos, Gabriel Victor Martins de Campos, Paula, Gabriel de, Souza, Marcela Peruzzo.

Dossiê Geografia e trabalho / Uilmer Rodrigues Xavier da Cruz; Ricardo Alexandrino Garcia. Joinville, SC: Casa de Bonecas Editora, 2026.

297 p.; il.

Recurso digital

Formato: PDF

Requisitos do sistema: Multiplataforma

ISBN: 978-65-5480-458-5

DOI: 10.29327/5828324

1. Geografia. 2. Trabalho. 3. Capitalismo. 4. Produção Social.
5. Gênero do trabalho. 6. Racismo estrutural do trabalho. II. Garcia,
Ricardo Alexandrino.

III. Título.

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. José Flávio da Paz

Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Regional do Cariri-PPGL/URCA/Brasil; Professor Associado (PRO BONO) do Programa de Pós-Graduação em Educação da Logos University International-PPGE/Unilogos/Estados Unidos da América; Diretor do Centro Cultural, Educacional e Tecnológico para a Paz-FAPAZ. Presidente do Conselho Editorial/Organizador

COMISSÃO ASSESSORA/ORGANIZADORA

Prof. Dr. Cassio Hartmann

Logos University International-Unilogos/Estados Unidos da América e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas-IFAL/Brasil.

Prof. Dr. Jefferson da Silva Moreira

Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP/Brasil.

Prof. Dr. Luiz Gonzaga Lapa Junior

Universidade de Brasília-UnB/Brasil.

Prof. Dr. Nicolás Matías Campodónico

Universidad de Monterrey-UDem/México.

Prof. Dr. Uilmer Rodrigues Xavier da Cruz

Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG/Brasil.

Prof. Dr. Wanderson Santos de Farias

Logos University International-Unilogos/Estados Unidos da América.

Profa. Dra. Ana Eugenia González Chena

Universidad San Carlos-USC/Paraguai.

Profa. Dra. Eva da Silva Alves

Temática Editora e Cursos/Brasil.

Profa. Dra. Michele Aparecida Cerqueira Rodrigues

Logos University International-Unilogos Estados Unidos da América.

Profa. Dra. Miriam Paulo da Silva Oliveira

University of Orlando/Estados Unidos da América.

Profa. Dra. Mônica Beatriz Marzetti

Equipo Terapéutico Villa Urquiza/Argentina e Universidad de Flores
UFLO/Argentina.

Profa. Dra. Mônica Dina Chilongo Jová

Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda-ISCED-
Cabinda/Angola.

Profa. Dra. Raquel Coutinho Veloso

Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Brasil

Profa. Dra. Roseli Trevisan Marques de Souza

Logos University International-Unilogos/USA e Centro Paula Souza-CPS/Brasil.

Profa. Dra. Verônica Belfi Roncetti Paulino

Universidade Federal do Espírito Santo-UFES/Brasil.

Profa. Ma. Elaine Silva Mateus

Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ/Brasil.

Profa. Ma. Jane Lúcia Ferreira de Souza Silva

Centro Universitário Aparício Carvalho-FIMCA/Brasil.

Profa. Ma. Maria José Bestete de Miranda

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales-FICS/Paraguai.

Profa. Ma. Rute Barboza da Silva

Universidad Nacional de Rosario-UNR/Argentina e Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho-SEMED-PVH/Brasil.

Prof. Me. Pedro Paulino da Silva

Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Espírito Santo SEDU-ES/Brasil.

Prof. Me. Jarliso da Silva Almeida

Centro Universitário UNIPLAN/Brasil.

Profa. Ma. Lidianne Silva dos Santos

Universidade Federal de Rondônia-UNIR e Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho-SEMED-PVH/Brasil.

Prof. Esp. Luiz Carlos de Araujo

Universidade Federal de Rondônia-UNIR/Brasil.

Prof. Esp. Walter Brito Bezerra Júnior

Must University/Estados Unidos da América.

Prof. Me. Willian Barbosa Caetano

Universidade do Estado do Mato Grosso- UNEMAT/Brasil.

EPÍGRAFE

Prof. Dr. Uilmer Rodrigues Xavier da Cruz

Prof. Dr. Ricardo Alexandrino Garcia

A relação entre espaço e trabalho é central para compreender as dinâmicas socioeconômicas que moldam o mundo contemporâneo. O capitalismo, ao longo de sua consolidação, reorganizou territórios e redefiniu as condições de vida da classe trabalhadora, estabelecendo hierarquias espaciais que determinam acessos, oportunidades e desigualdades. A mobilidade do trabalho, frequentemente apresentada como liberdade, revela-se, na realidade, uma adaptação compulsória às exigências do sistema produtivo.

Desse modo, a cidade, enquanto palco da luta de classes, reflete essas contradições ao estruturar-se de maneira desigual. A segregação espacial, a falta de infraestrutura e a precarização das condições de moradia e transporte são expressões diretas da exploração do trabalho. O espaço urbano, longe de ser apenas um local de circulação e produção, é também um mecanismo de controle e exclusão, no qual a lógica do capital dita quem pode usufruir dos direitos à cidade e quem é forçado à marginalização.

Além disso, a divisão internacional do trabalho reforça a dependência econômica e a expropriação de recursos, perpetuando um modelo que concentra riquezas em centros hegemônicos e impõe condições de exploração aos países periféricos. Nesse contexto, o trabalhador imigrante torna-se um símbolo da crise capitalista, deslocado pela busca por sobrevivência e submetido a novas formas de opressão e humilhação. O trabalho invisível, em especial o feminino e racializado, sustenta essa engrenagem, evidenciando que as

desigualdades vão além da classe e atravessam também o gênero e a raça.

A apropriação privada de bens comuns, a mercantilização dos espaços e a especulação imobiliária reforçam um modelo de cidade que serve ao capital, enquanto expulsa os trabalhadores para periferias desprovidas de direitos básicos. Dessa forma, a luta pelo espaço torna-se, simultaneamente, uma luta pelo trabalho e pela dignidade.

Diante dessas contradições, pensar a geografia do trabalho é pensar a própria estrutura do sistema econômico em que vivemos. A resistência da classe trabalhadora, seja nas ocupações urbanas, nas greves ou na reivindicação do direito à cidade, evidencia que a luta não é apenas por melhores condições materiais, mas por uma reorganização do espaço social. Assim, o estudo das relações entre geografia e trabalho nos permite enxergar que a emancipação não se dará sem a transformação das estruturas espaciais que sustentam a exploração capitalista.

SUMÁRIO

Epígrafe 10

Geografia e Trabalho: um ensaio teórico 14

I. Geografia e trabalho, um breve panorama das possíveis abordagens do tema **66**

II. Resenha de “Geografia e Trabalho” **84**

III. O trabalho como meio geográfico de transformação **106**

IV. Qual lugar na divisão internacional do trabalho pessoas negras ocupam? **128**

V. Geografia e trabalho **146**

VI. Trabalho, opressões e a organização urbana no Brasil **170**

VII. Dinâmicas do capitalismo, trabalho e espaço urbano: uma revisão teórica crítica a partir da disciplina de geografia e trabalho **184**

VIII. Trabalho, lazer e direito à cidade: limites e possibilidades **213**

IX. Trabalho, Capitalismo e Espaço Geográfico: uma reflexão sob a ótica da exploração **227**

Trilha de aprendizado disciplina: Geografia e Trabalho 241

Planos de Aula 247

Sobre os Autores 288

GEOGRAFIA E TRABALHO: UM ENSAIO TEÓRICO

Uilmer Rodrigues Xavier da Cruz ¹

Ricardo Alexandrino Garcia ²

1. Doutor em Geografia, UFMG, uilmer@ufmg.br, <http://lattes.cnpq.br/4334866544841521>, <https://orcid.org/0000-0002-2489-7655>

2. Pós-doutor em Geografia, UFMG, alexandrinogarcia@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/8353755524805376>, <https://orcid.org/0000-0001-7144-9866>

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre Geografia e Trabalho, abordando as diversas dinâmicas que envolvem a transformação do espaço geográfico por meio da atividade laboral. A partir da perspectiva de Milton Santos, destaca-se a importância da divisão territorial do trabalho e a maneira como ela estrutura as relações socioespaciais. A abordagem marxista de Karl Marx foi fundamental para entender a exploração da força de trabalho no contexto capitalista, ressaltando as desigualdades geradas por esse sistema. A discussão sobre o espaço urbano, especialmente nas cidades capitalistas, evidenciou como as dinâmicas de urbanização promovem a segregação e a exclusão social. Além disso, foi analisada a interseção entre trabalho e meio ambiente, destacando a importância de um desenvolvimento sustentável frente às pressões capitalistas. No contexto da globalização, observou-se a precarização das relações de trabalho e o impacto dessa dinâmica na economia brasileira. Por fim, as questões de gênero e raça foram incorporadas ao debate, revelando como opressões interseccionais influenciam as dinâmicas laborais. A revisão teórica cumpriu seus objetivos ao explorar essas múltiplas dimensões e reafirmou a relevância de considerar o trabalho como um fenômeno essencial para a compreensão do espaço geográfico e das desigualdades contemporâneas.

Palavras-chave: Geografia, Trabalho, Divisão territorial, Desigualdades socioespaciais.

Abstract

This study aims to analyze the relationship between Geography and Work, addressing the various dynamics involving the transformation of geographic space through labor activity. From Milton Santos' perspective, the importance of the territorial division of labor and its role in structuring socio-spatial relations is highlighted. The Marxist approach by Karl Marx is fundamental for understanding the exploitation of labor in the capitalist context, emphasizing the inequalities generated by this system. The discussion on urban space, particularly in capitalist cities, showed how urbanization dynamics promote segregation and social exclusion. Additionally, the intersection of work and the environment was analyzed, stressing the need for sustainable development in the face of capitalist pressures. In the globalization context, the precarious nature of labor relations and its impact on the Brazilian economy were observed. Finally, gender and race issues were integrated into the debate, revealing how intersectional oppressions shape labor dynamics. The theoretical review achieved its objectives by exploring these multiple dimensions, reaffirming the relevance of considering work as an essential phenomenon to understand geographic space and contemporary inequalities.

Key-words: Geography. Work, Territorial division, Socio-spatial inequalities.

INTRODUÇÃO

A relação entre Geografia e Trabalho tem sido amplamente discutida em diversas áreas do conhecimento, dada sua relevância para a compreensão das dinâmicas socioespaciais e econômicas que moldam o mundo contemporâneo. A geografia do trabalho, como campo de estudo, propõe-se a investigar as formas pelas quais a organização do trabalho influencia a configuração do espaço geográfico e, por conseguinte, as relações sociais e econômicas. Nesse contexto, a presente revisão teórica busca explorar diferentes perspectivas sobre a interação entre trabalho, espaço e sociedade, com base nas contribuições de autores como Milton Santos, Karl Marx, David Harvey, entre outros. O problema central desta pesquisa é entender como as mudanças nas formas de organização do trabalho afetam o espaço geográfico e contribuem para a produção de desigualdades socioeconômicas e espaciais.

O objetivo geral desta revisão é analisar, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, as diferentes abordagens teóricas que relacionam o trabalho à organização do espaço e às suas implicações socioeconômicas. Os objetivos específicos incluem: (i) discutir a divisão territorial do trabalho com base nas transformações espaciais apontadas por Milton Santos; (ii) explorar a relação entre capital, trabalho e lucro na perspectiva marxista; (iii) examinar as implicações das dinâmicas do trabalho no espaço urbano e as lutas de classe; (iv) analisar a interseção entre trabalho, meio ambiente e sustentabilidade; e (v) investigar as mudanças no mercado de trabalho global e suas implicações no Brasil.

Metodologicamente, este ensaio foi conduzido a partir de uma análise de literatura, utilizando os principais repositórios acadêmicos para identificar e selecionar os trabalhos mais relevantes sobre o tema. A pesquisa se concentrou em artigos, livros e capítulos que tratam das relações entre geografia e trabalho, abrangendo abordagens históricas, críticas e contemporâneas. A análise dos textos foi orientada por uma abordagem comparativa e crítica, buscando identificar convergências e divergências entre as diferentes teorias abordadas.

A relevância desta pesquisa reside na necessidade de compreender as transformações espaciais contemporâneas à luz das mudanças no mundo do trabalho, especialmente em um contexto marcado pela globalização, precarização laboral e desigualdades socioespaciais. Além disso, a discussão acerca do trabalho e sua relação com o meio ambiente e a sustentabilidade torna-se cada vez mais urgente diante dos desafios ambientais globais. Ao integrar diferentes perspectivas teóricas, esta revisão oferece uma visão abrangente e crítica das interações entre trabalho e geografia, contribuindo para o debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades e à promoção do desenvolvimento sustentável.

ENSAIO TEÓRICO

Nome: _____

Nº: _____

Data: _____

Assunto: _____

Prof. _____

Disciplina: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Este ensaio teórico se propõe a discutir a relação entre Geografia e Trabalho através de várias perspectivas diferentes, sendo que a primeira delas se propõe a introduzir a Geografia do trabalho, com base no texto “Da diversificação da natureza à divisão territorial do trabalho”, de Milton Santos. O referido trabalho aborda como o processo de divisão do trabalho se relaciona à organização espacial e à transformação da natureza ao longo da história. O autor parte de uma abordagem comparativa entre o processo de diversificação da natureza, que se dá mediante a interação entre os elementos naturais, e a divisão do trabalho humano, que, por meio da produção, transforma e organiza o espaço geográfico.

Santos (2004) utiliza o conceito de diversificação da natureza, baseado na obra de Whitehead, para explicar que o mundo natural está em constante transformação, sendo resultado de eventos que ocorrem no tempo e no espaço. Esses eventos criam novos elementos e renovam a natureza, de maneira semelhante ao que ocorre com o trabalho humano. O autor compara esse processo natural com a divisão do trabalho, que, por meio da produção, atribui novas funções e conteúdos aos lugares. Assim, o espaço geográfico se diversifica e se renova constantemente, assumindo novos papéis e características em função das atividades produtivas.

Um dos principais objetivos do autor é ampliar o uso do conceito de divisão do trabalho nos estudos geográficos, relacionando-o às noções de totalidade e tempo. Para o autor, a divisão do

trabalho é fundamental para entender as transformações sociais e espaciais, uma vez que organiza a distribuição dos recursos e das atividades produtivas pelo território. Ele argumenta que a divisão territorial do trabalho é um processo dinâmico que cria hierarquias entre os lugares, ao mesmo tempo em que esses lugares condicionam e são condicionados pela própria divisão do trabalho.

Santos (2004) destaca ainda que a divisão do trabalho não é apenas um fenômeno social, mas também territorial, pois envolve a distribuição das atividades produtivas de acordo com as características específicas dos lugares. A geografia, portanto, é essencial para compreender essa divisão, pois o espaço não é apenas um palco passivo das relações econômicas, mas um fator ativo que influencia as dinâmicas sociais. O autor aponta que a divisão territorial do trabalho tem implicações profundas nas formas como as sociedades se organizam, como os recursos são alocados e como os lugares adquirem suas singularidades.

Outro aspecto importante do texto é a distinção entre o trabalho vivo (a atividade humana atual) e o trabalho morto (infraestruturas, construções e heranças de atividades passadas). O autor enfatiza que o espaço geográfico é resultado de processos históricos e que as formas herdadas do passado, como o meio ambiente construído, influenciam as atividades produtivas atuais. Ele chama essas heranças de “rugosidades do espaço”, ressaltando que o espaço não é um ambiente homogêneo, mas contém diferentes camadas

temporais que afetam a organização territorial do trabalho.

A obra de Milton Santos é, então, fundamental para a disciplina de Geografia do Trabalho, pois fornece uma análise teórica robusta sobre como o espaço e o trabalho se inter-relacionam. Ao explorar a divisão do trabalho em uma perspectiva territorial, o autor oferece ferramentas importantes para compreender as dinâmicas sociais e econômicas contemporâneas, destacando o papel central do espaço na organização do trabalho e na constituição das sociedades.

Em suma, o trabalho de Santos (2004) destaca que o processo de diversificação da natureza, assim como a divisão do trabalho humano, são forças transformadoras que moldam tanto o mundo natural quanto o social. A divisão do trabalho não apenas organiza o espaço, mas também distribui recursos materiais e imateriais de forma desigual, gerando uma hierarquia espacial que reflete diferentes níveis de desenvolvimento e participação dos lugares. Nesse contexto, a divisão territorial do trabalho emerge como uma ferramenta fundamental para a análise geográfica, pois explica como as atividades econômicas e sociais se organizam espacialmente e conferem individualidade aos lugares. Além disso, por fim, o autor sublinha o papel crucial do “trabalho morto”, representado pelas infraestruturas e formas construídas na formação do espaço geográfico, sugerindo que o presente configura-se como uma herança das divisões e organizações territoriais passadas.

Outra perspectiva é a do Trabalho e as relações de produção,

cujo principal autor é Karl Marx, que trata do “ganho do capital” e discute a relação entre o capital, o trabalho e o lucro, estabelecendo uma diferenciação clara entre o lucro do capitalista e o salário do trabalhador. Marx (2008) explora como o lucro capitalista é determinado pelo valor do capital aplicado, independentemente do trabalho efetivamente realizado pelo capitalista. Em grandes fábricas, por exemplo, o capitalista pode não ter envolvimento direto na gestão da produção, que é confiada a gerentes ou funcionários, mas ainda assim exige uma taxa de lucro proporcional ao capital investido.

A lógica do lucro capitalista, segundo o autor, está relacionada ao interesse do capitalista em obter mais do que o necessário para cobrir os fundos adiantados em salários e insumos. O capitalista busca maximizar seus ganhos com base na exploração do trabalho e da matéria- prima, e isso se reflete na proporção que ele exige entre o capital investido e o lucro obtido.

Marx (2008) menciona ainda a dificuldade em determinar com precisão a taxa de lucro, pois ela está sujeita a uma série de variáveis imprevisíveis, como mudanças nos preços das mercadorias, concorrência, e outros fatores externos. No entanto, ele aponta que é possível obter uma ideia aproximada do lucro capitalista pela taxa de juros do dinheiro: quanto maior a capacidade de gerar lucro com o capital, maior será a taxa de juros demandada para o uso desse capital.

O texto também explora a relação entre a taxa de lucro e a taxa de juros, e como ambas variam de acordo com as condições de mercado. O autor observa, ainda, que a taxa mínima de lucro tem que ser suficiente para cobrir as perdas ocasionais do capital, enquanto a taxa máxima de lucro é aquela que reduz o salário dos trabalhadores ao mínimo necessário para sua subsistência, ao mesmo tempo em que retira toda a renda da terra. Além disso, o capitalista pode se beneficiar de práticas como o segredo comercial e o segredo de fabricação, o que lhe permite manter o preço de mercado acima do preço natural e obter maiores lucros.

Também discute como a aquisição de novos territórios ou novos ramos de comércio pode elevar os lucros do capital, diminuindo a concorrência em mercados existentes. O progresso do trabalho humano sobre os produtos naturais, ao invés de aumentar os salários, aumenta os lucros do capitalista e a quantidade de capitais que podem ser aplicados no trabalho. Além disso, quanto mais avançado o trabalho manual sobre uma mercadoria, maior será o lucro do capital em relação à renda da terra. Por fim, Marx (2008) comenta que o risco associado a diferentes tipos de investimentos influencia diretamente a taxa de lucro, sendo que a incerteza sobre o retorno do capital tende a aumentar a taxa de ganho, embora não em proporção direta ao risco.

Marx (2008), em resumo, apresenta o lucro capitalista como distinto do salário do trabalhador, sendo regulado pelo valor do

capital investido. O capitalista, em busca de maximizar seus ganhos, visa obter um lucro que exceda o valor adiantado em salários e matéria-prima, explorando tanto o trabalho quanto os insumos. No entanto, a determinação da taxa de lucro é complexa e influenciada por variáveis externas, podendo ser estimada pela taxa de juros do capital. Enquanto a taxa mínima de lucro cobre as perdas eventuais, a taxa máxima é obtida à custa da redução dos salários ao mínimo necessário e da expropriação total da renda da terra. Para aumentar seus lucros, o capitalista pode se valer de práticas como o segredo comercial e de fabricação. Além disso, o progresso do trabalho humano sobre as mercadorias eleva os lucros e o capital investido, sem necessariamente melhorar a remuneração dos trabalhadores. Então, a taxa de lucro também varia conforme o risco envolvido, sendo que investimentos mais arriscados tendem a apresentar maiores retornos, refletindo a dinâmica entre capital, risco e exploração.

A terceira perspectiva, representada aqui por Guimarães (2022) e Matos (2018), diz respeito ao Trabalho e o espaço urbano. No artigo “Condições de Vida, Moradia e Trabalho no Espaço Urbano”, Iracema Brandão Guimarães revisita a produção teórica da sociologia urbana brasileira para analisar a evolução das condições de vida no contexto da urbanização. A autora parte de uma análise histórica que examina o tratamento dado às questões de moradia, trabalho e consumo desde os anos 1960 até os dias

atuais, propondo uma revisão dos estudos sobre as desigualdades urbanas. O texto destaca a centralidade das condições de vida como um tema essencial para entender as dinâmicas sociais e econômicas das cidades brasileiras.

O artigo explora as contribuições de autores que marcaram o início da sociologia urbana, como Francisco Oliveira e Florestan Fernandes, e aborda o conceito de “condições de vida”, que inclui aspectos como moradia, transporte, alimentação e acesso a serviços públicos. Guimarães (2022) observa que, historicamente, as desigualdades socioespaciais nas cidades são reflexo da segregação de trabalhadores em bairros periféricos, muitas vezes sem infraestrutura adequada. A partir dos anos 1990, com a globalização e o avanço do neoliberalismo, essas questões tornaram-se ainda mais acentuadas, à medida que as políticas de desregulamentação do mercado de trabalho e a redução do papel do Estado contribuíram para agravar a precarização das condições de vida nas áreas urbanas.

A autora utiliza dados estatísticos sobre os orçamentos familiares para ilustrar como os gastos com moradia, alimentação e transporte ainda representam as principais despesas das famílias brasileiras. Ela argumenta que esses itens consomem a maior parte da renda, especialmente entre as famílias de baixa renda, e que essa situação reflete uma precariedade crescente, agravada pela falta de acesso a serviços de consumo coletivo, como saúde e educação.

A análise de Guimarães reforça a importância de uma abordagem crítica para entender as novas dinâmicas de exclusão social, que resultam em uma espoliação urbana nas periferias das grandes cidades.

Um ponto central do artigo é o conceito de “espoliação urbana”, desenvolvido por Lúcio Kowarick, que descreve a ausência ou precariedade de serviços públicos nas áreas periféricas e sua relação com a exploração dos trabalhadores. Guimarães (2022) explica como essa espoliação se manifesta na dificuldade de acesso a transporte público, na moradia inadequada e na falta de infraestrutura básica, perpetuando a exclusão social e econômica de milhões de trabalhadores urbanos. A autora também discute como o alto custo da moradia nas áreas urbanas centrais contribui para o adensamento populacional em bairros periféricos, forçando os trabalhadores a viverem em áreas distantes de seus locais de trabalho e com acesso precário a transporte e outros serviços essenciais.

O artigo também aborda o impacto da pandemia de Covid-19 nas condições de vida das famílias urbanas. A pandemia exacerbou as desigualdades existentes, especialmente entre os trabalhadores informais e autônomos, que enfrentaram dificuldades para continuar suas atividades durante os períodos de isolamento social. Guimarães destaca como a crise sanitária evidenciou a vulnerabilidade das famílias que dependem dos serviços

públicos, como saúde e transporte, e reforça a necessidade de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de vida nas cidades.

Em resumo, o texto de Guimarães (2022) oferece uma análise crítica das condições de vida no espaço urbano, abordando questões estruturais como moradia, transporte e trabalho. Sua contribuição para os estudos urbanos é fundamental para entender as desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras, destacando a necessidade de uma renovação das agendas de pesquisa e de políticas públicas voltadas para a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida nas áreas urbanas.

Já o artigo “Espaço Urbano e Luta de Classe: os rebatimentos das desigualdades da cidade capitalista para a classe trabalhadora”, de Deivi Ferreira da Silva Matos, examina a relação entre o espaço urbano capitalista e as lutas de classe, destacando como as desigualdades socioespaciais são intensificadas pela dinâmica do capitalismo. O autor propõe uma análise histórica e social da violência estatal utilizada para consolidar o modelo de cidade burguesa atual, evidenciando a relação entre as classes dominantes e o uso do espaço urbano para manutenção da exploração e controle social.

Matos (2018) inicia sua análise com uma revisão histórica da formação do proletariado urbano industrial, salientando que, desde o período da acumulação primitiva, o capitalismo se estru-

turou sobre a violência e a expropriação das terras camponesas. Esse processo, segundo o autor, foi legitimado por legislações coercitivas e punitivas, como o Estatuto dos Trabalhadores e as Leis dos Pobres, que forçaram os camponeses expropriados a vender sua força de trabalho nas cidades, configurando um mecanismo de controle social e repressão do proletariado.

No contexto urbano, explora como o espaço das cidades capitalistas se organizou de maneira desigual, dividindo-se em áreas ocupadas pela classe dominante (urbanização de status) e áreas periféricas, onde reside a classe trabalhadora (urbanização periférica). Essa segregação espacial, segundo o autor, reflete as contradições inerentes ao capitalismo, manifestando-se nas péssimas condições de moradia, falta de serviços públicos adequados e maior exposição a desastres ambientais nas periferias. O autor aponta ainda que o Estado, ao atuar como executor dos interesses da burguesia, utiliza a violência para controlar as massas trabalhadoras, particularmente os jovens negros que vivem nas favelas e bairros populares.

O conceito de “superpopulação relativa”, de Karl Marx, também é explorado no texto, descrevendo como o capitalismo gera um “exército industrial de reserva”, composto por trabalhadores desempregados ou subempregados que são forçados a viver à margem da sociedade. Essa superpopulação é constantemente monitorada pelo Estado, que implementa políticas de controle social e criminalização dos pobres, reforçando a segre-

gação socioespacial e intensificando a violência urbana. Matos (2018) argumenta que essa violência é parte integrante da lógica capitalista, que precisa controlar a população excedente para garantir a continuidade da exploração do trabalho e a manutenção da ordem burguesa.

Outro ponto importante do texto é a discussão sobre o direito à cidade, conceito defendido por autores como David Harvey, onde Matos (2018) destaca que o espaço urbano capitalista é palco de lutas sociais, com greves, ocupações por moradia e outras formas de resistência da classe trabalhadora. No entanto, essas lutas são reprimidas pelo Estado, que atua em favor da classe dominante, garantindo a especulação imobiliária e a valorização de áreas urbanas ocupadas pela burguesia.

O autor conclui que o espaço urbano capitalista reflete as profundas desigualdades de classe e raça presentes na sociedade. As favelas e periferias, habitadas majoritariamente por trabalhadores pobres e negros, são continuamente marginalizadas e submetidas a uma violência sistemática, que se manifesta tanto na falta de infraestrutura quanto na ação repressiva do Estado. Para ele, a superação dessas desigualdades requer uma articulação política e social da classe trabalhadora, que busque resistir às formas de opressão e lutar por um direito à cidade verdadeiramente inclusivo.

Enfim, para Matos (2018), o espaço urbano capitalista intensifica e reflete as desigualdades de classe e raça, moldando a cidade de forma a privilegiar a burguesia enquanto marginaliza a classe trabalhadora. O Estado, nesse contexto, exerce uma violência estrutural sobre os trabalhadores, utilizando mecanismos de controle e repressão para garantir a ordem burguesa. A superpopulação relativa gera uma massa de trabalhadores marginalizados, que são sistematicamente controlados pelo Estado, contribuindo para a perpetuação dessas desigualdades. A segregação espacial, evidenciada pela nítida divisão entre as áreas ocupadas pela burguesia e as periferias, ilustra as contradições inerentes ao capitalismo, onde os espaços urbanos se tornam reflexos das desigualdades sociais. Contudo, a luta por moradia e o direito à cidade emergem como formas de resistência da classe trabalhadora, que busca afirmar seus direitos e desafiar a opressão capitalista que estrutura a cidade e as condições de vida urbana.

Sobre a perspectiva do Trabalho e do Meio ambiente, o artigo “Trabalho, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: Implicações para uma Proposta de Formação Crítica”, de Neise Deluiz e Victor Novicki, aborda a inter-relação entre trabalho, meio ambiente e educação, especialmente no contexto da globalização neoliberal. Os autores argumentam que a degradação socioambiental está profundamente enraizada nas estruturas do modo de produção capitalista, que gera desigualdades sociais e ambientais.

A proposta central do texto é a construção de uma educação crítica e democrática que promova a conscientização sobre essas relações e busque transformar as bases que sustentam o modelo hegemônico de produção, trabalho e consumo.

O texto inicia com uma análise das causas estruturais da degradação ambiental, destacando que o desenvolvimento sustentável só pode ser alcançado por meio de uma cultura de igualdade substancial, que implica em justiça social. Mészáros (2001) é citado para enfatizar que a transformação das relações entre trabalho e natureza é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. O autor propõe que a educação deve ser um instrumento de conscientização e transformação, permitindo que os indivíduos compreendam as implicações de suas ações no meio ambiente e na sociedade.

Um dos pressupostos fundamentais da proposta educacional é a compreensão da divisão social e técnica do trabalho no capitalismo, que gera alienação do homem em relação ao seu trabalho e à natureza. Essa alienação é vista como um obstáculo para a construção de uma relação mais harmoniosa entre o ser humano e o meio ambiente. O texto argumenta que a transformação da natureza ocorre por meio do trabalho, e que a apropriação dos recursos naturais deve ser repensada à luz das crises socioambientais e das desigualdades sociais.

Os autores também destacam a importância da subjetivação do trabalho e da natureza, afirmando que a verdadeira dimensão humana só pode ser alcançada por meio de uma transformação profunda nas relações sociais e produtivas. A educação crítica deve, portanto, promover a reflexão sobre as práticas de trabalho e suas consequências para o meio ambiente, incentivando uma postura mais responsável e sustentável.

Além disso, o artigo menciona que todos os problemas ambientais são manifestações de conflitos entre interesses privados e o bem coletivo, representando uma agressão aos direitos ambientais de indivíduos e coletividades. Essa perspectiva crítica é essencial para a formação de cidadãos conscientes e engajados na luta por um futuro mais sustentável.

Em suma, o texto propõe uma educação que não apenas informe, mas que também forme indivíduos críticos, capazes de questionar e transformar as estruturas sociais e produtivas que perpetuam a desigualdade e a degradação ambiental. A construção de uma “sustentabilidade democrática” é vista como um caminho necessário para enfrentar os desafios contemporâneos, promovendo uma relação mais equilibrada entre trabalho, meio ambiente e justiça social.

Deluize Novicki (2017) ressaltam, então, que o desenvolvimento sustentável está intrinsecamente ligado à justiça social, desta-

cando a estrutura capitalista como uma das principais responsáveis pela degradação ambiental. A proposta de uma educação crítica e democrática, que promova a conscientização sobre as interações entre trabalho e natureza, é vista como fundamental para impulsionar a transformação social. No entanto, a divisão social e técnica do trabalho gera alienação, dificultando a construção de uma relação equilibrada entre o ser humano e o meio ambiente. Para superar essa alienação, é necessário transformar as relações sociais e produtivas, permitindo que os indivíduos alcancem sua verdadeira dimensão humana. Os problemas ambientais, por sua vez, refletem conflitos entre interesses privados e o bem coletivo, os quais devem ser enfrentados para assegurar os direitos ambientais de todos. Nesse contexto, a construção de uma sustentabilidade democrática é crucial para lidar com os desafios contemporâneos, promovendo uma relação harmoniosa entre trabalho, meio ambiente e justiça social.

De outro modo, também versando sobre a relação entre trabalho e meio ambiente, o artigo de Grazielle Rodrigues de Oliveira discute as implicações da globalização no desenvolvimento socioeconômico e na sustentabilidade ambiental, abordando a complexa interrelação entre economia, sociedade e meio ambiente. A partir de 1987, com a introdução do projeto “Nosso Futuro Comum”, a noção de sustentabilidade emergiu como um tema central nas discussões sobre o uso de recursos naturais e suas implicações sociais. Oliveira

(2018) argumenta que, embora o projeto buscasse um equilíbrio entre a preservação ambiental e as necessidades sociais, frequentemente se alinhava aos interesses econômicos, resultando em um dilema entre a conservação dos recursos naturais e a geração de lucro.

A globalização, inicialmente percebida como um motor de progresso, trouxe à tona desafios significativos para os países emergentes, que se encontram em situações de vulnerabilidade econômica. A autora destaca que a competição desigual com nações desenvolvidas, que historicamente resistem a uma governança ambiental global, exacerba as dificuldades enfrentadas por esses países. A formação de blocos econômicos é apresentada como uma estratégia para melhorar a comercialização e a economia dos países em desenvolvimento, mas a eficácia dessas medidas é questionada.

Oliveira (2018) também enfatiza a crescente população consumidora, que, influenciada por um modelo ocidentalizado de consumismo, contribui para a degradação ambiental. O consumismo não apenas promove a padronização cultural, mas também resulta em uma demanda excessiva por recursos naturais, levando a problemas como poluição e esgotamento de ecossistemas. A autora argumenta que a desigualdade social é intensificada pela mundialização do sistema capitalista, onde comunidades marginalizadas enfrentam precariedade e falta de acesso a recursos básicos, como água, alimento e moradia.

O conceito de economia verde, que emergiu na conferência Rio+20, é discutido como uma tentativa de abordar questões ambientais contemporâneas. No entanto, a autora critica a eficácia desse conceito em combater desigualdades sociais, uma vez que as propostas de economia verde exigem mudanças drásticas na estrutura social, que podem ser inviáveis para países em desenvolvimento que já enfrentam problemas básicos de infraestrutura e pobreza. A autora sugere que a transformação social e ambiental deve ser acompanhada de uma educação crítica e de uma conscientização sobre o uso sustentável dos recursos naturais.

Por fim, o artigo conclui que a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável requer uma reavaliação das formas de produção e consumo, além de uma crítica à sociedade de consumo. Oliveira (2018) defende que a integração de políticas que promovam a justiça social e a preservação ambiental é essencial para garantir um futuro sustentável. A autora enfatiza que, para que as propostas de sustentabilidade sejam efetivas, é necessário um compromisso coletivo que considere as especificidades de cada contexto social e econômico, promovendo um desenvolvimento que não apenas respeite os limites dos recursos naturais, mas que também busque a equidade social.

Assim, o artigo oferece uma análise crítica das interações entre globalização, desenvolvimento e sustentabilidade, destacando a urgência de um novo paradigma que integre esses elementos de

forma harmoniosa e equitativa. Sugere, portanto, que a globalização afeta diretamente as relações entre economia, sociedade e meio ambiente, exigindo uma abordagem integrada para alcançar o desenvolvimento sustentável. A competição desigual no cenário global coloca os países emergentes em situações críticas, demandando novas estratégias econômicas que equilibrem crescimento e equidade. Nesse contexto, a sustentabilidade muitas vezes se alinha a interesses econômicos, criando um dilema entre a preservação ambiental e o lucro. O modelo ocidental de consumismo exacerba essas tensões, promovendo uma padronização cultural que intensifica a degradação ambiental e aprofunda as desigualdades sociais. Embora a economia verde proponha soluções para os problemas ambientais, sua eficácia é questionada, sobretudo em contextos marcados por desigualdade social. Para que a transformação social e ambiental seja efetiva, é essencial uma educação que promova a conscientização sobre o uso sustentável dos recursos naturais. Assim, repensar as práticas econômicas e promover políticas que integrem justiça social e preservação ambiental são passos fundamentais para alcançar um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Ao discutir Trabalho e Globalização, o artigo “Desenvolvimento, Globalização e Trabalho Decente”, de Ronaldo Baltar, analisa os desafios enfrentados pelo Brasil em sua busca por um desenvolvimento sustentável e inclusivo, centrado no conceito de Trabalho Decente. O autor argumenta que a implementação de

políticas de desenvolvimento deve estar intimamente ligada ao consumo de massas e à inserção do país no comércio internacional, destacando que a forma como o Brasil se integra à globalização definirá os limites e as possibilidades de seu desenvolvimento. Baltar (2013) enfatiza que os compromissos assumidos em documentos internacionais e acordos podem servir como plataformas de ação para agentes sociais, visando a erradicação da discriminação e da desigualdade social por meio do trabalho.

O autor discute a importância da Agenda do Trabalho Decente, que busca garantir que os mercados sejam responsáveis por seus impactos sociais. Ele propõe que a relação entre a política de desenvolvimento e a organização social dos atores deve ser mediada pela transparência da informação e pela construção de espaços de decisão participativa. Também levanta a questão metodológica de como relacionar os princípios da Agenda do Trabalho Decente com o processo de desenvolvimento global, sugerindo a necessidade de modelos analíticos que correlacionem as transformações no mercado de trabalho com o desenvolvimento.

Referências a outros autores, como Lipietz, Touraine, Wallerstein e Beck, são utilizadas para contextualizar a discussão sobre a globalização e seus impactos sociais, ressaltando que, apesar das diferenças de interpretação, muitos estudiosos concordam que a abertura econômica dos países não se intensificou de forma significativa desde o início do século XX. O autor também menciona

as disputas entre representações sindicais e patronais no Brasil, que se manifestam em arenas como as Conferências de Trabalho e Emprego Decente e o Congresso Nacional, abordando questões como a redução da jornada de trabalho e a ratificação de convenções da OIT.

Baltar (2013) conclui que a formação de uma política de desenvolvimento que amplie o mercado interno e promova o consumo de massas deve incluir metas que não apenas aumentem a empregabilidade, mas que também garantam a criação de empregos que respeitem os direitos fundamentais dos trabalhadores. O artigo, portanto, propõe uma reflexão crítica sobre a intersecção entre desenvolvimento, globalização e trabalho decente, enfatizando a necessidade de um compromisso coletivo para enfrentar os desafios contemporâneos.

Do mesmo modo, o artigo “Os Impactos da Globalização no Mundo do Trabalho”, de Ângela Maria de Sousa Lima, analisa as transformações no mundo do trabalho em decorrência da globalização, enfatizando a alienação do trabalhador e a precarização das relações laborais. A autora argumenta que, apesar das promessas de liberdade e autonomia trazidas pela revolução tecnológica, o trabalhador contemporâneo enfrenta uma realidade de exploração e insegurança. Lima (s/d) utiliza a obra de pensadores como Marx e Gorz para fundamentar suas reflexões sobre a alienação do proletariado e a marginalização do trabalho socialmente necessário,

destacando que a evolução tecnológica não resulta na emancipação do trabalhador, mas sim na sua dependência e subordinação ao capital.

O objetivo do texto é discutir como a globalização e a lógica capitalista têm reconfigurado as relações de trabalho, levando à fragmentação da classe trabalhadora e à confusão entre as identidades de empregado e empreendedor. A autora menciona que, no Brasil, a relação entre produtividade e exclusão do trabalhador no mercado de trabalho se intensificou, com dados que mostram um aumento significativo na produtividade, mas também uma precarização das condições de trabalho. Lima (s/d) cita Bertolino para ilustrar essa dinâmica, que revela um aumento da produtividade acompanhado de uma diminuição da segurança no emprego.

A discussão se aprofunda ao abordar a influência da lógica financeira sobre a economia real, onde até mesmo os estados centrais se tornam reféns das decisões de agências financeiras. A autora propõe que, para enfrentar os desafios impostos pela globalização, é necessário repensar as intervenções políticas e sociais, destacando a obra de István Mészáros, que sugere que a superação do capital só será possível com a construção de um sistema comunal de produção e consumo, onde a divisão hierárquica do trabalho seja abolida.

Lima (s/d), então, conclui que, apesar das dificuldades, o trabalho continua a ser uma categoria central nas Ciências Sociais,

e que a luta por melhores condições de trabalho e a busca por uma nova forma de sociabilidade são essenciais para a construção de um futuro mais justo. O texto é uma chamada à reflexão sobre a necessidade de uma abordagem crítica em relação às transformações do trabalho na era da globalização, enfatizando a importância de resgatar a centralidade do trabalho na construção das identidades sociais.

Em resumo, Lima (s/d) argumenta, portanto, que a globalização e a revolução tecnológica têm contribuído para a alienação do trabalhador, que se torna cada vez mais dependente do capital e imerso em uma lógica que fragmenta sua identidade, confundindo-o entre as figuras de empregado e empreendedor. No Brasil, essa dinâmica é agravada pela intensificação da relação entre aumento da produtividade e exclusão dos trabalhadores, resultando em uma crescente precarização das condições de trabalho. A predominância da lógica financeira sobre a economia real, que afeta até mesmo os estados centrais, reforça essa exclusão e desestrutura as economias nacionais. Para superar o capital, Lima evoca a proposta de Mészáros, que sugere a construção de um sistema comunal de produção e consumo como alternativa viável. Mesmo diante dessas transformações, o trabalho continua sendo uma categoria central nas Ciências Sociais, desempenhando um papel essencial na construção de identidades sociais e na luta por melhores condições laborais, evidenciando a necessidade de repensar as estruturas de produção e consumo no mundo contemporâneo.

Sobre Trabalho e Gênero, o artigo “Capital, força de trabalho e relações de gênero”, de Susan Ferguson e David McNally, explora a intersecção entre o marxismo e a opressão das mulheres, destacando a importância da obra de Lise Vogel, “Marxismo e opressão às mulheres”. Os autores argumentam que a análise marxista tradicional frequentemente negligencia a dimensão de gênero nas relações de produção capitalista, o que resulta em uma compreensão incompleta das dinâmicas sociais e econômicas. O objetivo do texto é ressaltar a necessidade de integrar a análise de gênero na teoria marxista, enfatizando que a reprodução da força de trabalho não se limita ao espaço produtivo, mas também abrange o trabalho doméstico e as relações familiares.

Ferguson e McNally discutem como Marx, em sua obra “O Capital”, aborda o conceito de “trabalho necessário”, que se refere ao trabalho que deve ser pago pelo capital, mas que não abrange o trabalho não remunerado, essencial para a reprodução da força de trabalho. Eles citam Vogel, que argumenta que Marx não explorou adequadamente a importância do trabalho doméstico e da reprodução social, o que limita a compreensão das contradições do capitalismo. A análise de Vogel é apresentada como uma inovação teórica que ilumina as ausências na obra de Marx, especialmente em relação à reprodução biológica, social e geracional da força de trabalho.

Os autores também refletem sobre a “mercadoria espe-

cial” que é a força de trabalho, destacando que a expropriação de grandes massas de pessoas é fundamental para o funcionamento do capitalismo. Essa expropriação força os indivíduos a venderem suas capacidades de trabalho, permitindo a acumulação de capital. A discussão se aprofunda nas implicações dessa dinâmica para as mulheres, que frequentemente são relegadas a papéis de cuidado e trabalho não remunerado, sustentando a estrutura capitalista sem reconhecimento ou compensação.

Além disso, o texto menciona a crítica de Vogel à tendência de Marx de naturalizar a divisão do trabalho, sugerindo que essa visão pode ter distorcido sua análise da família da classe trabalhadora. A obra de Engels, como “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, é citada como um ponto de referência importante, mas os autores argumentam que uma análise mais profunda da opressão das mulheres deve se basear nas categorias teóricas centrais de “O Capital”.

Os autores refletem sobre como a opressão de gênero não é um fenômeno isolado, mas está intrinsecamente ligada à lógica do capitalismo. Eles argumentam que o capitalismo não apenas se beneficia da exploração do trabalho assalariado, mas também depende da exploração do trabalho não remunerado, que é predominantemente realizado por mulheres. Essa interdependência entre as opressões de gênero e as dinâmicas capitalistas revela uma estrutura social que perpetua desigualdades, onde o trabalho feminino

é desvalorizado e invisibilizado.

Ferguson e McNally também discutem a necessidade de uma abordagem crítica que desafie as narrativas dominantes sobre o papel das mulheres na economia. Eles enfatizam que a luta contra a opressão de gênero deve ser vista como uma luta contra o capitalismo em si, pois as duas esferas estão entrelaçadas. A análise de Vogel é fundamental nesse contexto, pois oferece uma estrutura teórica que permite entender como as relações de gênero são moldadas e reforçadas pelas exigências do capitalismo.

Em suma, o artigo de Ferguson e McNally propõe uma reavaliação da teoria marxista à luz das questões de gênero, defendendo que a opressão das mulheres deve ser entendida como uma parte integral da dinâmica capitalista. A obra de Vogel é apresentada como uma chave para essa reavaliação, oferecendo novas perspectivas sobre a reprodução social e a força de trabalho. Apontam, então, que a análise marxista tradicional frequentemente ignora a dimensão de gênero nas relações de produção capitalista, negligenciando o papel crucial do trabalho não remunerado na reprodução da força de trabalho. Embora a “mercadoria especial” que é a força de trabalho seja fundamental para a acumulação de capital, a teoria do mais-valor de Marx não contempla adequadamente a expropriação de grandes massas de pessoas, especialmente no que se refere às mulheres e ao trabalho doméstico.

As dinâmicas familiares e o trabalho doméstico, essenciais para a compreensão completa do capitalismo, são muitas vezes desconsiderados. A crítica de Vogel à naturalização da divisão do trabalho em Marx revela as limitações dessa abordagem ao não abordar a opressão das mulheres de maneira abrangente. Embora a obra de Engels ofereça uma base importante, uma análise mais profunda deve se basear nas categorias teóricas desenvolvidas em “O Capital”. Assim, a opressão das mulheres deve ser vista como parte integrante da dinâmica capitalista, exigindo uma reavaliação da teoria marxista para incorporar plenamente as questões de gênero e as relações não remuneradas dentro da estrutura capitalista.

Já em relação à raça, o artigo de Leonardo Dias Alves, intitulado “A divisão racial do trabalho”, analisa a intersecção entre racismo, escravismo e capitalismo no Brasil, destacando como a herança do trabalho escravo moldou a estrutura do mercado de trabalho contemporâneo. O autor busca compreender as raízes históricas da divisão racial do trabalho, enfatizando que a abolição da escravidão não resultou em uma verdadeira emancipação para a população negra, que foi deixada à própria sorte, conforme argumenta Fernandes (2017). A pesquisa é fundamentada em uma abordagem qualitativa, utilizando referências bibliográficas e dados sobre as relações raciais no Brasil.

O texto é dividido em três partes: a primeira contextualiza o

escravismo moderno, abordando a transformação de seres humanos em escravizados e as contradições desse período; a segunda parte discute a constituição da divisão racial do trabalho no pós-emancipação e a inserção da população negra no mercado de trabalho; e a terceira parte analisa as ocupações contemporâneas da população negra. O autor argumenta que o racismo estrutural, ao determinar a divisão racial do trabalho, tem consequências profundas na vida da classe trabalhadora negra, conforme apontado por Martins (2014).

Alves (2022) destaca, nesse sentido, que a superexploração do trabalho no Brasil é uma continuidade do sobretrabalho escravista, resultante de um capitalismo dependente que se desenvolveu a partir das particularidades do sistema escravista mercantil. Moura (2020) é citado para reforçar a ideia de que as raízes do capitalismo brasileiro estão entrelaçadas com a exploração racializada do trabalho. O autor também discute como a divisão racial do trabalho é uma categoria analítica crucial para entender as desigualdades persistentes no mercado de trabalho, onde a população negra é frequentemente relegada a posições de menor remuneração e precariedade.

Além disso, o artigo reflete sobre a necessidade de desvelar as relações entre a acumulação primitiva de capital e a escravidão, conforme argumenta Santos Neto (2015). O autor conclui que a compreensão do racismo e da divisão racial do trabalho é essencial

para a luta por justiça social e igualdade no Brasil, enfatizando que a superexploração da força de trabalho negra é um fenômeno que deve ser enfrentado para que se possa construir um futuro mais equitativo.

Alves (2022) argumenta, em suma, que a abolição da escravidão no Brasil não trouxe verdadeira emancipação para a população negra, que foi deixada à margem da sociedade e sujeita à própria sorte. A divisão racial do trabalho, consequência direta do racismo estrutural, tem impactos profundos na vida da classe trabalhadora negra, perpetuando a desigualdade social e econômica. A superexploração do trabalho, que remonta ao sobretrabalho escravista, continua presente no Brasil contemporâneo, reforçada pelo capitalismo dependente. As raízes do capitalismo brasileiro estão entrelaçadas com a exploração racializada do trabalho, fazendo da divisão racial do trabalho uma categoria analítica essencial para entender as desigualdades persistentes no mercado de trabalho. A acumulação primitiva de capital, intimamente ligada à escravidão e à exploração racial, revela que o sistema capitalista no Brasil foi construído com base na opressão da população negra. Portanto, a luta por justiça social e igualdade deve necessariamente enfrentar a superexploração da força de trabalho negra como um fenômeno central a ser combatido para a construção de uma sociedade mais justa.

Ao relacionar o Trabalho aos movimentos sociais, o texto

“Reivindicando a cidade para a luta antcapitalista”, de David Harvey, se configura como expoente, explorando a intersecção entre urbanização e luta antcapitalista, argumentando que as cidades são arenas cruciais para a resistência contra as dinâmicas de exploração do capitalismo. Harvey (2013) inicia sua discussão afirmando que a luta antcapitalista, em sua essência marxista, busca a abolição das relações de classe que sustentam a produção capitalista e a apropriação da mais-valia. Enfatiza que, embora a urbanização possa parecer desconectada desse objetivo revolucionário, as lutas urbanas são intrinsecamente ligadas à luta de classes, pois as cidades são espaços onde as contradições do capitalismo se manifestam de maneira aguda.

O autor destaca que a luta antcapitalista deve ser inclusiva, acolhendo segmentos marginalizados da população, como trabalhadores temporários e precários, que frequentemente enfrentam formas de exploração que não são reconhecidas nas narrativas tradicionais de luta de classes. Argumenta que essas lutas urbanas devem ser reconhecidas com a mesma importância que as lutas nos locais de produção, pois a exploração do trabalho vivo e a recuperação da mais-valia nos espaços urbanos são centrais para a construção de um movimento antcapitalista eficaz. Harvey (2013) sugere que a luta deve se expandir para além das fábricas e incluir as dinâmicas de vida urbana, onde as relações de classe se manifestam de maneira complexa.

Um dos principais argumentos de Harvey (2013) é de que a urbanização é fundamental para a história da acumulação do capital. Ele observa que as forças do capital e seus aliados mobilizam-se incessantemente para revolucionar as cidades, o que inevitavelmente gera uma luta de classes, mesmo que não seja explicitamente reconhecida como tal. O autor menciona que a história das lutas de classe de base urbana é rica e variada, citando exemplos históricos como os movimentos revolucionários em Paris, o Soviete de Petrogrado e as Comunas de Xangai. Esses eventos demonstram que as cidades têm sido palcos de resistência e inovação política, onde as massas urbanas se mobilizam contra a opressão capitalista.

Harvey também discute o fracasso de iniciativas que tentaram agregar alternativas globais ao capitalismo. Ele argumenta que todas as empresas que operam em uma economia capitalista estão sujeitas às “leis coercitivas da concorrência”, que moldam as práticas de produção e realização de valor. Mesmo as cooperativas e empresas controladas pelos trabalhadores, que inicialmente buscam romper com essas dinâmicas, acabam imitando suas concorrentes capitalistas, resultando em um estado de autoexploração coletiva. Essa análise revela a dificuldade de escapar das armadilhas do capitalismo, mesmo para aqueles que tentam criar alternativas.

Sendo assim, o autor enfatiza a necessidade de uma reavaliação das lutas trabalhistas convencionais, argumentando que

a maioria das lutas travadas por trabalhadores fabris tem uma base muito mais ampla do que é frequentemente reconhecido. Ele critica a tendência de historiadores esquerdistas de focar apenas em aspectos industriais, ignorando o papel das comunidades e das organizações locais na formação da classe trabalhadora. Sugere que a organização política deve ser vista como um fenômeno que transcende os locais de trabalho, envolvendo também as comunidades e os bairros.

A discussão de Harvey se aprofunda nas práticas de acumulação por desapropriação e extorsão, que geram descontentamento nas massas urbanas. Nesse caso, argumenta que as lutas urbanas frequentemente se articulam em torno de questões de direitos e cidadania, mesmo que tenham um conteúdo de classe subjacente. O autor destaca que a luta anticapitalista deve se comprometer com a abolição das relações de classe que sustentam a acumulação de riqueza e a desigualdade, propondo uma transformação das relações sociais e uma crítica ao consumismo e à degradação ambiental.

Harvey também reflete sobre a trajetória histórica do desenvolvimento capitalista e a necessidade de uma alternativa que rompa com a lógica da acumulação infinita. Explica que a luta contra a pobreza deve ser acompanhada de uma política contra a riqueza, e que as mudanças no estilo de vida são essenciais para enfrentar os desafios ecológicos contemporâneos. O autor sugere que as organi-

zações contra a pobreza precisam se comprometer com uma política que desafie a acumulação de riqueza, reconhecendo que a transformação das relações sociais é fundamental para a construção de um futuro mais justo.

Além disso, discute a importância da organização dos trabalhadores na cadeia de produção e transporte, destacando que greves e mobilizações podem estrangular o metabolismo da cidade e forçar mudanças significativas. Ele argumenta que a luta anticapitalista deve se centrar na capacidade de mobilização das massas urbanas, reconhecendo que a resistência pode surgir de diversas formas e em diferentes contextos. O autor sugere que a luta deve ser vista como um processo dinâmico, onde as práticas de resistência se adaptam às condições locais e às necessidades das comunidades.

O texto conclui que as forças progressistas devem se organizar para resolver os problemas da desigualdade e da degradação ambiental, reconhecendo a complexidade das relações de classe e a necessidade de uma abordagem holística para a luta anticapitalista. Harvey enfatiza que a luta anticapitalista não pode ser reduzida a uma simples oposição ao capitalismo, mas deve envolver a construção de alternativas concretas que desafiem as estruturas de poder existentes. Ele sugere que a transformação social requer uma reconfiguração das relações de produção e uma crítica profunda às dinâmicas de exploração que permeiam a vida urbana.

Em suma, “Reivindicando a cidade para a luta anticapitalista” é

um chamado à ação para aqueles que buscam desafiar as injustiças do capitalismo nas cidades. Harvey argumenta que a luta anticapitalista deve ser inclusiva, reconhecendo a importância das lutas urbanas e a necessidade de uma abordagem que transcenda as divisões tradicionais entre trabalho e comunidade. O autor convida os leitores a refletirem sobre as possibilidades de resistência e transformação que emergem das cidades, enfatizando que a luta por um futuro mais justo e igualitário deve ser uma prioridade para todos aqueles que se opõem ao capitalismo.

Em relação ao Futuro do trabalho, o texto de Ramos e Weber (2017) analisa a nova divisão internacional do trabalho, enfatizando a precarização das relações laborais e a reestruturação do sistema capitalista a partir da crise de 1974. O autor argumenta que a reestruturação buscou recompor a rentabilidade do capital, introduzindo a “acumulação flexível” e realocando setores industriais, especialmente na Ásia. Essa transformação foi acompanhada pela desregulamentação do mercado e pela precarização das condições de trabalho, resultando em um cenário de fragmentação da classe trabalhadora e enfraquecimento dos sindicatos. A análise se fundamenta em autores como Antunes (1997), Belluzzo (2005) e Pereira (2010), que discutem a relação entre a divisão internacional do trabalho e as condições de vida e trabalho no Brasil.

O autor destaca que a inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho não resultou em melhorias significativas

para a maioria da população, mas sim em uma dualidade entre capital e trabalho, onde a crise do capital impacta diretamente a força trabalhadora. A precarização laboral é expressa pelo aumento do desemprego, trabalhos informais e terceirizados, intensificação das jornadas de trabalho e queda dos rendimentos salariais. O texto também menciona a importância da divisão social do trabalho, que, embora tenha evoluído ao longo da história, continua a ser um fator determinante nas relações econômicas globais.

A discussão se aprofunda na crítica à forma como a divisão do trabalho, em sua forma capitalista, serve para aumentar a mais-valia em detrimento dos direitos dos trabalhadores. O autor se alinha com Marx, que argumenta que a divisão do trabalho é um método de exploração que beneficia o capitalista. A precarização das novas formas de trabalho, resultantes da globalização e das inovações tecnológicas, é um tema central, evidenciando que os novos postos de trabalho frequentemente não oferecem garantias sociais e trabalhistas.

O texto conclui que a nova ordem internacional do trabalho resulta em uma massa de trabalhadores precários, que são facilmente descartáveis e desprovidos de direitos, ampliando a pobreza e a miséria. A reflexão final sugere que, apesar das transformações no mundo do trabalho, a luta por direitos e melhores condições laborais deve continuar, em um contexto onde a divisão internacional do trabalho se torna cada vez mais complexa e desigual.

Ramos e Weber (2017), em resumo, ressaltam que a reestruturação do sistema capitalista após a crise de 1974 teve como objetivo recompor a rentabilidade do capital por meio da acumulação flexível e da realocação industrial. Esse processo gerou uma precarização das relações de trabalho, resultado direto da desregulamentação do mercado e da introdução de novas tecnologias, que desvalorizam o trabalho humano. A inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho não trouxe melhorias significativas nas condições de vida da população, refletindo uma dualidade crescente entre capital e trabalho, especialmente em períodos de crise, que afeta diretamente os direitos da força trabalhadora. A divisão do trabalho, em sua forma capitalista, torna-se um método de exploração que beneficia os capitalistas em detrimento dos trabalhadores, gerando uma nova ordem internacional do trabalho que produz uma massa de trabalhadores precários, exacerbando a pobreza e a exclusão social. Nesse contexto, a luta por direitos trabalhistas se torna ainda mais crucial e deve persistir, enfrentando os desafios impostos pela globalização e pela precarização do trabalho, a fim de garantir condições dignas e justas para todos os trabalhadores.

Por fim, tratando da perspectiva da Geografia do trabalho no Brasil, o artigo, de mesmo nome, escrito por Alexandre Gori Maia, apresenta uma análise detalhada da configuração territorial do mercado de trabalho no Brasil, focando na distribuição das estru-

turas ocupacionais nos municípios. O autor argumenta que a estrutura ocupacional, que é uma combinação da classe ocupacional e do estrato econômico, desempenha um papel crucial na compreensão do estágio de desenvolvimento socioeconômico e das desigualdades territoriais que caracterizam o país. A pesquisa utiliza dados do Censo Demográfico de 2000, aplicando técnicas estatísticas multivariadas para mapear a distribuição das classes ocupacionais e seus respectivos rendimentos, revelando um quadro complexo de exclusão e desigualdade.

Maia (2009), inicia sua discussão ressaltando que a ocupação das pessoas é um fator fundamental na definição da estrutura de uma sociedade. Ele enfatiza que as ocupações não apenas determinam a renda, mas também estão intimamente ligadas ao prestígio social e ao poder político que os indivíduos exercem. O autor critica a visão simplista que associa desenvolvimento apenas à urbanização, argumentando que muitos municípios rurais, apesar de apresentarem uma estrutura ocupacional predominantemente agrícola, podem exibir indicadores socioeconômicos favoráveis. Essa perspectiva desafia a ideia de que a urbanização é sinônimo de progresso, destacando a necessidade de uma análise mais nuançada.

A discussão se aprofunda ao abordar a relação entre a estrutura ocupacional e as condições de vida da população. O autor menciona que a desigualdade no Brasil é exacerbada por fatores históricos, como a colonização e a concentração de terras, que perpetuam

a exclusão social. Sugere que a análise da estrutura ocupacional pode oferecer novas perspectivas sobre as relações entre espaço e desenvolvimento, contribuindo para uma compreensão mais abrangente das desigualdades territoriais. Argumenta, ainda, que a configuração do mercado de trabalho é um reflexo das complexas interações entre fatores econômicos, sociais e históricos, e que uma abordagem territorial é essencial para entender as desigualdades no país. Além disso, o texto dialoga com outros estudiosos, como Mills (1979), que enfatiza a importância das ocupações na definição do status social e do poder. Ele destaca que, mesmo dentro de classes ocupacionais relativamente homogêneas, as diferenças distributivas no Brasil são extremas, o que requer uma análise mais detalhada das condições de vida e das oportunidades de cada grupo.

O autor também menciona a necessidade de considerar as especificidades regionais, uma vez que as condições socioeconômicas variam amplamente entre as diferentes partes do Brasil.

O artigo conclui, então, que a configuração do mercado de trabalho é um reflexo das interações complexas entre fatores econômicos, sociais e históricos, e que uma abordagem territorial é essencial para entender as desigualdades no Brasil. O autor propõe que a análise da estrutura ocupacional não apenas ilumina as dinâmicas do mercado de trabalho, mas também oferece insights valiosos sobre as relações sociais e as possibilidades de geração de renda em diferentes contextos regionais. Assim, o autor defende

que a compreensão das estruturas ocupacionais é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas que visem reduzir as desigualdades e promover um desenvolvimento mais equitativo no Brasil.

Maia (2009) enfatiza que a estrutura ocupacional, que combina a classe ocupacional e o estrato econômico, é crucial para a análise do desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros. Essa ocupação não apenas influencia a renda, mas também determina o prestígio social e o poder político dos indivíduos, refletindo a hierarquia social existente. Apesar das semelhanças nas classes ocupacionais, as disparidades socioeconômicas entre os municípios são notáveis e moldadas pela dinâmica econômica local. Surpreendentemente, municípios rurais podem apresentar indicadores socioeconômicos favoráveis, desafiando a noção de que o desenvolvimento é exclusivamente ligado à urbanização.

Enquanto isso, a desigualdade no Brasil é agravada por fatores históricos, como a colonização e a concentração de terras, que perpetuam a exclusão social. Ao analisar a estrutura ocupacional, novas perspectivas emergem sobre as relações entre espaço e desenvolvimento, contribuindo para uma compreensão mais profunda das desigualdades territoriais. Além disso, a configuração do mercado de trabalho reflete interações complexas entre fatores econômicos, sociais e históricos, demandando uma abordagem territorial para elucidar as desigualdades que permeiam o Brasil.

Assim, para o autor, por fim, é imperativo considerar essas interconexões ao formular políticas que visem reduzir as desigualdades e promover um desenvolvimento mais equitativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no ensaio teórico apresentado, que abrange diversas abordagens sobre a relação entre Geografia e Trabalho, é possível concluir que o entendimento do trabalho enquanto fenômeno social, econômico e espacial é crucial para a análise das dinâmicas que moldam o espaço geográfico. A partir da perspectiva de Milton Santos, ficou claro que a divisão territorial do trabalho, por meio da organização espacial das atividades produtivas, desempenha um papel central na transformação da natureza e na configuração dos lugares. Tal análise ressalta que o trabalho, ao transformar o espaço geográfico, cria hierarquias e desigualdades que refletem diferentes níveis de desenvolvimento.

Por outro lado, a abordagem marxista de Karl Marx evidenciou as relações entre capital, trabalho e lucro, reforçando que a lógica capitalista de exploração da força de trabalho perpetua desigualdades econômicas e sociais. A discussão sobre o espaço urbano, representada por Guimarães e Matos, destacou como as desigualdades socioespaciais são intensificadas no contexto das cidades capitalistas, revelando o papel do Estado e das classes dominantes na manutenção de um modelo de urbanização excludente.

Além disso, a relação entre trabalho e meio ambiente, discutida por Deluiz, Novicki e Oliveira, mostrou que as dinâmicas de produção capitalista têm impacto direto na degradação ambiental, destacando a importância de uma educação crítica que

promova uma conscientização sustentável. No contexto da globalização, a análise de Baltar revelou os desafios enfrentados pelo Brasil na busca por um desenvolvimento que integre trabalho decente e justiça social, especialmente em um cenário de precarização e desigualdade.

Por fim, as discussões sobre gênero e raça, representadas por Ferguson, McNally e Alves, enfatizaram a necessidade de incorporar as questões de opressão de gênero e racial nas análises sobre trabalho, uma vez que esses fatores são fundamentais para a compreensão das dinâmicas de exploração no capitalismo contemporâneo.

O presente ensaio teórico atingiu seu objetivo geral ao discutir a relação entre Geografia e Trabalho, sob diversas óticas, e cumpriu seus objetivos específicos ao explorar as diferentes dimensões do trabalho, como espaço urbano, meio ambiente, globalização, gênero e raça. Os debates levantados reafirmam a importância de integrar esses elementos nas análises geográficas e sociais, evidenciando a interseção entre trabalho, espaço e desigualdade na construção das realidades contemporâneas.

Agradecimentos

Palavras iniciais: Disciplina geografia e trabalho lecionada pelos autores deste ensaio teórico proveniente do estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências — Programa de Pós-graduação em Geografia.

O artigo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”. Bolsa de pós-doutorado - (PIPD).

Referências

- ALVES, Leonardo Dias. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. R. Katál., Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 212-221, maio-ago/2022.
- BALTAR, R.. Desenvolvimento, globalização e trabalho decente. Caderno CRH, v. 26, n. 67, p. 105–122, jan. 2013.
- DELUIZ, Neise; NOVICKI, Victor. Trabalho, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: Implicações para uma proposta de formação crítica, 2017, 8p.
- FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. Revista Outubro, n. 29, novembro/2017, p. 23 a 59.
- GUIMARÃES, I. B.. Condições de vida, moradia e trabalho no espaço urbano. Caderno CRH, v. 35, p. e022031, 2022.
- HARVEY, David. Reivindicando a cidade para a luta anticapitalista. In: HARVEY, David. Cidades Rebeldes. Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2013, p. 209 - 272.
- LIMA, Angela Maria de Sousa. Os impactos da globalização no mundo do trabalho. Terra e Cultura, ano XX, n. 39, p. 32 - 49.
- MAIA, Alexandre Gori. Geografia do trabalho no Brasil. Confins [Online], n. 6, 2009, p. 1 - 21.
- MARX, Karl. Caderno I.II. Ganho do Capital. In: MARX, Karl.

Manuscr̃itos Econômic̃o- Filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2008. P. 40 – 47.

MATOS, Deivi Ferreira da Silva. Espaço Urbano e Luta de Classe: os rebatimentos das desigualdades da cidade capitalista para a classe trabalhadora. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018, p. 1 - 14.

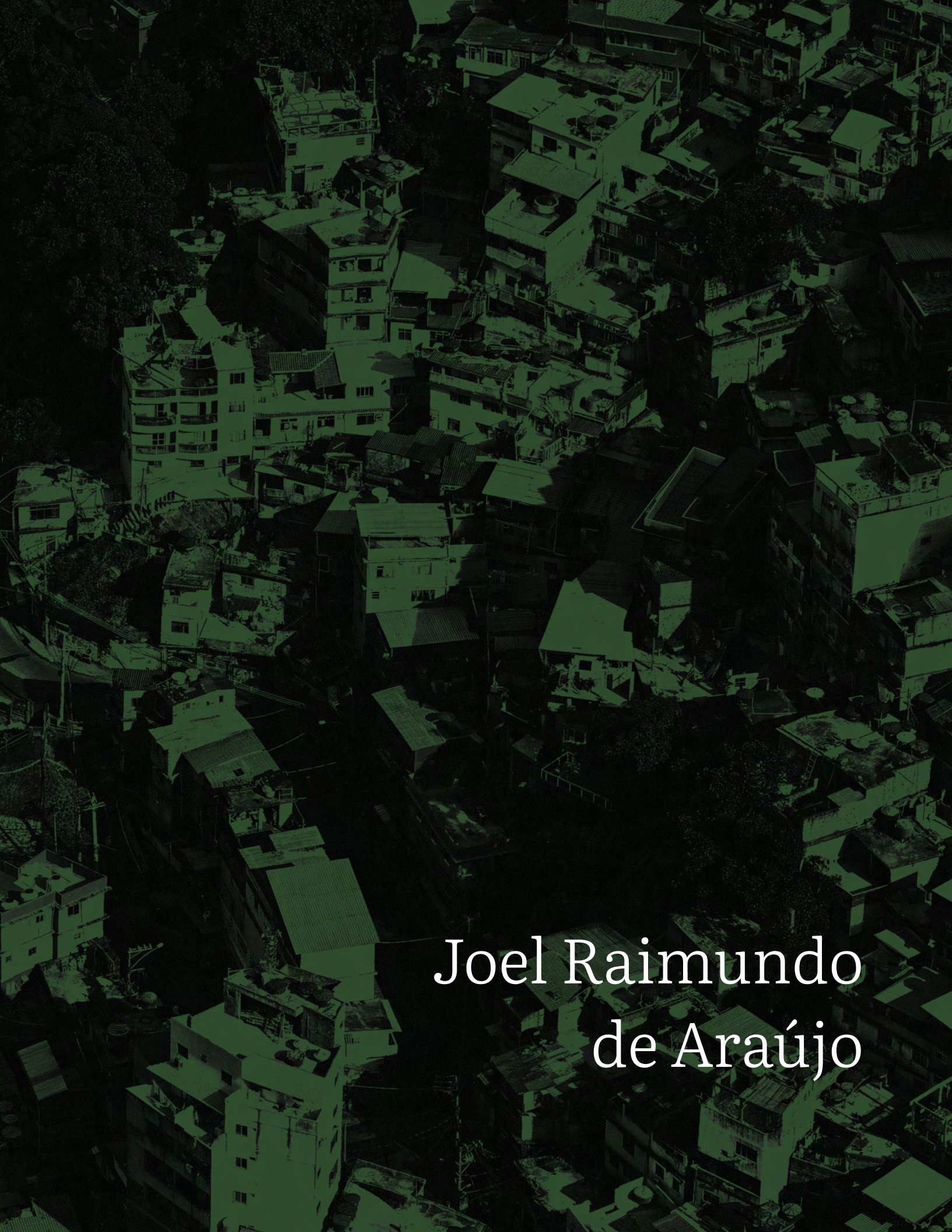
OLIVEIRA, Grazielle Rodrigues de. Implicações da globalização no desenvolvimento socioeconômico e na sustentabilidade ambiental. Revista Orbis Latina, v. 8, n. 2, Julho – Dezembro/2018, p. 97 – 104.

RAMOS, Ângelo Felipe Zuchetto; WEBER, Josnei Machry. Nova divisão internacional do trabalho e terceirização: da centralidade da categoria trabalho à flexibilização dos direitos dos trabalhadores. Anais do VIII Simpósio Iberoamericano em Comércio Internacional, Desenvolvimento e Integração Regional, 2017, p. 1 - 16.

SANTOS, Milton. Da diversificação da natureza à divisão territorial do trabalho. In: SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. P. 84 – 91.

I

**Geografia e trabalho,
um breve panorama
das possíveis
abordagens do tema**

An aerial photograph of a densely packed urban neighborhood, likely in Brazil, showing numerous multi-story apartment buildings with balconies and corrugated metal roofs. The buildings are interspersed with green trees and vegetation. The overall scene is captured in a high-angle, top-down perspective.

Joel Raimundo
de Araújo

RESUMO

O presente trabalho busca, de forma sucinta, abordar os possíveis recortes nos quais se debruça o tema Geografia e Trabalho. Trata-se de uma revisão teórica baseada nos tópicos e textos propostos pela disciplina de mesmo título, ministrada no curso de Geografia da UFMG, no segundo semestre de 2024. É composto por uma breve cronologia das relações de trabalho ao longo do tempo, suas dinâmicas sociais e econômicas, além de alguns enfoques como espaço urbano, meio ambiente, recortes por raça, gênero, movimentos sociais e algumas reflexões.

Abstract

This article proposes, succinctly, to discourse the possible approaches through which the theme of Geography and Work is addressed. This is a theoretical review based on the topics and texts proposed by the discipline of the same title, taught in the Geography course at UFMG in the second semester of 2024. A brief chronology of labor relations over time, their social and economic dynamics and some focuses such as urban space, the environment, race and gender analysis, social movements and some reflections.

INTRODUÇÃO

Este artigo de revisão teórica se justifica como atividade avaliativa da disciplina Geografia e Trabalho. Seu objetivo funde-se aos objetivos da disciplina, em que, de forma reflexiva, pretende-se rever, sem grandes aprofundamentos, os temas abordados ao longo do semestre, a saber: a relação entre o trabalho e o espaço geográfico, suas dinâmicas sociais e econômicas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho em questão constitui-se basicamente de análise e revisão bibliográfica do material disponibilizado como referencial teórico da disciplina “Geografia e Trabalho”, ministrada no curso de Geografia da UFMG, no segundo semestre de 2024. Soma-se ao material analisado, algumas anotações de aula, breves reflexões do discente obtidas através dos debates relacionados aos textos teóricos.

DESENVOLVIMENTO: ABORDAGENS POSSÍVEIS

O espaço é feito e refeito em um movimento perpétuo, produzindo e reproduzindo novos objetos, novos cenários e novos mundos, em uma relação homem/natureza ou por outros autores, homem/ferramenta/natureza. Para Santos (p. 84, 2004) apud Whitehead (1919) “é o processo de interação, num mesmo movi-

mento, que cria e recria o espaço e o tempo”. Para o autor, a interação entre a natureza e o homem, por meio da divisão do trabalho, transforma (produzindo e reproduzindo) o espaço geográfico.

Santos (p. 92, 2004), então, conclui que a divisão ou repartição territorial do trabalho repousa sobre as divisões anteriores. Além disso, a divisão social do trabalho não pode ser explicada sem a divisão territorial que depende das formas geográficas herdadas.

Em uma escala temporal, a divisão do trabalho pode ser analisada ao longo de um tempo histórico ou em um mesmo momento, em um enfoque geográfico. Em cada momento, em cada lugar, a divisão do trabalho pode ser alterada, sem, no entanto, excluir efeitos anteriores. Os elementos definidores do modo de produção seriam a medida geral do tempo (Santos, p. 89, 2004). Ainda conforme o autor, o tempo, ou suas temporalidades (interpretações), conduzem à noção de formação socioespacial, ou seja, a divisão do trabalho é um fenômeno social e territorial. Ela implica nas formas como as sociedades se organizam, alocam recursos e, nessa dinâmica, o território adquire suas singularidades.

Diante disso, observa-se que os modos de produção, ao longo do tempo, ditaram as relações homem/trabalho/capital. Em um instinto de sobrevivência, o homem percebeu que com sua força de trabalho poderia produzir instrumentos para garantir a sua sobrevivência e a de outros homens, caracterizando as relações de produção.

As sociedades primitivas não tinham ideia de propriedade privada. Predominava o trabalho comunitário, não cabendo nesse contexto a exploração do homem pelo homem. Alguns fatores, entretanto, como: a domesticação dos animais, o manejo da agricultura e o surgimento de novos ofícios; contribuíram para um ambiente de estabilização social, permitindo o surgimento de alguns modos de produção.

Em ordem cronológica, surge um modo de produção escravista onde homens livres subjugavam aqueles que haviam sido aprisionados. Conforme Segal (1945), nasceu a primeira grande divisão da sociedade em duas grandes classes: senhores e escravos, exploradores e explorados. Na sequência, uma segunda divisão aconteceu: separação entre o trabalho artesanal e o trabalho agrícola. Os contextos permitiram o surgimento de uma terceira divisão, caracterizada pela ascensão de uma nova classe que não produzia, apenas intermediava a compra e a venda de mercadorias, os comerciantes.

Precedendo ao modo de produção vigente, pode ser citado o feudalismo ou modo de produção servil da sociedade feudal. Os proprietários de terras, os senhores feudais, disponibilizava-nas para que camponeses as manejassem com cultivos ou criações. Ainda conforme Segal (1945), inicialmente, a produção servia a subsistência dos servos (camponeses) e seus senhores, entretanto, com o desenvolvimento do comércio, isso mudou, incorrendo na exploração da mão de obra camponesa.

As revoluções burguesas e o surgimento da indústria aboliram o regime feudal e, impulsionadas pelo desenvolvimento do mercado, instituíram um outro modo de produção: o capitalista.

O capitalismo, como modo de produção, determina, segundo Marx, a forma como a sociedade se organiza e como reage a essa organização. Historicamente, mesmo em outros modos de produção, o homem se utiliza do homem para produzir e gerar capital. O trabalhador foi, portanto, inserido no modo de produção. Para o Capitalismo, tudo é transformado em mercadoria para contínua acumulação de lucro, pautando-se na proletarização e em inovações tecnológicas (Pereira, 2002, p. 166).

Sendo assim, o trabalho vem se transformando e sendo transformado, ao longo do tempo, com a dinâmica que o capitalismo impõe para sua manutenção. Como já mencionado, inserido no modo de produção, o trabalhador se vê muitas vezes desamparado, sobretudo quando opera de modo informal, sem as garantias trabalhistas legais e sem um apoio digno do estado. Como visto, o Estado é o espaço político do capital. Do mesmo modo, ressalta-se que é conveniente ao sistema uma reserva de trabalhadores (desempregados), pois, contando com essa reserva, é possível minimizar salários, precarizar condições e ainda assim obter maior lucro, maior acúmulo de capital.

Quando se trata de precarização de condições, infere-se que existem inúmeros contextos relacionados ao trabalho. Um deles

compreende a segregação sócio espacial que resvala em questões como habitação, mobilidade urbana e seus impactos no mercado de trabalho.

Inicialmente, na “acumulação primitiva”, descrita por Marx, as relações sociais se estruturaram sobre a violência como um mecanismo de imposição da burguesia e o processo de formação do proletariado urbano industrial foi pautado pela resistência à expropriação massiva das terras comunais, através da afirmação da propriedade privada moderna (Matos, 2018, p. 2).

A classe trabalhadora, desde o início do capitalismo, se viu percorrendo as cidades em busca de postos de trabalho para o seu sustento. Essa busca e fixação em determinados espaços acarretou uma configuração do espaço urbano com particularidades inerentes ao capitalismo. Surgiu, a partir daqueles que não conseguiram se alocar, os desempregados (Matos, 2018, p. 3).

Aumenta-se a riqueza e, conseqüentemente, a miséria. Quanto mais precário o trabalho, ou a falta dele, mais periférico se estabelece o trabalhador, menos acesso encontra aos equipamentos de saúde, educação ou lazer. Resta-lhe, quando muito, uma urbanização popular, precária. Nesse contexto, conforme Matos (2018, p. 5) “o espaço urbano reflete diretamente as expressões da luta de classes. Portanto este será palco de greves, lutas por moradia digna, por saneamento básico entre outras pautas”, o direito à cidade. A cidade capitalista reflete a divisão de classes: uma urbanização de

status, ocupada majoritariamente pela classe dominante, em que os serviços são ofertados com qualidade e eficiência, e uma urbanização popular em que os trabalhadores urbanos residem: áreas periféricas, poluídas, sujeitas a desastres naturais, marcadas por serviços, quando existentes, de pouca qualidade e/ou ineficientes (Matos, 2018, p. 5-6). Aos que não possuem condições financeiras, cabem as favelas, cortiços e ocupações irregulares.

Matos (2018, p. 8), citando Marini (2005), ainda ressalta a super-exploração do trabalho “pautada em explorar ao máximo a força de trabalho operária, oferecendo condições de trabalho precárias”, de modo a potencializar a mais valia ofertando salários que sequer permitem ao trabalhador reproduzir-se socialmente.

No contexto atual, essa exploração tem se ampliado a partir das políticas neoliberais que vêm sendo adotadas e que implementam legislações antissindicalistas, desmontam políticas sociais, privatizam o que é estatal, adotam processos de produção cada vez mais mecanizados e automatizados, promovem o desemprego para que possam restringir salários e direitos, e, assim, ampliar lucros. Tudo isso com o Estado atuando “como garantidor dos interesses das classes dominantes, atuando na organização dos mecanismos de controle social com o objetivo de monitorar a superpopulação relativa”, inclusive, os muitos desempregados pertencem a ela (Matos, 2018, p. 9). Esse “controle”, muitas vezes, ocorre de forma truncada e violenta.

Como comenta Guimarães (2022, p. 12) “sob o foco das condições de vida, os estudos sobre as novas realidades urbanas nos levam aos velhos problemas”. O autor complementa que a globalização e o neoliberalismo não parecem contribuir para o avanço das relações sociais e a redução das desigualdades, mas sim para um aprofundamento dos velhos problemas: escassez de moradia, alimentação e transporte deficientes no contexto urbano.

Quando abordamos as periferias das cidades, habitam esses locais perfis muito distintos: em sua grande maioria uma população de negros (pretos e pardos) e, dessa maioria, um considerável número de mulheres, muitas vezes, mães solo, chefes de família e negras também.

Nesse contexto periférico, acentua-se um recorte do mundo do trabalho quanto às desigualdades raciais e também de gênero. Sobre desigualdades raciais, ou divisão racial do trabalho, cabe comentar que, sobretudo no Brasil, mas não diferentemente em outros países, existe um racismo estrutural, um fenômeno conjuntural que coloca relações desiguais em um certo “padrão” de normalidade.

Almeida (2019, p. 112) comenta que o racismo decorre das marcas deixadas pela escravidão e pelo colonialismo. Ao negro coube, desde o início, o trabalho braçal, o “carregar” os dejetos dos seus donos, trabalhar a sol e chuva por um prato de comida, ou o

que lhes era permitido das sobras da casa grande, trabalhar para sobreviver. Para Almeida (2019, p. 112) “a escravidão e o racismo são elementos constitutivos tanto da modernidade, quanto do capitalismo, de tal modo que não há como desassociar um do outro”.

Nesse sentido, a estrutura montada pelo capitalismo neoliberal é para continuar da mesma forma de outros tempos, é para manter a cadeia. Os salários pagos não são para se viver com dignidade, são para sobreviver, não possibilitam ao trabalhador a reprodução de si mesmo. Ainda hoje, cabe aos negros as categorias de trabalho menos prestigiadas. Compõem essas categorias, as faxineiras, as domésticas, os catadores, os porteiros, os coletores de lixo, os “chapas” que descarregam caminhões.

Nessa linha:

[...] o racismo normaliza a superexploração do trabalho, que consiste no pagamento de remuneração abaixo do valor necessário para reposição da força de trabalho e maior exploração física do trabalhador, o que pode ser exemplificado com o trabalhador ou trabalhadora que não consegue com o salário sustentar a própria família ou o faz com muita dificuldade, e isso independentemente do número de horas que trabalhe. A superexploração do trabalho ocorre especialmente na periferia do capitalismo, onde em geral se instalou a lógica colonialista. O racismo, certamente, não é estranho a expansão colonial e a violência de acumulação primitiva de capital que liberam os elementos constitutivos da sociedade capitalista (Almeida, 2019, p. 105-106).

Outro autor, Alves (2022, p. 216), comenta que o racismo estrutural excluiu a população negra dos postos de trabalho formais, como também “alocou essa população no desemprego e na desocupação e aquelas(es) que eram inseridas(os) no mercado de trabalho assalariado, ocupavam postos de trabalho de subsistência, precarizados [...] com baixa ou nenhuma remuneração”.

Sem prolongar muito na questão racial, mas aproveitando o ensejo, o recorte quanto ao gênero também é característico das populações periféricas. A mulher sempre esteve associada ao trabalho doméstico, sendo o lar visto como um local de opressão. O Marxismo não se ateve muito a esse tema, entretanto, há quem defenda que sem o trabalho doméstico, os trabalhadores não poderiam se reproduzir e, sem a reprodução de mão de obra, ou seja, sem trabalhadores, o próprio capital não se reproduz. Dessa forma, o trabalho doméstico seria parte integrante do modo de produção capitalista. Conforme texto de Ferguson e McNally (2017, p.28-29) “o trabalho doméstico produz valor de uso, não de troca e, portanto, não produz diretamente mais-valor; e ‘possivelmente’ é um modo de produção próprio, que opera de acordo com uma lógica distinta, pré ou não capitalista”. Sabe-se que é no lar que a força de trabalho se reproduz e, mesmo que o trabalho nesse espaço não seja mercantilizado, produz valor de uso.

O sexo feminino é oprimido pelo sistema não diretamente pelo valor atribuído ao trabalho doméstico, mas tem relação

com a estrutura do lar para reprodução do capital, uma capacidade biológica de produzir a próxima geração de trabalhadores disponíveis para a exploração. Para Ferguson e McNally (2017, p.35-36), “o capital e o Estado precisam conseguir regular sua capacidade biológica de produzir a próxima geração de trabalhadores, de modo que a força de trabalho esteja disponível para a exploração”. Continua com a seguinte afirmação: “as formas de família que preexistiam ao capitalismo foram defendidas pelas pessoas da classe trabalhadora ansiosas por preservar os laços de parentesco”, mas também “foram reforçadas e modificadas por políticas sociais intencionais” adotadas pelos Estados capitalistas.

Para Ferguson e McNally (2017, p.36), ao defender sua relação familiar e manter seus vínculos parentescos, a classe trabalhadora:

[...] involuntariamente acelerou as reformas que eram do interesse de longo prazo do capital – restrições do trabalho infantil, pressões para um “salário família” masculino e limitações ao emprego feminino – e que também sustentaram a ordem de gênero dominante (Ferguson e McNally, 2017, p.42).

Um salário do chefe que fosse suficiente para manter a família reverbera até hoje nas gritantes discrepâncias salariais entre homens e mulheres, mesmo que, hoje em dia, muitas dessas mulheres sejam que lideram economicamente a sustentação do lar. Soma-se a isso as oportunidades, os cargos de maior prestígio e/ou responsabilidade que, são ainda, em sua maioria, disponibilizados

aos homens.

Para Ramos e Weber (2017, p. 7), na emergente sociedade capitalista, a “divisão social do trabalho apresenta-se enquanto condição específica do sistema, uma vez que, à medida que a produção de mercadorias assume um papel central no modelo ela sofre um processo contínuo de especialização e diversificação técnica” e, em razão disso, “potencializa a divisão social do trabalho de modo a hierarquizá-lo”.

Cronologicamente, podemos entender a divisão internacional do trabalho em 3 períodos. Um primeiro eclodindo com a Revolução Industrial, um segundo eclodindo no pós-guerra, reforçando os Estados Unidos como hegemonia financeira. Além dos Estados Unidos, outros países “desenvolvidos” (Europa ocidental, Japão, dentre outros) passam a financiar os “subdesenvolvidos”. Muitas empresas instalam suas filiais nos países periféricos. Marca-se então um terceiro período conhecido como globalização, uma divisão mundial mais elaborada e complexa da divisão do trabalho, caracterizada por um processo de renovação, inovação tecnológica e revolução microeletrônica.

No Brasil, essa inserção global se deu de forma subordinada:

A modernização da indústria brasileira, principalmente a relacionada a setores de commodities agrícolas e industriais e ao complexo fordista, inserindo-a nas cadeias globais de valor, não significou na mesma medida uma melhora significativa das condições de vida e de trabalho para a maior

parte da população (Ramos e Weber, 2017, p. 11).

Os autores ainda pontuam que, em decorrência dessa divisão social do trabalho, frente a acumulação do capital, intensificaram-se:

[...] a flexibilização, liberalização e precarização do trabalho com francas disputas em torno dos direitos do trabalho e dos trabalhadores, a oferta do emprego e as condições de desemprego, duração da jornada de trabalho, salários e a forma de exercício da força de trabalho (Ramos e Weber, 2017, p. 11).

Essa nova “ordem internacional do trabalho” trouxe, como consequência, “uma massa de trabalhadores precários, desprovida do gozo de seus direitos legais, ampliando o nível de pobreza – tanto o número de pobres quanto o aumento da miséria” (Ramos e Weber, 2017, p. 14), uma realidade cruel do mundo do trabalho, a qual estamos vivenciando.

Para os autores, “impõe-se, portanto, o travamento da discussão de uma nova sociedade, de forma a combater, neste aspecto, a face negra da globalização, enquanto esmagamento da dignidade da pessoa humana, enquanto trabalhador” (p. 14).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo é um produto do trabalho, somos o que somos em decorrência do trabalho. Boa parte das possibilidades de melhorias das condições de trabalho, independentemente dos recortes ligados à ocupação dos espaços, às questões de gênero ou raça, estarão mais próximas de serem resolvidas ou atenuadas quando houver uma tomada de consciência coletiva por parte dos principais atores atingidos. É no coletivo que as ações, as propostas, os anseios por melhorias são conquistados. Devemos nos apropriar da luta e desenvolver ideias conjuntas nesse sentido. É por meio de uma mobilização popular que bons resultados serão alcançados.

A luta anticapitalista não deve apenas organizar-se e reorganizar-se no processo de trabalho, por mais fundamental que seja. Deve também encontrar uma alternativa política e social à operação da lei capitalista de valor no âmbito de mercado mundial. Embora o controle dos trabalhadores, os movimentos comunitários possam surgir de instituições concretas de pessoas engajadas na produção e no consumo, contestar as operações da lei capitalista de valor na esfera mundial requer um entendimento teórico das inter-relações macroeconômicas, juntamente com uma forma diferente de sofisticação técnica e organizacional (Harvey, 2013, p. 222).

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Sílvio. Racismo e subsunção real do trabalho ao capital.

In: ALMEIDA, Sílvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen, 2019, p. 105 – 108.

ALVES, Leonardo Dias. A divisão racial do trabalho como ordenamento do racismo estrutural. R. Katál., Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 212 -221, mai-ago/2022.

CRUZ, Uilmer Rodrigues Xavier. Ementa da disciplina Geografia e Trabalho – Curso de Geografia, UFMG, 2024.

FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. Revista Outubro, n. 29, novembro/2017, p. 23 – 59.

GUIMARÃES, I. B.. Condições de Vida, Moradia e Trabalho no Espaço Urbano. Caderno CRH, v. 35, p. 1 – 16, 2022.

HARVEY, David. Reivindicando a cidade para a luta anticapitalista. In: HARVEY, David. Cidades Rebeldes, Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2013, p. 209 -272.

MARX, Karl. Caderno I.II. Ganho do Capital. In: MARX, Karl. Manuscritos Econômico Filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2008. P. 40 – 47.

MATOS, Deivid Ferreira da Silva. Espaço Urbano e Luta de Classes: os rebatimentos das desigualdades da cidade capitalista para a classe trabalhadora. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018, p. 1 – 14.

PEREIRA, Isabel Brasil. Capitalismo histórico e civilização capital-

ista. Resenha. Trabalho, Educação e Saúde. V. 1, n. 1, p. 166 – 171, 2003.

RAMOS, Ângelo Felipe Zuchetto; WEBER, Josnei Marchy, Nova divisão internacional do trabalho e terceirização: da centralidade da categoria trabalho à flexibilização dos direitos dos trabalhadores. Anais do VIII Simpósio Ibero-americano de Comércio Internacional, Desenvolvimento e Integração Regional, 2017, p. 1 – 16.

SANTOS, Milton. Da diversificação da natureza à divisão territorial do trabalho. In: SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. P. 84 – 91.

II

Resenha de “Geografia e Trabalho”



Pedro Henrique
Ferreira Martins

RESUMO

Este artigo tem como objetivo a revisão teórica dos principais textos trabalhados durante as aulas de “Geografia e Trabalho”, ministradas pelo Professor Uilmer ao longo do segundo semestre de 2024-2025, levando-se em conta, também, as discussões em sala, que foram de suma importância para a formação do conhecimento e opinião dos alunos, tendo em vista os aspectos sociais, econômicos e tecnológicos que englobam o universo do trabalho em suas mais variadas perspectivas.

Palavras-chave: Geografia e Trabalho, aspectos sociais, perspectivas

Abstract

This article aims to provide a theoretical review of the main texts covered during the “Geography and Work” classes taught by Professor Uilmer throughout the second semester of 2024-2025, also taking into account the discussions in class, which were of utmost importance for the formation of students’ knowledge and opinions, considering the social, economic and technological aspects that encompass the universe of work in its most varied perspectives.

Key-words: Geography and Work, social aspects, perspectives.

INTRODUÇÃO

As palavras “Geografia” e “Trabalho” se relacionam sobretudo às alterações espaciais e geográficas atreladas à divisão do trabalho. Além disso, abordam como os espaços se alteram, em uma perspectiva geográfica, para atender aos mercados, as posições centrais e periféricas, avançadas e dependentes, levando em conta aspectos como a globalização, as leis trabalhistas e a economia.

A principal justificativa para a elaboração deste trabalho é a pertinência e a relevância dos temas tratados, tendo em vista, sobretudo, sua atualidade. Dessa forma, o objetivo deste artigo é tratar sobre os textos trabalhados, seus conceitos e ideias, de forma a sedimentar todo o conhecimento construído durante o percurso acadêmico.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os principais procedimentos metodológicos envolvem a leitura de todos os textos trabalhados e estudados em sala de aula, assim como as anotações e o conteúdo das próprias aulas ministradas pelo Professor Uilmer, englobando, também, documentários e debates.

DESENVOLVIMENTO

Inicialmente, no texto, “A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção” de Milton Santos, no Capítulo 5: “Da Diversificação da Natureza à Divisão Territorial do Trabalho” trata-se sobre as técnicas e fases do processo de produção, além disso, sobre como a presença do homem atribui às coisas um valor. Ademais, relata-se sobre como o valor dos produtos, as inovações, as populações e o dinheiro são dependentes de um lugar e tempo específico, caso contrário, seriam meras abstrações.

Por exemplo, uma cédula da moeda Cruzeiro (Cr\$), vigente nos anos de 1942 a 1967 no Brasil, possuía valor de uso durante esse período de tempo e espaço, não possuindo o mesmo valor em outros países, nem mesmo no recorte temporal atual, sendo então recorrente a um tempo e espaço específicos, tornando-se, dessa forma, uma abstração fora deles. Portanto, fora dos lugares, produtos, inovações, populações, dinheiro, por mais concretos que pareçam, são abstrações.

Além disso, os conflitos entre o Estado e o Mercado também são mencionados no decorrer do texto, tendo em vista a globalização e como o papel do Estado é alterado pelas influências do mercado e do capitalismo, fazendo com que o Estado perca sua autoridade frente ao poder do capital.

Já no texto “A Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as

Origens da Mudança Cultural” de David Harvey, aborda-se as qualidades anárquicas dos mercados de fixação de preços e as práticas do Estado. Acerca dos instrumentos de produção, relata-se sobre as formas de controle social, tais como os sentimentos sociais estimulados pela mídia, em geral, o sentimento de identidade através do trabalho e, por fim, as ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação em massa e por vários setores do aparelho do Estado.

Por outro lado, no texto “Manuscritos Econômicos-Filosóficos”, de Karl Marx, cadernos I e II, o ganho do capital é dito como lucro, portanto, sendo inteiramente diferente do salário proveniente do trabalho. O patrão não teria nenhum interesse em empregar o trabalhador se não esperasse da venda de seu serviço, mais do que é necessário para reembolsar os fundos adiantado por salários. Para o capitalista, a aplicação mais útil do capital é aquela que lhe rende, com igual segurança, o maior ganho.

Dessa forma, existe diferença entre o interesse capitalista e o interesse público, demonstrando a relevância da reflexão acerca do papel do Estado, muitas vezes, confrontado pelos interesses econômicos que não necessariamente seriam as atitudes mais vantajosas para um determinado país.

O texto “Capitalismo histórico e civilização capitalista”, de Immanuel Wallerstein, trata acerca das mudanças de centros hege-

mônico do capitalismo, formando as posições centrais e periféricas, avançadas e dependentes. Consequentemente, a formação do capitalismo é indissociável de um sistema interestatal, fomentada por sua busca incessante por mão de obra barata e lucros maiores.

Ainda, no texto “Condições de Vida, Moradia e Trabalho no Espaço Urbano”, de Iracema Brandão Guimarães, são observados temas relativos às esferas da reprodução e consumo, tais como: os tipos de consumo (produtivo, coletivo e básico); as mudanças nas estruturas de consumo das famílias; a recente desinserção da mão de obra no sistema produtivo, isso, associada ao desemprego ou empregos considerados precários; os altos custos das moradias e da alimentação nos centros urbanos; assim como o transporte e a saúde. Dessa forma, o texto trata, sobretudo, do aumento da dependência econômica e social dos indivíduos, famílias, bairros e comunidades das áreas urbanas brasileiras, incluindo, ainda, a relevância das transformações no mundo rural.

O texto “Espaço Urbano e Luta de Classes: Os Rebatimentos das Desigualdades da Cidade Capitalista para a Classe Trabalhadora”, de Deive Ferreira da Silva Matos, retrata a dinâmica das relações sociais dentro do espaço urbano no modo de produção capitalista vigente e suas inerentes contradições relacionadas às lutas de classe, luta por moradias e desemprego.

Já o texto “Trabalho, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: Implicações para Uma Proposta de Formação Crítica”, de

Neise Deluiz e Victor Novicki, tece observações sobre as dissoluções das fronteiras e os processos econômicos, assim como o cumprimento das legislações trabalhistas e ambientais de cada país, um tema bastante atual em um contexto de globalização.

Assim, as questões ambientais e do trabalho vêm assumindo novas configurações com o aprofundamento do processo de globalização, com a restauração produtiva e a adoção de políticas econômicas de corte neoliberal. Acordos como o Relatório de Brundtland e o Clube de Roma têm se tornado cada vez mais comuns, em busca de um desenvolvimento justo, solidário e sustentável entre os países.

No texto “Implicações da Globalização no desenvolvimento socioeconômico e na Sustentabilidade Ambiental”, Grazielle Rodrigues de Oliveira discute sobre as propostas que interseccionam desenvolvimento econômico e meio ambiente sustentável, levando em consideração o dilema do reconhecimento dos recursos naturais como limitado e a geração de lucro. Ressaltando, ainda, as corporações privadas que têm papel importante nas relações internacionais, bem como uma mudança em relação aos poderes do próprio Estado nessas relações, razão pela qual os Estados se vêem presos às ações do mercado mundial.

Para tanto, a relação da sociedade com a natureza deve ser redefinida, as necessidades básicas da população precisam ser resolvidas e a relação com o consumo deve ser consciente, preva-

levendo o equilíbrio. Não há desenvolvimento se por um lado há o desperdício e, por outro, a completa falta de recursos.

No texto “Desenvolvimento, Globalização e Trabalho Docente”, Ronaldo Baltar afirma que a globalização não tem o mesmo impacto social para todos os países, embora todos tenham maiores ganhos econômicos, destacando, assim, as peculiaridades locais de cada unidade. Temas como as mudanças na qualidade do emprego ofertado, qualidade local das relações de trabalho e as relações entre os setores público e privado também são tratados ao longo do texto, assim como a qualidade de vida, a redução da pobreza, a distribuição de renda e o desenvolvimento com preocupação social.

Do mesmo modo, no texto “Os Impactos da Globalização no Mundo do Trabalho”, de Angela Maria de Sousa Lima, é relatado sobre a degradação das condições de trabalho e o ocultamento da dominação política. O trabalhador passa a se alimentar de enganosa liberdade e autonomia, que esconde uma ideologia de exploração, com piores condições de trabalho, maior jornada, ausência de direitos, arduamente conseguidos pela luta de classes. Além disso, afirma-se sobre os investimentos em tecnologia, com a importação maciça de máquinas e equipamentos dotados de alta capacidade tecnológica.

No texto “Capital, Força de Trabalho e Relações de Gênero”, de Susan Ferguson e David McNally, é feita uma abordagem sobre

as relações de gênero dentro do lar, opressão às mulheres, imposto, sobretudo pelo próprio desenvolvimento capitalista.

Leonardo Dias Alves, no texto “A Divisão Racial do Trabalho Como Um Ordenamento do Racismo Estrutural”, relata sobre o mercado em seu caráter estrutural, a divisão racial do trabalho e a manutenção dessa forma de sociabilidade, mesmo que haja casos em que esses estereótipos sejam incondizentes ou injustos.

No texto: “Mobilização Popular Contemporânea: Lulaços, Flashmobs, e Bomba Semiótica” de Uilmer Rodrigues Xavier da Cruz, Abner Brandão Carvalho, Eduardo Rodrigues Ferreira e Ricardo Alexandrino Garcia é relatado sobre como as imagens veiculadas pela mídia reforçariam posições já consolidadas.

O trabalho intitulado “O Fim dos Empregos”, de Valéria Pero, trata das inserções de tecnologias ligadas à produção, que tem substituído mão de obra, principalmente a de baixa qualificação. Dessa forma, empregos com um maior grau de especialização ainda são menos atingidos. Além disso, a autora fala sobre a requalificação do terceiro setor.

O texto “Nova Divisão Internacional do Trabalho e Terceirização: Da Centralidade da Categoria Trabalho à Flexibilização dos Direitos dos Trabalhadores”, de Ângelo Felipe Zuchetto Ramos e Josnei Machry Weber, aborda as sociedades centrais e periféricas, e como a especialização eleva os padrões de vida. Ainda, são

destacadas as novas fronteiras de acumulação de capital e a abertura de capital, e como isso acarreta a precarização do trabalhador, na busca pela diminuição de custos e pela mais valia, fomentando, inclusive, a flexibilização da organização produtiva e o esmagamento da dignidade da pessoa humana enquanto trabalhador.

Alexandre Gori de Maia, em "Geografia do Trabalho", faz uma análise com enfoque no mercado de trabalho, sob os aspectos das diferentes regiões do Brasil em prol das possibilidades de geração de renda de uma população. De acordo com o autor, o estágio de desenvolvimento socioeconômico de uma população pode ser verificado sob vários enfoques, sendo frequente o uso de informações associadas, por exemplo, à renda, consumo, saúde, escolaridade e infraestrutura dos domicílios familiares. Pouca atenção, entretanto, têm sido dedicada aos indicadores associados à composição da estrutura ocupacional, uma aproximação para o dinamismo do mercado de trabalho, das relações sociais e possibilidades de geração de renda de uma população.

A ocupação das pessoas é fator fundamental na definição da estrutura de uma sociedade, sem, obviamente, deixar de se considerar as diferentes posições sociais que podem surgir dessa definição. Como fontes de renda, as ocupações estão ligadas à inserção dos indivíduos no mercado de produtos e, como normalmente acarretam uma certa dose de prestígio, são também relevantes para o status social. Implicam também determinados graus de poder

sobre os outros, seja diretamente sobre os subordinados de uma empresa, ou indiretamente, em outras áreas da vida social.

São analisadas as classes ocupacionais associadas aos estratos econômicos, tendo em vista a estrutura ocupacional, em relação ao grau de desenvolvimento socioeconômico dos municípios. Isso, tendo em vista que o estágio de desenvolvimento socioeconômico de uma população pode ser verificado sob vários enfoques, sendo frequente o uso de informações associadas, por exemplo, à renda, consumo, saúde, escolaridade e infra-estrutura dos domicílios familiares.

Configurar a população brasileira a partir da distribuição de sua estrutura ocupacional traria novos e importantes elementos para compreender seu extremo quadro de exclusão e desigualdade, além de fornecer uma nova e relevante dimensão para a análise das relações entre espaço e desenvolvimento socioeconômico. Assim como os condicionantes históricos, culturais e ambientais influenciam o grau de desenvolvimento socioeconômico de uma região, os diferentes estágios de desenvolvimento regional determinam distintas estruturas ocupacionais, exercendo papel fundamental na distribuição geográfica da população e, portanto, na configuração espacial da sociedade.

A distribuição dos municípios brasileiros, segundo a composição de suas estruturas ocupacionais, por exemplo, foi

obtida a partir das informações da base de microdados da amostra do Censo Demográfico 2000. Nessas estruturas, considerou-se apenas os indivíduos ocupados, ou seja, aqueles que exerceram algum trabalho remunerado na semana de referência, ou não remunerado, seja em atividade de autoconsumo ou em ajuda a membro do domicílio, aprendiz ou estagiário, ambas desenvolvidas durante pelo menos uma hora por semana.

Embora as classes ocupacionais sejam um importante indicador da inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e na sociedade, não podem ser desconsideradas significativas distinções, no nível de renda, que possam surgir dentro de cada um desses agrupamentos. Essa desigualdade é ainda mais acentuada pelo fato de se tratar de uma sociedade notadamente heterogênea como a brasileira, na qual, mesmo em grupos sociais com oportunidades relativamente homogêneas, é comum encontrar significativas distorções distributivas.

Para resumir essa complexa estrutura de relacionamentos, em alguns grupos municipais relativamente homogêneos, definiu-se uma tipologia municipal de desenvolvimento socioeconômico a partir do emprego conjunto das técnicas estatísticas multivariadas de análise de correspondência e cluster. Enquanto a análise de correspondência possibilitou a redução da estrutura de relacionamentos entre as variáveis de interesse, a análise de cluster permitiu a agregação de características relativamente

homogêneas para a constituição dos grupos municipais de desenvolvimento socioeconômico.

Embora a classificação obtida não permita quantificar as relações entre os municípios brasileiros, permite identificar uma clara hierarquia de desenvolvimento socioeconômico entre os grupos municipais. São classificados em 5 grupos: Municípios Urbanos Desenvolvidos, Municípios Urbanos Agrícolas, Municípios Rurais Urbanizados, Municípios Rurais, Assalariados e Municípios Rurais Autoconsumo.

Da mesma forma que a distribuição das classes ocupacionais de um município determina, em grande medida, a distribuição dos estratos econômicos, ela está também associada à parcela de classificados e subclassificados dentro de uma mesma classe ocupacional.

De maneira geral, constata-se a concentração de municípios mais desenvolvidos, sobretudo, no estado de São Paulo, Rio de Janeiro, sudoeste de Minas Gerais e, em partes da região Centro-Oeste, seguindo um aparente prolongamento do desenvolvimento observado no oeste paulista.

Os municípios agrícolas menos desenvolvidos, por sua vez, concentram-se na região da floresta Amazônica, no Sertão nordestino e na parte centro-oeste da região Sul, na área da mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul.

É na Região Norte, sobretudo no estado do Amazonas, que se observa o maior número representado de municípios rurais menos desenvolvidos, onde prevalece o trabalho não remunerado de auto-consumo. São comunidades ribeirinhas com precárias condições de desenvolvimento socioeconômico, onde o extrativismo ainda se mantém como principal fonte de subsistência.

Por outro lado, no Nordeste, as três zonas climáticas bem definidas (Zona da Mata, Agreste e Sertão), não exerceram um papel muito claro na constituição da estrutura ocupacional dos municípios. A Zona da Mata, que se estende pela faixa litorânea atlântica nordestina, concentra as forças produtivas mais desenvolvidas da região devido à herança da base econômica formada na produção de açúcar e algodão para o mercado externo, além de possuir uma forte estrutura turística em muitas de suas belas praias.

Já em São Paulo e no Rio de Janeiro se concentram os municípios urbanos mais desenvolvidos. No estado do Rio de Janeiro, há uma forte estrutura voltada para o turismo e para a indústria do petróleo.

Em São Paulo, o crescimento dinâmico e integrado dos setores cafeeiro, agrícola, rodoviário, industrial, comercial e financeiro conferiram ao estado, já antes da grande crise de 1929, posição privilegiada no desenvolvimento econômico nacional, que se mantém

até os dias atuais. Ao contrário das demais regiões, São Paulo desenvolveu um compartimento industrial eficientemente estruturado e com alta produtividade, o que lhe garantiu competitividade nacional e internacional.

Já os estados de Minas Gerais e Espírito Santo apresentam padrões espaciais mais semelhantes aos estados vizinhos da Região Nordeste. Em Minas Gerais, os municípios urbanos mais desenvolvidos aparecem com maior frequência na zona do Triângulo Mineiro e na região metropolitana de Belo Horizonte. Na parte norte desse estado, onde o clima, cultura e o desenvolvimento social lembram muito o interior nordestino, concentra-se a massa de miseráveis de Minas Gerais, com uma clara prevalência de municípios dos 3 últimos grupos de desenvolvimento socioeconômico.

Sendo assim, compreende justamente a área da mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, que abrange o norte do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná. É historicamente uma região com grau de urbanização relativamente baixo, onde predominam a pequena propriedade rural e precárias condições de moradia para uma parcela significativa da população.

No extremo meridional do Rio Grande do Sul, na mesorregião da Metade Sul, prevalecem municípios com uma estrutura ocupacional tipicamente prestadora de serviços e um número

relativamente elevado de miseráveis para os grupos de desenvolvimento aos quais pertencem. A classificação urbana desenvolvida de muitos desses municípios pode parecer um contraste em uma região historicamente caracterizada por extensas áreas de pecuária e produção de arroz, além de baixo desenvolvimento social, mas se justifica pela distribuição da população entre as classes ocupacionais.

A região Centro-Oeste começou a se configurar como uma das principais produtoras agropecuárias brasileiras a partir da inauguração de Brasília, em 1960 e na década de 70, com o êxodo de inúmeros minifundiários empobrecidos da Região Sul, atraídos por facilidades como concessão de terras e financiamentos oficiais. Sendo assim, sustentado pela riqueza proporcionada pelo agronegócio, o Centro-Oeste já começa a alavancar uma segunda onda de expansão da economia, baseada na industrialização, na inovação tecnológica e na prestação de serviços.

Os principais pólos de desenvolvimento dessa região estão associados à indústria agropecuária. É o caso, por exemplo, do município de Rio Verde e suas adjacências, no estado de Goiás. A prosperidade trazida pela soja atraiu investidores gaúchos e paulistas a Rio Verde, que hoje é não só um dos maiores produtores de soja do estado, como também abriga um dos pólos produtivos mais modernos do país, com centenas de empresas gravitando em torno da processadora de alimentos Perdigão.

Enfim, a grande maioria dos municípios brasileiros apresenta um baixo padrão de desenvolvimento socioeconômico, com predomínio das atividades agrícolas e uma massa expressiva de trabalhadores mal remunerados. Os poucos municípios urbanos desenvolvidos concentram a maior parte da população brasileira e, embora apresentem uma maior participação relativa de ocupados nos estratos econômicos mais elevados, acabam concentrando grande parte dos subclassificados do país.

Por fim, convém observar que Alexandre Gori de Maia faz uma análise bastante completa e controversa sobre as regiões econômicas do país e seu contingente populacional e econômico. Contudo, o texto parece exaltar somente a região econômica que concerne ao Estado de São Paulo e, em parte, o Rio de Janeiro, fazendo crer que o restante do país é composto por uma massa de miseráveis extrativistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a resenha e, sobretudo, nas aulas ministradas pelo professor Uilmer, foi possível estudar, trabalhar e debater sobre o conceito de trabalho em suas mais variadas perspectivas, desde as discussões dos textos até os documentários apresentados em aula, nos quais se pôde sedimentar o conhecimento, fomentar debates e esclarecer temas relacionados ao mundo do trabalho. Foram abor-

dados aspectos como a função do Estado em um mundo cada vez mais globalizado e submetido à lógica do capital, além de questões relacionadas a raça e gênero.

Ademais, o documentário “À Beira do Abismo – A Batalha por Matérias-Primas: A Mineração de Lítio no Brasil” também suscitou reflexões sobre o papel do Estado, as leis ambientais e trabalhistas, bem como a proteção da cultura dos povos originários. Discutiu-se, ainda, a possibilidade de uma extração mineral considerada limpa.

Os fatores positivos e negativos da globalização foram analisados, tais como a flexibilização do trabalho, o acesso à informação e a praticidade em determinados aspectos, assim como a precarização do trabalho e as implicações das leis trabalhistas e ambientais em cada país.

Além disso, foram discutidos os conceitos de centralidade e periferia em diferentes escalas e sua relação com o capitalismo. Também se refletiu sobre os sentimentos sociais induzidos pela mídia e o desenvolvimento sustentável como um ideal de produção.

Dessa forma, foi possível estudar e aprofundar questões abrangentes sobre Geografia e Trabalho, esclarecendo aspectos que antes estavam obscurecidos em nossas percepções.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Silvio. Racismo e subsunção real do trabalho ao capital. In: ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen, 2019. P. 105 – 108.

ALVES, Leonardo Dias. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. R. Katál., Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 212-221, maio-ago/2022.

BALTAR, R.. Desenvolvimento, globalização e trabalho decente. Caderno CRH, v. 26, n. 67, p. 105–122, jan. 2013.

DA CRUZ, Uilmer Rodrigues Xavier; GARCIA, Ricardo Alexandrino; CARVALHO, Abner Brandão, FERREIRA, Eduardo Rodrigues. Mobilização Popular Contemporânea: Lulaços, Flash-mobs e Bomba Semiótica. Cambiassu, v. 18, n. 31 – Jan./Jun. 2023

DELUIZ, Neise; NOVICKI, Victor. Trabalho, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: Implicações para uma proposta de formação crítica, 2017, 8p.

FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. Revista Outubro, n. 29, novembro/2017, p. 23 a 59.

GUIMARÃES, Iracema Brandão. Condições de Vida, Moradia e Trabalho No Espaço Urbano. Universidade Federal da Bahia. Centro

de Estudos e Pesquisas em Humanidades (CRH/UFBA).

HARVEY, David. Reivindicando a cidade para a luta anticapitalista. In: HARVEY, David. Cidades Rebeldes. Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2013, p. 209 – 272.

LIMA, Angela Maria de Sousa. Os impactos da globalização no mundo do trabalho. Terra e Cultura, ano XX, n. 39, p. 32 – 49.

MAIA, Alexandre Gori. Geografia do trabalho no Brasil. Confins [Online], n. 6, 2009, p. 1 - 21.

MARX, Karl. Caderno I.II. Ganho do Capital. In: MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2008. P. 40 – 47.

MATOS, Deivi Ferreira da Silva. Espaço Urbano e Luta de Classes: Os Rebatimentos das Desigualdades da Cidade Capitalista para a Classe Trabalhadora. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Grazielle Rodrigues de. Implicações da globalização no desenvolvimento socioeconômico e na sustentabilidade ambiental. Revista Orbis Latina, v. 8, n. 2, Julho – Dezembro/2018, p. 97 – 104.

PEREIRA, Isabel Brasil. Capitalismo histórico e civilização capitalista. Resenha. Trabalho, Educação e Saúde. V. 1, n. 1, p. 166 – 171, 2003.

PERO, Valéria. O fim dos empregos. Resenha bibliográfica: RIFKIN, Jermy. O fim dos empregos. Pesq. Plan. Econ., v. 26, n. 3, p. 549 -

558, 1996.

RAMOS, Ângelo Felipe Zuchetto; WEBER, Josnei Machry. Nova divisão internacional do trabalho e terceirização: da centralidade da categoria trabalho à flexibilização dos direitos dos trabalhadores. Anais do VIII Simpósio Iberoamericano em Comércio Internacional, Desenvolvimento e Integração Regional, 2017, p. 1 - 16.

III

O trabalho como meio geográfico de transformação

An aerial photograph of a densely packed urban neighborhood, likely in Brazil. The image shows a variety of multi-story buildings, some with balconies and air conditioning units. A large, leafy tree is prominent in the lower-left foreground. The overall scene is a high-angle view of a complex urban landscape.

Uriel Soares
Valadares

RESUMO

Este trabalho aborda a relação entre geografia e trabalho, destacando suas implicações na organização do espaço e nas dinâmicas sociais, por meio de uma metodologia qualitativa, baseada na revisão bibliográfica de textos selecionados e em discussões realizadas em sala de aula. O trabalho pretende expor alguns dos diversos campos passíveis de dialogar com essa temática e tem como objetivo explorar como o trabalho se relaciona com espaço e sociedade através da lente da geografia e da sociologia, passando por temas como o espaço urbano neoliberalismo, globalização, precarização e desigualdade.

Abstract

This paper addresses the relationship between geography and labor, highlighting its implications for spatial organization and social dynamics, using a qualitative methodology based on a bibliographic review of selected texts and classroom discussions, it seeks to present various fields of study that engage with this theme. The text aims to explore how labor relates to space and society through the lens of geography and sociology, addressing topics such as urban space, neoliberalism, globalization, precarization, and inequality.

INTRODUÇÃO

O trabalho é uma categoria essencial para se compreender as dinâmicas espaciais e, conseqüentemente, sociais e econômicas que moldam o espaço ao longo da história. Mais do que uma atividade produtiva, é um elemento central na transformação dos territórios e na configuração das relações sociais (Santos, 2004). Este estudo busca, então, explorar essas conexões, destacando os processos históricos e contemporâneos que influenciam o mundo do trabalho e sua relação com o espaço.

A relevância deste tema se torna ainda mais evidente diante das mudanças trazidas pela globalização e pelo modelo capitalista atual. A integração econômica global intensificou transformações no mercado de trabalho, como a flexibilização, a terceirização e a informalidade, fenômenos que precarizaram as condições laborais, ampliaram as desigualdades e geraram exclusão social.

No contexto brasileiro, essas dinâmicas assumem características particulares, incluindo a perda de controle estatal sobre os direitos trabalhistas e a legitimação de relações precárias de trabalho. Compreender essas questões é crucial para se enfrentar os desafios contemporâneos e refletir sobre alternativas futuras.

Dessa maneira, o objetivo deste trabalho é sistematizar alguns dos conteúdos que orbitam a temática geografia e trabalho, analisando as interações entre trabalho, espaço e sociedade. Para isso,

o texto está organizado em três seções principais. Na primeira, Geografia e Trabalho, serão apresentados os fundamentos teóricos que conectam a organização espacial e as dinâmicas laborais, destacando o papel do trabalho na estruturação da sociedade e dos territórios. Na seção Dinâmica do Trabalho no Espaço, será analisado como o trabalho organiza o espaço urbano e como as contradições do sistema capitalista se manifestam nas cidades. Serão também exploradas questões como precarização, racismo estrutural e exclusão social, com foco no contexto brasileiro.

Por fim, a seção Globalização, Trabalho e Futuro discutirá os impactos da globalização e do neoliberalismo no trabalho, além de refletir sobre o futuro do trabalho e as possibilidades apresentadas pela economia solidária como alternativa ao modelo capitalista predominante. Este estudo busca contribuir para o debate crítico sobre a relação entre geografia e trabalho, analisando suas transformações e apontando caminhos para práticas mais justas e sustentáveis no futuro.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para a elaboração deste trabalho fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, por meio da revisão bibliográfica dos textos selecionados para a disciplina de Geografia e Trabalho. A revisão foi conduzida com o objetivo de identificar, analisar e interpretar as principais contribuições teóricas e concei-

tuais dos autores sobre os temas, buscando compreender a relação entre trabalho, espaço e sociedade no contexto das dinâmicas geográficas. O primeiro passo consistiu na leitura crítica dos textos indicados, com foco em seus argumentos centrais, filiações teóricas e métodos empregados pelos autores. Durante essa etapa, foram destacados trechos e ideias que abordam diretamente as inter-relações entre trabalho, espaço e transformação social. Além disso, a metodologia incluiu discussões em sala de aula, com os colegas e o professor, que serviram como um espaço de troca de perspectivas e aprofundamento teórico. Essas interações foram fundamentais para confrontar e expandir os pontos de vista apresentados ao longo do texto, permitindo uma melhor abordagem dos temas à medida que foi colocada em discussão sob diferentes perspectivas.

Assim, a revisão bibliográfica e as discussões em grupo constituíram a base metodológica deste trabalho, assegurando que o desenvolvimento do texto estivesse ancorado em uma análise fundamentada, respeitando os objetivos da disciplina e a relevância teórica dos temas propostos.

GEOGRAFIA E TRABALHO

Geografia e trabalho são temas intimamente relacionados na dinâmica do desenvolvimento espacial, no decorrer da história da humanidade. A geografia como ciência procurou, em suas abordagens, estudar a crosta terrestre com diferentes enfoques em maior

ou menor grau. Em um primeiro momento, na perspectiva das ciências naturais, se preocupando com a forma e os processos que moldavam suas feições, as paisagens; e em outro momento, observando o desenvolvimento das regiões, criando uma prática voltada para a criação de uma coletânea de informações, uma catalogação dos lugares. Esse fazer foi questionado conforme a disciplina se desenvolveu, através de vertentes críticas, se voltando para os problemas da sociedade, com um número cada vez maior de autores preocupados com essas questões, ainda que não aparente ser essa uma prática hegemônica dentro da geografia.

Partindo de uma perspectiva materialista, é possível entender que a condição inicial da geografia decorre das conjunturas históricas e sociais, bem como de sua localização originária, fatores que associaram essa disciplina, em um primeiro momento, aos interesses dos impérios europeus. Seguindo sua proposição filosófica de conhecer para conquistar o mundo, a geografia assumiu, inicialmente, um caráter fortemente empirista, com o objetivo de catalogar informações sobre os lugares.

Conforme supracitado, seu desenvolvimento, concomitante às transformações socio-históricas, oxigenou diferentes aspectos de sua estrutura como disciplina e ciência, permitindo que outros focos de estudo e interesses ganhassem mais protagonismo. Entretanto, essas mudanças não foram suficientes para desvincular totalmente a geografia dos interesses hegemônicos da classe dominante, agora capitalista.

Nesse sentido, podemos introduzir o trabalho e seu papel no desenvolvimento do mundo sob a ótica da geografia. O trabalho pode ser entendido como uma atividade que, ao longo da história, esteve frequentemente relacionado à manutenção e reprodução do modo de vida das sociedades. No entanto, como aponta Santos (2004), vai além da simples manutenção de um modo de vida: ele é o instrumento pelo qual se promove a transformação do mundo.

Na perspectiva teórica desse autor, o desenvolvimento das técnicas é o motor da transformação do espaço, e esse, por suas características, também condiciona esse desenvolvimento, desempenhando um papel essencial na dinâmica do tecido social. Dessa forma, o trabalho e sua divisão no espaço se constituem historicamente, socialmente e geograficamente, variando conforme os diferentes fatores em um processo dialético de transformação mútua.

Com o surgimento de novos paradigmas sociais e modos de produção, o trabalho se modificou e assumiu especificidades em diferentes contextos sociais e espaciais. Atualmente, o modo de produção hegemônico, o capitalista, agencia as forças produtivas e coordena a divisão do trabalho, organizando o espaço de acordo com as características dos recursos disponíveis e determinando um certo tipo de produção e reprodução do espaço e do modo de vida social pela economia (Harvey, 1992). Na dinâmica capitalista, o agenciamento das forças produtivas promove e organiza essa divisão do trabalho. O capital lucra por meio da extração de um

montante final superior ao aporte inicial, obtido pela extração da mais-valia do trabalho das forças produtivas agenciadas, ou seja, da classe trabalhadora (Marx, 2008).

Dessa maneira, com o desenvolvimento do sistema capitalista, houve também a mudança do tecido social e da forma como a sociedade se relaciona com o trabalho. Agora alienado do modo de vida anterior, o trabalho passou a condicionar a vida em sociedade aos objetivos do capital.

Na perspectiva das ciências sociais, o trabalho continua sendo um elemento central na organização da sociedade e, como visto anteriormente, também na perspectiva geográfica, vinculada ao espaço, mesmo diante das transformações tecnológicas e produtivas do sistema capitalista. As novas condições de trabalho refletem mudanças na composição da classe trabalhadora e nas interações entre diferentes tipos de atividades, como as produtivas e improdutivas, fabris e de serviços.

Então, apesar dos avanços científicos e tecnológicos, o trabalho não foi substituído pela ciência ou pela esfera da informação, permanecendo como base essencial para a produção de mercadorias e para a dinâmica do sistema econômico (Antunes, 2002 apud Lima, 2020). Como força motriz da sociedade, o trabalho tem sido aprimorado desde o surgimento da humanidade, visando a obtenção de resultados cada vez mais vantajosos. Nesse contexto, as relações entre o homem e a natureza, assim como entre empregadores e

trabalhadores, foram moldadas ao longo do tempo pelas interações sociais e, mais recentemente, pelas dinâmicas trabalhistas. Inicialmente voltado para garantir a sobrevivência, o trabalho passou, em períodos posteriores, a ser orientado para a acumulação de capital (Ramos et al., 2017).

Nesse sentido, a lógica capitalista contemporânea intensifica a precarização, amplia o desemprego estrutural e degrada as relações entre o homem e a natureza. Esse modelo fomenta a competição e a produtividade de maneira destrutiva, aprofundando desigualdades e promovendo uma romantização vazia das relações de trabalho. Ainda assim, o trabalho permanece como uma referência simbólica, psicológica e cultural para os indivíduos, sendo uma das principais fontes de identidade e realização pessoal, o que pode ser evidenciado pelas reações daqueles que não têm acesso a ele. Isso demonstra que, apesar das crises e contradições, o trabalho ainda exerce um papel estruturante nas relações sociais (Lima, 2020).

DINÂMICA DO TRABALHO NO ESPAÇO

A cidade no capitalismo, e ao longo da história, é um lugar de importância para a circulação de mercadorias e oportunidades de trabalho para a classe trabalhadora (Matos, 2018). Também pode ser entendida como síntese dos problemas gerados pelo modo de produção. Ainda de acordo com Matos (2018), o espaço urbano,

devido às contradições do sistema, é capaz de concentrar postos de trabalho ao mesmo tempo que concentra uma população desocupada, composta por uma massa repleta de necessidades.

Parte dessa realidade pode acontecer devido a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto em diversos setores da economia, como por exemplo no industrial, com máquinas especializadas, ou no setor de serviços, através de um caixa de autoatendimento no supermercado. Nesse contexto de uma multiplicidade de atividades, um fragmentado capital molda a cidade com a finalidade de extrair valor da terra, promovendo a especulação imobiliária, que agrava o processo de precarização e a dinâmica populacional da classe trabalhadora dentro do espaço urbano.

Outra questão proveniente desse agenciamento é o racismo estrutural que, no contexto urbano, pode ser representado pela maioria étnica que ocupa espaços de favelização, assim como as respectivas posições de trabalho de pessoas negras. O racismo, como apresenta Alves (2022), decorre da estrutura dos processos sociais em diversas instâncias, como as relações econômicas, políticas, jurídicas e familiares, decorrendo principalmente do embate de classes.

No Brasil, essa segregação racial decorre diretamente do modo escravagista de exploração e da forma como as instituições brasileiras conduziram a mudança no regime de exploração para o trabalho livre, marginalizando, de forma sistemática e violenta,

como aponta Matos (2018), os negros e, conseqüentemente, condenando gerações a uma condição de maior instabilidade dentro dos quadros da classe trabalhadora. Nesse sentido, sobre a condição de vida da classe trabalhadora no contexto urbano brasileiro, a partir da república e do desenvolvimento do capitalismo no território, Guimarães (2022) explica como o arcabouço institucional movimentado pelas lutas consolidou alguns direitos no mundo do trabalho, a exemplo do salário mínimo e da jornada de trabalho.

Contudo, a condição de vida da classe trabalhadora que experienciou uma leve melhora, devido ao desenvolvimento econômico, ainda se mantém frágil pela susceptibilidade da renda frente aos gastos para se manter e assegurar a reprodução do modo de vida. Guimarães (2022) enfatiza a persistência de 3 fatores centrais no gasto da classe trabalhadora: moradia, alimentação e transporte. Esses pontos fundamentais, para garantir a produção e reprodução da vida material, se atrelam aos salários que, por sua vez, são concedidos mediante uma troca desigual com o capital. Essa dependência nos agenciamentos fragiliza a classe trabalhadora, o que fica evidente quando há uma reestruturação das forças produtivas. Assim observa-se, logo adiante, como o agenciamento das forças produtivas pelo neoliberalismo e a globalização interfere diretamente no poder da classe trabalhadora de se condicionar ao contexto da produção e reprodução da vida material.

GLOBALIZAÇÃO E TRABALHO FUTURO

A mudança do regime de acumulação a partir do pós guerra, isto é, a partir de 1973:

[...] teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, e de que esse conjunto pode com razão ser chamado de fordista- -keynesiano. O colapso desse sistema a partir de 1973 iniciou um período de rápida mudança, de fluidez e de incerteza. Não está claro se os novos sistemas de produção e de marketing, caracterizados por processos de trabalho e mercados mais flexíveis, de mobilidade geográfica e de rápidas mudanças práticas de consumo garantem ou não o título de um novo regime de acumulação nem se o renascimento do empreendimento e do neoconservadorismo[...] (Harvey, 1992. p. 119).

Essa mudança, a qual Harvey (1992) coloca como regime de acumulação flexível, se denomina também como neoliberalismo, que tem como uma das características centrais a transição das instituições legais, do aparato estatal, que, em um primeiro momento, se propuseram a fornecer alguns bens públicos para população em geral. Já em um segundo momento, o laissez-faire do mercado era a doutrina condutora.

Toledo (1997) apud Lima (2020), coloca o neoliberalismo vigente como a instrumentação completa do Estado em alinhamento aos interesses do grande capital, que, a partir da derrota da classe

trabalhadora, promoveu significativas rupturas nos pactos corporativos estabelecidos no pós-guerra (1945-1973). Esse modelo implementou uma nova disciplina no ambiente fabril, acompanhada de uma política de austeridade que impacta tanto os salários, quanto os gastos sociais, transferindo para os trabalhadores os custos das crises econômicas. A política neoliberal consolida a economia como elemento central da vida social, impondo valores e necessidades que se desvinculam do caráter individual e passam a moldar a identidade social e pessoal dos indivíduos. Nesse contexto, o mercado assume um papel determinante na organização das relações humanas, reforçando a subordinação da esfera social às dinâmicas econômicas.

Concomitante a esse processo da criação ou ajuste dos aparatos legais institucionais do estado, agenciados para dar suporte irrestrito ao capital, houve leve processo de globalização caracterizado pelas relações de empresas multinacionais e financeiras, resultantes desse ajuste institucional no que se refere às fronteiras comerciais, taxas de importação e exportação etc. Apesar dessa relativa maior abertura comercial, o essencial foi a maior facilidade de explorar o trabalho vivo (Baltar, 2013).

A globalização econômica intensificou mecanismos políticos, econômicos e ideológicos que favorecem o capital, ampliando a produção e enfraquecendo a organização dos trabalhadores. Estratégias como terceirização, flexibilização, informalidade

e busca por mão de obra barata têm contribuído para a precarização das relações de trabalho e o aumento da exploração da força laboral no Brasil. A demanda crescente por exportações levou empresários a priorizarem maior produtividade e automação, reduzindo o número de trabalhadores e aprofundando a exclusão social no mercado de trabalho. Assim, a globalização exerce impactos significativos nas questões sociais, especialmente nas mudanças relacionadas ao trabalho e aos trabalhadores (Lima, 2020).

No Brasil, esses processos desencadeiam a flexibilização dos direitos sociais, resultando no enfraquecimento de lutas históricas por melhores condições de vida. Com a integração do Brasil ao mercado global, especialmente após a Constituição de 1988, o Estado brasileiro passou a perder progressivamente o controle exclusivo sobre a criação de normas, resultando em privatização e fragmentação na regulamentação jurídica, especialmente no que diz respeito aos direitos trabalhistas. A reestruturação produtiva promovida pelas empresas conferiu legitimidade às condições laborais precárias, anteriormente vistas como inaceitáveis. Na década de 90, então, emerge uma convergência entre a retórica econômica da flexibilização e a adaptação das normas jurídicas trabalhistas. Esse processo tornou-se mais evidente com a adoção sistemática de modelos produtivos baseados no sistema toyotista, caracterizados pela intensificação da exploração da força

de trabalho e pela precarização das relações empregatícias (Lima, 2020).

Nesse contexto de precarização e reestruturação do trabalho pelos condicionantes econômicos, sociais e espaciais, outras formas de imaginar o funcionamento da sociedade ganham novo fôlego. Pero (1996), em sua resenha bibliográfica, traz as ideias de Rifkin (1996) sobre o fim dos empregos, apresentadas em seu livro de mesmo nome. Nesse texto, Rifkin (1996) entende o avanço da tecnologia como um caminho para o sufocamento da classe trabalhadora, na medida em que seria capaz de extinguir os empregos. Essa visão parte contra a ideia de que a inserção da tecnologia no processo produtivo, ao invés de gerar benefícios à sociedade (como mais tempo livre para o trabalhador), irá entregar recessão, desemprego e crise. Essa visão pessimista decorre do tipo de tecnologia que impulsionou a globalização, a revolução do setor informacional e das comunicações, que não seria capaz de absorver a população ativa na atividade laboral.

Antes de prosseguir na proposta de Rifkin (1996), é importante pontuar algumas críticas. Apesar de Rifkin entender a historicidade da construção dos processos presentes, sua lente analítica falha em compreender que os benefícios possíveis dessas novas tecnologias, partindo de uma perspectiva marxista, só não são devidamente endereçados à classe trabalhadora devido à impossibilidade atual do agenciamento das forças produtivas e dos meios de produção que poderiam ser orientados para a produção e redis-

tribuição dos recursos de manutenção e reprodução da vida material da classe trabalhadora.

Um exemplo hipotético é a redução da jornada de trabalho com a manutenção do salário. Caso fosse possível reduzir a jornada de trabalho pela metade e manter o salário, as vagas de emprego em todos os setores seriam dobradas e, no caso apresentado, da impossibilidade de absorção em alguns setores, seria possível realocar a população em outra atividade de acordo com a demanda da classe trabalhadora, mantendo, assim, o trabalho decente com o progresso técnico. Fora isso, como coloca Pero (1996), ficam de fora da análise o emprego autônomo, além das pequenas e micro empresas.

Para Rifkin (1996), a solução estaria em ocupar o tempo ocioso promovido pelo desemprego, através de um novo contrato social, com a centralidade da forma trabalho, sobre o conteúdo do trabalho comunitário, totalmente dependente do subsídio governamental, um salário social.

Podemos considerar a proposta de Rifkin (1996), apresentada no trabalho de resenha bibliográfica de Pero (1996), um movimento inicial para pensar o futuro do trabalho, mas também devemos reconhecer suas limitações, tanto na perspectiva econômica simplista, quanto na falta de ações estruturantes e aceitação da classe trabalhadora como um agente passivo nas construções das dinâmicas sociais. Isso contradiz sua dita base analítica histórica para outros eventos.

Em relação a um modelo alternativo de trabalho, que seja orientado e organizado pela classe trabalhadora, e com um arcabouço teórico mais estruturado, é o encontrado na proposta da economia solidária. No Brasil, um dos seus grandes entusiastas e teóricos, Paul Singer, apresenta alternativas e soluções para a crise do trabalho no sistema capitalista. Em suma, Singer (2018) argumenta que a proposta para solucionar a crise do trabalho passa diretamente pela classe trabalhadora, que deve construir um modelo de produção ordenado e orientado para a distribuição dos recursos, de maneira solidária e racional. Isso, apesar de algumas questões que, em última instância, dependem de benesses do Estado para acessar insumos que permitam a produção para sustentar a vida material. O Estado, por sua vez, como apresentado anteriormente no texto, desde a mudança do regime de acumulação, se encontra agenciado pelo capital dentro da forma neoliberal, tornando incerta a efetivação de um outro modo de trabalho nas condições atuais.

Essa manutenção da estrutura nos faz voltar a geografia como ciência do estudo e produção do espaço, que, nessa conjuntura, mostra a saída para produzir um outro espaço, um espaço comum, um espaço de qualidade de vida para a maior parte da humanidade. Enfim, é necessário mudar as relações de trabalho dentro da conjuntura atual e agenciar essas forças para outros rumos que sejam do interesse comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho explorou as diversas temáticas que materializam as inter-relações entre geografia e trabalho, enfatizando sua centralidade na configuração do espaço e das dinâmicas sociais. Desde as perspectivas históricas até os desafios contemporâneos impostos pela globalização e pelo neoliberalismo, ficou evidente que o trabalho não apenas transforma territórios, mas também é transformado por eles, criando um ciclo de interdependência dialética marcado por contradições.

O texto destacou como o modelo capitalista intensificou a precarização, a informalidade e a desigualdade, reforçando hierarquias socioeconômicas e espaciais, especialmente no contexto urbano brasileiro. Nesse cenário, a globalização emerge como um processo ambivalente. Por um lado, promoveu avanços tecnológicos e reconfigurações produtivas; por outro, precarizou as relações laborais e ampliou as desigualdades. Essas transformações, longe de serem neutras, refletem os interesses hegemônicos do capital, moldando o trabalho e o espaço de forma funcional às lógicas de acumulação. A substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, aliada à flexibilização e à terceirização, exemplifica a transformação material e real pelo capital, na produção do espaço urbano, para maximizar a exploração da força de trabalho, intensificando desigualdades e exclusões sociais.

Ao mesmo tempo, o texto apontou para a necessidade de imaginar alternativas que superem a lógica destrutiva do neoliberalismo. A economia solidária, proposta por Singer, representa um modelo promissor para reorganizar o trabalho e a produção em bases mais justas e racionais, orientadas pelas necessidades da classe trabalhadora. Contudo, como observado, sua implementação enfrenta limitações significativas, dado o agenciamento do Estado pelo capital e as barreiras estruturais impostas pela ordem neoliberal. Finalmente, o futuro do trabalho exige repensar profundamente suas formas e significados. A inserção de novas tecnologias e a potencial automação em larga escala podem, se não forem adequadamente direcionadas, aprofundar crises e exclusões.

Alternativas como a redistribuição do trabalho por meio da redução da jornada, e a construção de modelos cooperativos e solidários, podem oferecer caminhos viáveis para mitigar os impactos do modelo vigente. Para tanto, é crucial reconhecer o papel ativo da classe trabalhadora como agente de transformação social, rompendo com a visão passiva que muitas análises tendem a reproduzir. Em síntese, o trabalho, embora transformado ao longo da história, permanece essencial na configuração do espaço e na construção das relações sociais. Seu futuro dependerá não apenas das dinâmicas econômicas e tecnológicas, mas também das lutas políticas e sociais que possam construir alternativas orientadas para a justiça e a sustentabilidade.

Referências bibliográficas

ALVES, Leonardo Dias. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. R. Katál., Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 212-221, maio-ago/2022.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 4.ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

BALTAR, R. Desenvolvimento, globalização e trabalho decente. Caderno CRH, v. 26, n. 67, p. 105–122, jan. 2013.

GUIMARÃES, I. B. CONDIÇÕES DE VIDA, MORADIA E TRABALHO NO ESPAÇO URBANO. Caderno CRH, v. 35, p. e022031, 2022.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992. P. 117 – 120.

LIMA, Angela Maria de Sousa. Os impactos da globalização no mundo do trabalho. Terra e Cultura, ano XX, n. 39, 2020, p. 32 - 49.

MARX, Karl. Caderno I.II. Ganho do Capital. In: MARX, Karl. Manuscritos Econômico Filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2008. P. 40 – 47.

MATOS, Deivi Ferreira da Silva. Espaço Urbano e Luta de Classe: os rebatimentos das desigualdades da cidade capitalista para a classe trabalhadora. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018.

PERO, V. Resenha bibliográfica sobre O Fim dos Empregos. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 26, n. 3, p. 549-558, 1996.

RAMOS, Ângelo Felipe Zuchetto; WEBER, Josnei Machry. Nova divisão internacional do trabalho e terceirização: da centralidade da categoria trabalho à flexibilização dos direitos dos trabalhadores. Anais do VIII Simpósio Iberoamericano em Comércio Internacional, Desenvolvimento e Integração Regional, 2017, p. 1 - 16.

RIFKIN, Jeremy. O fim dos empregos. Tradução de Ruth Gabriela Bahar. São Paulo: Makron Books, 1996.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. P. 84 – 91.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. 2018.

TOLEDO, Enrique de La Garza. Neoliberalismo e Estado. In: LAURELL, Asa Cristina (Org.). Estado e políticas sociais no neoliberalismo. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

IV

Qual lugar na divisão internacional do trabalho pessoas negras³ ocupam ?

3. Essa resenha considera as pessoas negras como pretas e pardas.



Edson José de
Paulo Júnior

RESUMO

Esta resenha tem como objetivo realizar uma discussão com relação ao modo como a divisão do trabalho e a questão racial se desenrola no espaço geográfico, destacando como o desenvolvimento econômico e tecnológico tem sido historicamente apropriado por grupos específicos para consolidar seu domínio sobre o espaço geográfico e as estruturas sociais. A colonização e a escravidão foram base, em um período histórico, para a estratificação racial no mercado de trabalho, estabelecendo padrões de exploração que persistem até hoje, especialmente na precarização das condições de trabalho da população negra. O texto ressalta que, embora políticas afirmativas tenham proporcionado avanços, a desigualdade racial no trabalho ainda é uma realidade. O combate ao racismo estrutural e a promoção de políticas inclusivas são essenciais para garantir equidade no mercado de trabalho e na distribuição de riquezas no Brasil.

Abstract

This review aims to discuss how the division of labor and racial issues unfold in geographic space, highlighting how economic and technological development has historically been appropriated by specific groups to consolidate their dominance over geographic space and social structures. Colonization and slavery served as the foundation for a historical period of racial stratification in the labor market, establishing patterns of exploitation that persist to this day, especially in the precarious working conditions faced by the Black population. The text emphasizes that, although affirmative policies have led to progress, racial inequality in the workplace remains a reality. Combating structural racism and promoting inclusive policies are essential to ensuring equity in the labor market and the distribution of wealth in Brazil.

INTRODUÇÃO

A produção e o desenvolvimento do espaço geográfico estão intimamente ligados, historicamente, às formas de moldar, por meio do trabalho, os meios naturais. Para o autor Sodré (1976, p. 80):

A aceitação, consciente ou inconsciente do caráter dialético da natureza, generalizando-se nos meios científicos mais avançados, surgiu da própria acumulação de conhecimento empíricos: A natureza é a pedra de toque da dialética, e devemos assinalar que as modernas ciências naturais nos brindam, como prova disso, com acervo de dados extraordinariamente copioso e enriquecido a cada dia que passa, demonstrando, com isso, que, na natureza, tudo acontece de modo dialético e não metafisicamente (que não se move na eterna monotonia de um ciclo constantemente repetido, mas que recorre uma verdadeira história). Aqui há que citar, em primeiro lugar, a Darwin que, com sua prova de que toda a natureza orgânica existente, plantas e animais, e, entre eles, também o homem, é produto de um processo de evolução que dura milhões de anos, assestou na concepção metafísica da natureza o golpe mais rude.

Contudo, ao exercer esse “controle” sobre os recursos naturais, surgiu a necessidade de constante atualização das técnicas de trabalho. Processo que levou a um rápido avanço em direção à concentração dessas técnicas. Entretanto, o trabalho técnico desenvolvido ao longo do tempo não se tornou acessível a toda a sociedade, sendo apropriado e utilizado por grupos sociais específicos. Esses grupos podem ter os mais diversos representantes na

sociedade, como: a burguesia, as Organização ou o próprio Estado nação. Ao alcançarem o avanço técnico característico de determinado período histórico, assumem o controle sobre o desenvolvimento de formas e estruturas que impactam o território e o lugar.

Nesse sentido, agentes econômicos, políticos, sociais ou culturais, ao disporem de recursos tecnológicos, atuam de maneira autônoma no espaço geográfico, buscando extrair, portanto, sua mais-valia. Além disso, procuram exercer domínio sobre essas categorias, consolidando o controle da divisão do trabalho com objetivo de ampliar a concentração de renda, utilizando o espaço geográfico de maneira estratégica.

Outro ponto de ruptura que contribuiu para a divisão internacional do trabalho foi a migração forçada e a utilização da força de trabalho escrava. A maneira como essa força de trabalho foi utilizada, favoreceu inclusive a acumulação de riqueza através da exploração de pessoas que foram racializadas (pretos e pardos). Nos Estados nações em que existiu essa estrutura, é perceptível a estratificação de classes com o fator racial impregnado na estrutura social. Sendo assim, o objetivo deste texto é propor uma análise da divisão do trabalho, tendo o fator racial como ferramenta presente na estrutura de trabalho moderna dos dias de hoje, e, ao fazer essa análise, entender quais lugares pessoas pretas e pardas estão ocupando na divisão internacional do trabalho.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada para produção e desenvolvimento deste trabalho é qualitativa e quantitativa. As referências bibliográficas utilizadas no desenvolvimento desta resenha são os textos disponibilizados durante todo o primeiro semestre de 2024/2025 na disciplina de Geografia e Trabalho, que tinha como objetivo discutir questões do trabalho, como: abstrato, concreto, acumulação de riqueza e precarização do trabalho, questões de gênero, raça e meio ambiente, além da forma como a divisão internacional do trabalho se comporta no espaço geográfico.

Outras fontes de muita valia e importância foram as discussões durante todas as aulas e o trabalho de campo realizado em uma das associações que estão presentes dentro da cooperativa Redesol: organização de catadores de material reciclado, que está presente dentro da cidade de Belo Horizonte e localizada próxima à Avenida Presidente Antônio Carlos, número 4070.

DESENVOLVIMENTO

A maneira como o sistema econômico, social e cultural capitalista se consolidou em nossa sociedade foi marcada por sua extrema flexibilidade e clareza, a ponto de nos levar a pensar e agir como se esse sistema fosse algo intrínseco à natureza humana. O então autor Pereira (2003, p. 166 apud Wallerstein, 2001, p. 29) traz para

discussão uma reflexão importante:

A troca desigual é uma prática antiga. O que é notável no capitalismo como sistema histórico é a maneira como essa troca desigual pode ser escondida; foi tão bem escondida que até mesmo os oponentes confessos do sistema só começaram a desvelá-la, de forma sistemática, quinhentos anos depois.

A troca desigual a que se refere o trecho acima foi se consolidando através do avanço técnico característico de determinado período histórico: máquina de tear, máquina a vapor ou a carvão, bem como os meios de transporte do período das grandes navegações e da criação das ferrovias. Toda essa tecnologia permite o controle e o desenvolvimento de diferentes formas e estruturas que influenciam e influenciaram os mais diversos espaços geográficos. Os agentes econômicos, políticos ou culturais, ao disporem dessa tecnologia, atuam de maneira autônoma no espaço geográfico, buscando extrair a mais-valia do território e exercer domínio sobre essas dinâmicas, consolidando o controle da divisão do trabalho. Lógica evidenciada pela citação de Santos (2004, p. 88):

Aliás, os próprios países se distinguem entre eles pela respectiva tipologia de instrumentos financeiros. Esse raciocínio, aliás, é válido para os outros dados da vida económica e social, pois todos estão sujeitos à divisão territorial do trabalho. Essa divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e, segundo a sua distribuição espacial, redefine a capacidade de agir de pessoas, firmas e instituições.

Sendo assim, a partir dessa ideia de dominação do espaço geográfico e da financeirização do cotidiano, aqueles que dominam os meios de produção buscam cada vez mais obter o lucro através da exploração da classe trabalhadora e da transformação dos recursos naturais. No seguinte trecho, Marx (1844, p. 45) traz reflexões sobre a questão do trabalho:

O progresso que, portanto, o trabalho humano realiza sobre o produto natural (e que constitui o produto natural elaborado), não eleva o salário, mas, em parte, o número de capitais passíveis de ganho e, em parte, a proporção de cada capital subsequente com o anterior. Ele ganha duplamente: primeiro, com a divisão do trabalho; segundo, geralmente com o progresso que o trabalho humano imprime sobre o produto natural. Quanto maior a participação humana numa mercadoria, tanto maior o ganho do capital morto.

Tanto os trabalhadores retratados por Isaak Brodsky no período da União Soviética quanto os trabalhadores modernos — sejam eles com carteira assinada, vinculados à Carteira Verde e Amarela, microempresários ou autônomos — enfrentam um processo de desconfiguração de sua identidade pertencente à classe trabalhadora. Esse fenômeno está diretamente relacionado à busca incessante pelo lucro por parte daqueles que detêm os meios de produção, os quais permanecem no poder desde o surgimento e a consolidação da estrutura capitalista.

A descaracterização do trabalhador contribui para sua transformação em mercadoria ou em exército de reserva, tornando-o

apenas um instrumento para alimentar a ganância da burguesia e dos Estados imperialistas. O sistema capitalista, atuando nos âmbitos econômico, cultural, social e político, impacta profundamente a História da Arte e a vida cotidiana, convertendo indivíduos de diferentes raças e gêneros em mercadorias. No entanto, esta resenha não teria condições de abarcar todas as implicações desse processo. Por isso, optou-se por um recorte específico, abordando a experiência da população negra, que historicamente tem sido racializada e estigmatizada. Essas marcas, inscritas na trajetória histórica, ainda se fazem presentes no cotidiano.

A transformação de pessoas em mercadoria pode ser observada, de forma explícita, no sistema escravista que se instaurou em diversas partes do mundo, incluindo o Brasil, entre os séculos XVI e XIX. Essa estrutura reduzia pessoas negras a meras ferramentas de trabalho, descartadas ou exterminadas caso desafiassem seus senhores. Enfim, a brutalidade desse sistema é evidenciada em diversos relatos históricos, como os registrados pelo naturalista Charles Darwin, disponíveis no site de notícias BBC News Brasil (2022).

Em uma delas, ele menciona o caso de uma senhora que morava em uma casa em frente ao local em que estava hospedado no Rio de Janeiro e que guardava parafusos para torturar suas escravas domésticas, quebrando-lhes os dedos. Em outro, que ele define como algo que o marcou ‘mais que qualquer história de crueldade’, o episódio começa quando Darwin tenta se comunicar com um homem escravizado que o acompanhava em um barco.

Enquanto o cientista gesticulava de forma efusiva para tentar se fazer entender, acaba aproximando a mão do rosto do homem, que, assustado, baixa os braços: ele pensava que o naturalista queria bater em seu rosto, e abriu a guarda para que ele pudesse fazê-lo [...]

Dessa forma, é possível perceber como a população negra era tratada. Ao serem reduzidas a meras ferramentas, essas pessoas passaram por um processo de desumanização, no qual o trabalho vivo foi convertido em trabalho morto e, conseqüentemente, em mercadoria. Essa transformação fica evidente no seguinte trecho do autor Alves (2022, p. 214):

A análise crítica das contradições do escravismo possibilita compreender a unidade matriz do modo de produção escravista, ou seja, o sujeito escravizado. Dessa forma, o sujeito escravizado era, ao mesmo tempo, trabalhador, instrumento de produção de mercadorias e mercadoria. Portanto, esse é o nó inicial para analisar a divisão racial do trabalho no Brasil, não como uma questão anacrônica, mas como uma fundamentação histórica de um problema atual.

Essa desumanização da população negra foi historicamente construída no Brasil ao longo de três séculos e teve fim oficial apenas em 13 de maio de 1888. No entanto, os ex-escravizados ainda enfrentaram grandes dificuldades para acessar o mercado de trabalho, o que os levou a conviver com a violência, a falta de acesso a direitos

básicos e a exploração de sua força de trabalho. Essa realidade é evidenciada no seguinte trecho do autor Alves (2022, p. 216):

O racismo estrutural no emergente mercado de trabalho assalariado brasileiro determinou a constituição da divisão racial do trabalho, que se desenvolveu mediando a exclusão dessa população dos postos de trabalho formais, assim como também alocou essa população no desemprego e na desocupação, e aquelas(es) que eram inseridas(os) no mercado de trabalho assalariado ocupavam postos de trabalho de subsistência, precarizados, subalternizados, com baixa ou nenhuma remuneração

Antes de dissertar sobre o processo de precarização do trabalho, que até hoje afeta a população negra, é necessário abordar e trazer para discussão a questão da globalização. Esse fenômeno econômico consiste na expansão dos Estados, do capital financeiro e da indústria sobre os territórios dos países em desenvolvimento. Com essa expansão, as nações sofrem a influência política, cultural e econômica de um pequeno grupo detentor do poder nesses setores. Essa dinâmica fica ainda mais evidente no seguinte trecho do texto de Oliveira (2022, p. 101-102 apud Carvalho, 2007):

A globalização molda as relações sociais sobre aquele território, o comportamento, o consumo, os aspectos culturais são influenciados pelos processos de produção e pela política local, podemos colocar como exemplo as influências impostas pelo ocidente ao oriente, as influências políticas de uma grande potência sobre os países periféricos. Para seguir no ritmo da

globalização, a sociedade é homogeneizada, a lógica de produção e participação no mercado exige a padronização do modo de vida, os países com mais diferenças culturais são os que mais sofrem com o processo para não ficarem de fora do contexto geopolítico mundial. Estar de fora da conjuntura geopolítica da economia mundial pode significar sanções e enfraquecimento econômico, como por exemplo, as sanções econômicas dos Estados Unidos sobre Cuba.

Devido ao histórico de construção e desenvolvimento do trabalho no Brasil, somado à influência de grandes potências no contexto da globalização, ocorreu um processo de flexibilização da estrutura trabalhista. Como consequência, houve um aumento significativo no número de pessoas trabalhando informalmente ou em postos precarizados.

Contudo, esses atores sociais desempenham suas funções dentro da divisão do trabalho, o que contribui para a desarticulação da classe trabalhadora, sobretudo por meio da precarização laboral. Esse processo reduz a vida do trabalhador à mera produção de mercadorias, sustentada pela comercialização de sua força de trabalho. Tal comercialização busca explorar o trabalhador ao máximo, levando-o à exaustão, com o objetivo de gerar mais riqueza. Esse fenômeno é detalhado por Harvey (1992, p. 117-118), a seguir:

Há duas amplas áreas de dificuldade num sistema econômico capitalista que têm de ser negociadas com sucesso para que esse sistema permaneça viável. A primeira advém das qualidades anárquicas dos mercados de fixação de preços, e a segunda deriva da necessidade de exercer suficiente controle sobre

o emprego da força de trabalho para garantir a adição de valor na produção e, portanto, lucros positivos para o maior número possível de capitalistas.

Sendo assim, o processo de precarização do trabalho está cada vez mais presente no cotidiano dos trabalhadores. No entanto, essa realidade já faz parte, há muito tempo, do dia a dia da população negra. Segundo matéria publicada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), baseada em pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), essa parcela da população é a mais afetada pela precarização laboral.

O percentual de pretos ou pardos no mercado informal de trabalho no Brasil chegou a 47,4% em 2019, enquanto entre os trabalhadores brancos foi de 34,5%. Os negros eram maioria em atividades informais do setor agropecuário (62,7%), da construção (65,2%) e dos serviços domésticos (66,6%). Essas atividades em decorrência do desaquecimento do mercado de trabalho foram ampliadas desde 2014, com destaque para transporte, armazenagem e correio, alojamento e alimentação e construção. (CUT Brasil, 2019)

De acordo com o IBGE, entre as pessoas abaixo da linha de pobreza que ganham US\$ 1,90 por dia (R\$ 10,31 no câmbio oficial do dia 12/11), segundo a linha fixada pelo Banco Mundial, 70% eram de cor preta ou parda, enquanto a população que se declarou com essa característica era de 56,3% da população total. A pobreza afetou ainda mais as mulheres pretas ou pardas: eram 28,7% da população, mas 39,8% dos extremamente pobres e 38,1% dos pobres. (CUT Brasil, 2019).

Ao estabelecer uma estrutura baseada na conversão de riqueza

e na obtenção de lucro por meio da exploração da força de trabalho, os capitalistas consolidam seu domínio sobre o território, intensificando a desigualdade social. Historicamente, a população negra no Brasil sofre com essa desigualdade desde a chegada massiva de pessoas escravizadas a partir do século XVI.

No entanto, reduzir a população negra apenas à condição de pobreza e desigualdade seria uma visão limitada. Os dados quantitativos e a realidade empírica demonstram que essa parcela da população ocupa posições na divisão internacional do trabalho que, no primeiro sinal de crise econômica, são as primeiras a serem impactadas pelo desemprego ou, em muitos casos, sequer conseguem acesso a essas vagas.

Essa falta de acesso torna-se evidente ao analisarmos as hierarquias de poder político. Segundo o G1 (2024), “22% das cadeiras do Senado foram ocupadas por negros na última década”. O mesmo padrão pode ser observado em instituições educacionais tradicionais, como as universidades públicas do Brasil, conforme evidenciado em pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, 2023).

O Brasil soma mais de 58 mil professores negros em Instituições de Ensino Superior (IES). Os dados, referentes ao ano de 2022, foram levantados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ainda de acordo com o levantamento, mulheres negras atuando como docentes representam 26.770 pessoas; e homens negros, 31.541 indivíduos. Em comparação, o número de professores brancos atuando no Ensino Superior é mais que o dobro, chegando a 176.778 docentes.

Esses são apenas alguns exemplos básicos que podem ser observados nos mundos político e acadêmico. No entanto, há inúmeros outros que evidenciam a persistência de uma estrutura racista ainda presente na sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões apresentadas ao longo deste texto destacam a relação histórica entre a divisão do trabalho, a estrutura econômica capitalista e a questão racial no Brasil. Desde a invasão portuguesa e o início do processo de colonização, passando pelo período escravocrata até os dias atuais, observa-se a permanência de uma estrutura de desigualdade que impacta diretamente a população negra.

A forma como o trabalho foi apropriado por grupos específicos da sociedade, consolidando a exploração da mão de obra, reflete-se na atual divisão internacional do trabalho e nas condições precárias enfrentadas por muitos trabalhadores negros. Por meio da análise de referências teóricas e empíricas, percebe-se que a estratificação racial no mercado de trabalho brasileiro não é um fenômeno isolado, mas sim um reflexo de processos históricos de marginalização. Dados estatísticos e relatos históricos reforçam a desigualdade existente, evidenciada na dificuldade de acesso a cargos de poder e na maior presença de negros em atividades precarizadas e informais.

Ademais, a influência da globalização na estrutura trabalhista brasileira demonstra como as políticas econômicas globais contribuem para a reprodução das desigualdades sociais e raciais. A flexibilização das relações de trabalho, e a financeirização do cotidiano, aprofundam ainda mais a vulnerabilidade da população negra no mercado de trabalho.

Enfim, apesar dos avanços obtidos por meio de políticas afirmativas e de uma crescente mobilização social, os dados mostram que ainda há um longo caminho a ser percorrido para garantir condições equitativas de trabalho e renda para a população negra. A necessidade de um olhar crítico sobre a divisão racial do trabalho torna-se essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em que o acesso a oportunidades não seja condicionado por questões raciais ou históricas de exclusão.

Portanto, compreender a divisão do trabalho sob uma perspectiva racial é um passo fundamental para a transformação das estruturas sociais brasileiras. Essa discussão deve ser ampliada para diferentes esferas da sociedade, promovendo políticas de inclusão e medidas efetivas para combater o racismo estrutural que ainda permeia o mercado de trabalho e a distribuição de riquezas no Brasil.

Referências

ALVES, Leonardo Dias. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. R. Katál., Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 212-221, maio-ago/2022.

BBC NEWS BRASIL. Escravidão: os relatos de Charles Darwin sobre a brutalidade dos brasileiros no século 19. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-61686803>. Acesso em: 17 jan. 2025.

G1. 200 anos do Senado: 22% das cadeiras foram ocupadas por negros na última década. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/03/26/200-anos-do-senado-22percent-das-cadeiras-foram-ocupadas-por-negros-na-ultima-decada.gh.html>. Acesso em: 17 jan. 2025.

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo no final do século XX. In: HARVEY, David. Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, P. 117 – 120

INFORMALIDADE atinge 47,4% dos trabalhadores negros do Brasil, diz IBGE. CUT Brasil, São Paulo, 12 nov. 2019. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/informalidade-atinge-47-4-dos-trabalhadores-negros-do-brasil-diz-ibge-766e>. Acesso em: 14 jan. 2025.

MARX, Karl. Caderno I.II. Ganho do Capital. In: MARX, Karl.

Manuscr̃itos Econômic̃o Filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2008. P. 40 – 47.

OLIVEIRA, Grazielle Rodrigues de. Implicações da globalização no desenvolvimento socioeconômico e na sustentabilidade ambiental. Revista Orbis Latina, v. 8, n. 2, Julho – Dezembro/2018, p. 97 – 104

PEREIRA, Isabel Brasil. Capitalismo histórico e civilização capitalista. Resenha. Trabalho, Educação e Saúde. V. 1, n. 1, p. 166 – 171, 2003.

SANTOS, Milton. Da diversificação da natureza à divisão territorial do trabalho. In: SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. P. 84 – 91.

SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução à geografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF). Ausência de professores negros é ponto crítico em universidades. 2023. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2023/11/29/ausencia-de-professores-negros-e-ponto-critico-em-universidades/>. Acesso em: 17 jan. 2025.

V

Geografia e trabalho

Washington
Malaquias Soares
Uilmer Rodrigues
Xavier da Cruz

INTRODUÇÃO

O termo “trabalho” é usado para circunscrever toda atividade humana voltada à transformação da natureza. Cabral (2019) afirma que é: “a operação do homem sobre o meio, com o propósito de adaptá-lo, não só para satisfazer suas necessidades, mas também para garantir a sobrevivência de sua espécie” (Cabral 2019). Sendo assim, o trabalho está na base de toda a sociedade, estabelecendo as formas de relação entre os indivíduos, entre as classes sociais, criando relações de poder e propriedade, determinando o ritmo do cotidiano (Suzana Albornoz, 2004).

A geografia do trabalho, portanto, tem como principais objetivos compreender a relação entre trabalho, espaço geográfico e as dinâmicas sociais e econômicas, a partir da introdução dos conceitos fundamentais da Geografia. Além disso, analisar a evolução histórica dos modos de produção e as relações entre trabalho e capital, observando as diferentes formas de organização do trabalho e seus impactos na sociedade. Para, assim, poder identificar e conhecer as desigualdades sócio espaciais, bem como os impactos da urbanização nas condições de vida dos trabalhadores, no meio ambiente e na sociedade em geral.

Nesse sentido, a partir de leituras orientadas pelo professor da disciplina e debates promovidos em sala de aula, foi proposto um estudo com o objetivo de traçar um panorama que explique como

as relações sociais, as dinâmicas espaciais, as relações de produção, dentre outras, foram estabelecidas sob a vigência do capitalismo, desde sua origem, em meados do século XV, até os dias atuais.

METODOLOGIA

A presente resenha foi desenvolvida através de leituras da bibliografia indicada pelo professor. A partir de tais leituras, foram promovidos debates orientados em sala de aula e indicação de outras leituras e vídeos relacionados aos temas propostos.

Na primeira aula ministrada pelo professor Uilmer Rodrigues, foi proposto aos docentes que fosse elaborada uma resenha, ou revisão teórica, para ser apresentada ao final do semestre letivo, visando estabelecer a compreensão dos conteúdos ministrados ao longo da disciplina. É sob esse método que será pautada a escrita a seguir.

O QUE É TRABALHO?

Conforme mencionado na Introdução, o termo “trabalho” é usado para circunscrever toda atividade humana voltada à transformação da natureza. Cabral (2019) afirma que é: “a operação do homem sobre o meio, com o propósito de adaptá-lo, não só para satisfazer suas necessidades, mas também para garantir a sobre-

vivência de sua espécie” (Cabral 2019). Sendo assim, o trabalho está na base de toda a sociedade, estabelecendo as formas de relação entre os indivíduos, entre as classes sociais, criando relações de poder e propriedade, determinando o ritmo do cotidiano (Suzana Albornoz, 2004).

Nas primeiras civilizações humanas, a palavra trabalho era utilizada somente para designar as atividades manuais que exigiam esforço físico de quem as realizasse. Na Grécia antiga, essas atividades eram relativamente “mal vistas” porque predominava no imaginário social a crença de que o manuseio de ferramentas podia acarretar deformações somáticas e psíquicas no manuseador. Entre os hebreus, atividades manuais, como o trabalho agrícola, eram consideradas infames, pois eram tidas como uma forma de castigo — uma espécie de “reedição” da pena aplicada por Deus a Adão e Eva, os primeiros pecadores (Ferrater Mora, 2001).

DA DIVERSIFICAÇÃO (TRANSFORMAÇÃO) DA NATUREZA À DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO

Segundo Milton Santos (2004), a transformação da natureza (trabalho) possui relação direta com a organização sócio espacial ao longo da história. O autor defende a ideia de que a diversificação da natureza ocorre através da interação dos elementos naturais e da divisão do trabalho humano.

Essa divisão do trabalho humano apresenta diferentes faces, as quais podem se diferenciar conforme o contexto histórico ou do espaço (lugar). Sendo as principais divisões: divisão territorial, divisão sexual, divisão internacional, divisão social, dentre outras.

Santos (2004) avalia ainda que é fundamental a compreensão dos conceitos da divisão do trabalho para que se possa estabelecer o entendimento das transformações sócio espaciais, uma vez que assim se organiza a distribuição de recursos e atividades ao longo do território, estabelecendo ou criando hierarquias condicionantes para a organização social de lugares e sociedades.

Portanto, para Santos (2004), a divisão do trabalho não é apenas um fenômeno social, mas também um fenômeno territorial fundamental para a análise das dinâmicas sociais e suas implicações na forma como as sociedades se organizam ao longo dos territórios.

TRABALHO E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

Partindo da análise de Santos (2004), do tópico anterior, fica definido que a relação entre homem e transformação da natureza (trabalho) não ocorre no “vácuo” e sim nos territórios, Ora! Nesse ponto é importante salientar o conceito básico de território, o que vem a ser: “usualmente definido como uma área do espaço delimitada por fronteiras a partir de uma relação de posse ou propriedade seja essa animal ou humana. Essa última apresenta versões

políticas, culturais, econômicas, regionais, entre outras” (Pena, 2015).

No chamado “Materialismo Histórico”, Marx deixa claro que não existem leis ou estruturas gerais que possam estabelecer regras absolutas que determinem como funcionam todas as sociedades do mundo. Porém, as análises feitas por Marx podem servir como orientação para que se possa investigar como se desenrolam as relações de produção no modo capitalista, ao longo da história.

Diante disso, é possível afirmar que a produção é historicamente determinada. O que se produz, onde se produz, quem produz, para quem se produz, como circula o que foi produzido, como se distribui a riqueza gerada a partir dessa produção etc.

Segundo a lógica marxiana, as relações de produção podem se dividir em alguns pontos, sendo importantes para essa resenha apenas dois deles. “A “relação técnica de produção” e a” relação social de produção”.

A relação técnica de produção é aquela em que o agente de produtivo (trabalhador) está envolvido em todo o processo da produção. Ou seja, desde a matéria-prima até o produto final. Exemplos disso são: o marceneiro que produz uma mesa de madeira, um pequeno agricultor que atua desde o plantio da semente à venda do produto na feira, o motorista de aplicativo (sendo ele dono do carro) que executa todas as etapas da corrida e vende na “feira” chamada UBER, o trabalhador informal do setor da construção civil

etc. Então, existe uma relação direta entre o trabalhador, o meio de produção (suas ferramentas) e o ofício desempenhado em função do “talento” ou técnica de quem desempenha o trabalho. Observa-se que entre o trabalhador, os meios de trabalho e o produto final existe uma unidade. Outro ponto a ser analisado é que essa relação de produção possibilita certa flexibilização/escolha do trabalhador (onde irá trabalhar, a hora que irá trabalhar, quando irá trabalhar, para quem venderá seu trabalho etc.).

É importante deixar claro que, embora exista a flexibilidade em escolher pontos em relação ao trabalho, a remuneração ou valoração do trabalho exercido ficará por conta do mercado, ou seja, embora o trabalhador não esteja alienado à vontade de um contratante direto, o valor de seu trabalho estará diretamente ligado às leis de mercado (oferta e demanda) e ainda ao status social ao qual seu labor se relaciona, como é o caso do pedreiro ou do médico, em que ambos podem ser trabalhadores autônomos).

A relação técnica de trabalho, que no parágrafo anterior aponta para o trabalho individual, também pode se manifestar de maneira semelhante no contexto de trabalho em cooperativas. Contudo, nesta resenha, optaremos por não nos aprofundar nesse tema, pois não é o foco do estudo neste momento.

Já na Relação social de produção, os agentes produtivos estão subordinados a uma nova classificação de atores sociais: Trabalhador/proprietário dos meios de produção. Ou seja, o

trabalhador é duplamente determinado, ele ainda é um trabalhador como indivíduo, mas também pode ser classificado como proletário. Isso acarreta várias mudanças, a principal delas é que o trabalho passa a assumir um caráter de mercadoria. O trabalhador não vende mais o produto final de sua produção, mas passa a vender sua força de trabalho, seu tempo. Nessa modalidade, o talento (a técnica) não são mais tão essenciais, o trabalhador não necessariamente participa de todas as etapas da produção. A mão de obra não precisa mais ser tão qualificada. É possível produzir treinando o trabalhador para realizar apenas uma etapa do processo produtivo. Exemplo disso é o marceneiro que antes pegava a madeira bruta e a transformava em uma mesa. Agora só precisa saber como passar uma lixa no tampo da mesa, outro irá envernizar, outro irá apertar os parafusos, assim sucessivamente.

Observa-se, então, (sob a perspectiva marxiana) que a relação social do trabalho sobrepuja a relação técnica do trabalho (no modo de produção capitalista), ou seja, a divisão social atuará de forma mais determinante nas forças produtivas.

Aquela flexibilização citada anteriormente, que relacionava o trabalhador individual e dono de seu meio de produção, deixa de existir. Agora o empregado não determina mais o seu horário de trabalho, o modo como irá trabalhar, a roupa que irá vestir, onde irá trabalhar etc. Agora seu trabalho será supervisionado, (preferencialmente por um “gerente” contratado pelo proprietário). O

trabalhador terá metas a cumprir, contas a prestar. A remuneração também será determinada por fatores como taxa de empregabilidade, status social que seu trabalho carrega, leis do mercado (oferta e demanda)⁴, lugar onde se realiza o trabalho (Divisão territorial do trabalho e divisão internacional do trabalho), taxa de lucro desejada pelo proprietário (embora Marx não deixe bem claro como se determina essa taxa de lucros), e outros fatores externos.

ESPAÇO URBANO E LUTA DE CLASSES: OS REBATIMENTOS DAS DESIGUALDADES DA CIDADE CAPITALISTA PARA A CLASSE TRABALHADORA

Sobre esse tópico, a disciplina propôs um estudo para que pudéssemos entender como se processam as dinâmicas das relações sociais dentro do espaço urbano no modo de produção capitalista vigente, bem como os rebatimentos que a dicotomia capital/trabalho reflete nesses espaços.

Como mencionado anteriormente, as relações de produção e, conseqüentemente, as relações sociais, não se desenrolam no vácuo. Ao contrário disso, elas se desenrolam nos territórios

4. O Exército Industrial de Reserva (EIR) é um conceito marxista que se refere a um grupo de trabalhadores desempregados ou subempregados que estão disponíveis para serem contratados a qualquer momento.

estabelecidos ao longo da história. O modo de produção capitalista determina a divisão da sociedade em classes, sendo as mais notórias a burguesia (donos dos meios de produção) e o proletariado (aqueles que vendem sua força de trabalho). Assim, podemos observar e concluir que a organização do espaço urbano tem uma relação direta com a maneira como se organizam as forças produtivas, e o Estado burguês age como “patrocinador” e organizador da construção desse espaço. Como estabelecido por Marx e Engels no trecho a seguir:

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, os quais só vivem enquanto têm trabalho e só têm trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital. Esses operários, constrangidos a vender-se a retalho, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro (Marx e Engels, 2010, p. 46).

Segundo Marx, desde o chamado período de acumulação primitiva, as relações sociais e produtivas foram estruturadas (e estruturantes) a partir da violência do Estado como mecanismo de imposição das formas sociais burguesas. O autor usa como exemplo o processo de formação do proletariado urbano, pautado pela resistência à expropriação das terras comunais a partir da afirmação da propriedade privada, implementada por legislações do embrionário Estado moderno inglês, em meados do século XV até a primeira Revolução Industrial. Nesse sentido, o Estado emprega um extenso diapasão de leis de trabalho com o objetivo de que o

trabalhador, agora expropriado de suas terras, tivesse como única opção vender sua força de trabalho para manter sua subsistência. Dentre tais leis, destaca-se: o Estatuto dos Trabalhadores, a Lei dos Pobres, as Leis de “antivadiagem” etc. O que se observa é que essas ações estatais moldaram uma nova organização do espaço urbano da Europa do século XV ao XIX (principalmente), pautada na expropriação das terras camponesas e na potencialização do êxodo rural.

Para contextualização e direcionamento, fica estabelecido, então, que:

- O trabalho é toda ação que tem como objetivo transformar a natureza ou elementos naturais;
- O trabalho pode assumir caráter diverso, conforme sua divisão e organização social;
- Todas as dinâmicas derivadas do trabalho humano se estabelecem e transformam o espaço geográfico;
- As relações de produção assumem papel estruturante na formação do espaço e suas organizações sociais;
- No caso de vigência do modo de produção capitalista, o Estado (burguês) atua de maneira direta, seja por meio da violência, coerção, legislação, etc., para construção e modelagem do espaço, visando programar as dinâmicas demandadas pelo modelo capitalista de produção e organização social.

TRABALHO E MEIO AMBIENTE

Uma vez estabelecido que a ação do homem visa transformar/adaptar a natureza (trabalho), agora a sociedade se pauta em um modelo cuja diretriz principal é o acúmulo de capitais obtido a partir do lucro proveniente da produção industrial, incentivo ao consumo e exploração da mão de obra (assalariada ou escrava), tendo como fonte de matéria-prima os recursos naturais.

A chamada “produção da existência” implica a criação de novas necessidades, a satisfação dessas necessidades e a geração de novas necessidades.

Diante dessa perspectiva, Deluiz e Novick (2017) propõem a construção de uma educação crítica e democrática, com o objetivo de promover um debate acerca de tais modelos de produção, trabalho e consumo.

A ideia central dessa proposta é analisar, com base nas reflexões dos autores, como alcançar, por meio da cultura, justiça social e combate às desigualdades, o chamado desenvolvimento sustentável.

Mészáros (2001) é citado para enfatizar que a educação deve ser usada como instrumento fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e para a criação de relações de trabalho e produção menos predatórias.

TRABALHO E GLOBALIZAÇÃO

Embora alguns autores aleguem que a gênese da globalização se deu no âmbito da chamada expansão marítima (século XVI) das potências europeias, Milton Santos avalia que a globalização tem origem a partir da década de 90, com o fim do período da Guerra Fria, no surgimento de uma “Nova Ordem Mundial” e crescimento de um modelo de capitalismo globalizado. Afirma-se, portanto, que a globalização é cultural, social, política e ambiental.

O professor Carlos Roberto Horta, em uma análise sobre os impactos da globalização e a chamada “revolução tecnológica” sobre a divisão internacional do trabalho (DIT), reflete sobre a elaboração de novos padrões na racionalização do processo produtivo. Do ponto de vista das empresas (principalmente multinacionais), isso significa um movimento de barateamento de custos de produção, principalmente baseado no ideário do chamado neoliberalismo, cujo ator principal é o mercado financeiro, ou capital especulativo.

Já a autora Ângela Maria Souza Lima (que faz parte da bibliografia proposta desta aula) enfatiza que a globalização do trabalho serviu como instrumento para um forte aumento nos índices de alienação e precarização das relações laborais. Observa ainda que, apesar das promessas de autonomia e liberdade feitas pela chamada revolução tecnológica, o que restou ao trabalhador moderno foi

uma realidade de insegurança e exploração. Argumenta também que a evolução das tecnologias não resultou na emancipação do trabalhador, mas sim em uma maior dependência e subordinação ao capital.

Um exemplo citado em debates em sala de aula foi o trabalho vinculado à nova tecnologia dos chamados aplicativos (plataformas) como: UBER, IFOOD, GLOVO etc. Nessa modalidade de trabalho, estabeleceu-se a ideia de que o trabalhador não é mais um mero empregado, mas sim um “empreendedor”, dono de seu próprio destino. Assim sendo, esse trabalhador tem a liberdade para escolher seu horário de trabalho, sua renda, seu local de trabalho, seu cliente, dentre outros aspectos. Contudo, o que se vê é um aumento colossal da precarização do trabalho, uma vez que o trabalhador dessa modalidade não possui nenhum tipo de segurança, seja de risco de acidentes, danos à saúde, seguridade previdenciária ou direitos trabalhistas (férias, 13º salário, seguro, alimentação, etc.).

Outro reflexo da globalização no trabalho é a busca por mão de obra mais barata e a obtenção de matérias-primas (recursos naturais) em países com legislações mais brandas, seja no aspecto de leis ambientais, trabalhistas ou cambiais.

TRABALHO E RAÇA

Essa aula teve como um dos textos de referência “A divisão

racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural”, onde Alves (2021) afirma que, para compreendermos as origens da precarização do trabalho das camadas mais populares da sociedade brasileira e suas relações laborais, é necessário analisar a intersecção entre racismo, escravismo e capitalismo no Brasil. O autor destaca como a herança do trabalho escravo moldou a estrutura do mercado de trabalho contemporâneo. Alves (2021) busca entender as raízes históricas da divisão racial do trabalho, enfatizando que a abolição da escravidão não resultou em uma verdadeira emancipação para a população negra, que foi deixada à própria sorte, conforme argumenta Fernandes (2017).

No referido artigo, o autor aponta a relação direta entre o chamado racismo estrutural e a precarização do trabalho da população negra. Citando Almeida (2018), Alves (2021) afirma que o racismo é um fator estrutural e estruturante na divisão social e racial do trabalho que vivenciamos na atualidade.

Essa compreensão deve ser voltada para o movimento do real, ou seja, como o racismo se expressa na sociedade capitalista para captar, na atualidade, as possibilidades, os limites, as tendências e as contradições que podem servir de fundamentação teórica para identificar a divisão racial do trabalho no Brasil.

Seguindo o raciocínio elaborado no parágrafo anterior, é importante refletir sobre em quais contextos históricos se deu a gênese da divisão social do trabalho no Brasil.

Em um primeiro momento, antes da chegada dos europeus à região, o trabalho nas terras brasileiras era pautado no “modo de produção tribal”. Ou seja, as atividades produtivas eram baseadas principalmente no extrativismo. A estratificação e hierarquização social desse período eram relativamente simples e estabeleciam uma divisão sexual do trabalho. Segundo o imaginário popular, as mulheres eram responsáveis pela alimentação, cuidados com as crianças, colheita e plantio, enquanto os homens cuidavam da caça, da pesca, da proteção etc.

Com a chegada dos portugueses em 1500, ocorreram significativas transformações na organização e divisão do trabalho no país. Inicialmente, a extração de madeira (“pau-brasil”) foi realizada com a mão de obra escrava da população nativa. Com a consolidação da colonização e a dificuldade de adaptação da mão de obra dos povos originários ao sistema de plantio dos europeus, voltado para a implantação da cana-de-açúcar, o país passou por uma nova transformação em sua estrutura de divisão social do trabalho. Isso, segundo Alves(2021), determinou uma nova e complexa organização social entre as classes fundamentais desse período: escravizados e escravagistas.

Lembrando que esse período é caracterizado pelo uso do solo brasileiro para a produção de cana-de-açúcar, atendendo à demanda do mercado das metrópoles europeias. Isso, com base em monoculturas e latifúndios, o que originou o atual sistema de distribuição agrária do território brasileiro.

Quanto à divisão do trabalho nesse período histórico, o fator marcante é a introdução da mão de obra escrava, com trabalhadores oriundos, principalmente, do continente africano. Esse sistema perdurou até 1888, com a abolição da escravatura.

Enfim, observa-se que foi um período marcado por uma profunda estratificação social e nas relações de trabalho, sendo que, se imaginássemos uma pirâmide social, teríamos no topo os senhores de engenho (donos de terras e de escravizados), na região intermediária, os trabalhadores livres, como comerciantes, artesãos, pessoas ligadas à Igreja Católica, e, na base, os trabalhadores escravizados.

Alves (2021) afirma que essa contextualização é crucial para compreendermos o que se chama de racismo estrutural no mercado de trabalho assalariado dos dias atuais. Não de maneira simplista ou absoluta, mas como base de estudo para futuros trabalhos que possam orientar políticas públicas para reduzir essas contradições estabelecidas ao longo de nossa complexa história.

“[...] faz parte da configuração do nosso capitalismo dependente e alimenta a divisão racial do trabalho e o racismo como forma de dominação política das camadas populares e das classes trabalhadoras” (COSTA, 2017, p. 10).

TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Essa aula teve como proposta analisar a importância dos movimentos sociais ao longo da luta anticapitalista. Como texto de referência, utilizamos “Reivindicando a cidade para a luta anticapitalista”, de David Harvey (pág. 209-272). O autor destaca que as lutas de classe e a luta anticapitalista não se limitam mais ao “chão de fábrica”, mas também se estendem a todo o espaço urbano. Seguindo essa linha de raciocínio, Harvey argumenta que essa luta deve ser inclusiva, acolhendo setores marginalizados da população.

Como já mencionado anteriormente neste texto, as relações produtivas, sociais e laborais, entre outras, não ocorrem no vácuo, mas sim nos territórios constituídos e derivados dessas relações. Assim, as contradições e distorções resultantes dessas interações se manifestam também no espaço urbano. O autor destaca que as lutas urbanas pelo direito à cidade devem ter a mesma importância que as lutas no “chão de fábrica”, uma vez que os espaços urbanos são organizados segundo a lógica do modo de produção vigente.

Harvey também avalia que o espaço urbano e sua concepção desempenham um papel fundamental no processo histórico de acumulação de capitais.

Com base nessa perspectiva, a turma estabeleceu um debate sobre os movimentos sociais que mais se destacam no cenário contemporâneo brasileiro, tais como: o Movimento dos Trabalhadores

Sem Teto (MTST), o Movimento das Catadoras de Resíduos Recicláveis e o Movimento Resiste Izidora, dentre outros.

Sobre este último (Resiste Izidora), segue-se um breve relato histórico da luta pelo direito ao espaço. A região da Izidora, localizada no vetor norte de Belo Horizonte (fazendo divisa com o município de Santa Luzia), é alvo de uma longa disputa entre a apropriação do território pelo Estado-capital, mediada pela lógica privatista, e outras formas de produção do espaço, realizadas por comunidades tradicionais ligadas a um quilombo remanescente na região e por ocupações urbanas de moradia, cuja produção do espaço segue a ordem do comum.

Por meio da ação de diversos instrumentos de política urbana, impulsionada pela Operação Urbana do Isidoro (OUI), evidencia-se um claro patrocínio público para a construção de um gueto de pobres na região, sem infraestrutura técnica e social adequada, financiado, principalmente, pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Além disso, a instalação de uma Vila de Passagem para abrigar famílias removidas pelas obras no Anel Rodoviário contribuiu para o surgimento de três ocupações urbanas na referida região.

Essas três ocupações urbanas – Rosa Leão, Esperança e Vitória – tiveram origem nas Jornadas de Junho de 2013 e ocuparam um terreno que, até então, não cumpria sua função social. Os ocupantes construíram suas casas de forma autônoma (mutirão) e começaram a produzir o espaço de maneira completamente diferente da lógica

do Estado e do mercado imobiliário.

A primeira ocupação a surgir foi a Rosa Leão, em maio de 2013. Pouco tempo depois, ainda no mesmo ano, surgiram as ocupações Esperança e Vitória (dados retirados do livro “Ocupações Urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte”, do Grupo de Pesquisa PRAXIS da UFMG).

O grande problema é que essa região está inserida no vetor norte, palco de intensa especulação imobiliária. Empreendimentos bilionários foram instalados nesse setor, como o condomínio fechado Alphaville e vários outros do mesmo tipo. Dessa forma, um grande número de empresas de capital cerca a área da Izidora.

Nesse cenário, diversos movimentos sociais, como a Comissão Pastoral da Terra e as Brigadas Populares, atuam de maneira feroz para garantir o direito de moradia das famílias que ali habitam.

“Enquanto morar for um privilégio, ocupar será um direito.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Geografia é uma ferramenta imprescindível para a análise histórica da ocupação e organização do espaço geográfico pela atividade humana. Nada melhor que a Geografia do Trabalho para narrar essa história, uma vez que, como mencionado anterior-

mente diversas vezes, é por meio do trabalho que se dá toda a transformação e adaptação da natureza. Através das relações produtivas, sociais e do modo de produção, é concebido o nosso cotidiano.

A disciplina ministrada neste semestre nos proporcionou uma espécie de viagem no tempo e no espaço, abordando desde a origem e o conceito do termo trabalho até seus desdobramentos, dinâmicas e distorções, resultantes das formas de organização e divisão do trabalho. “Não há, neste mundo, ser humano que não trabalhe, ainda que se possa escutar o contrário, por algumas atividades serem consideradas ‘menos trabalhosas’ do que outras.”

Referências Bibliográficas

SANTOS, Milton. Da diversificação da natureza à divisão territorial do trabalho. In: SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. P. 84 – 91.

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo no final do século XX. In: HARVEY, David. Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992. P. 117 – 120.

MARX, Karl. Caderno I.II. Ganho do Capital. In: MARX, Karl. Manuscritos EconômicoFilosóficos. São Paulo: Boitempo, 2008. P. 40 – 47.

PEREIRA, Isabel Brasil. Capitalismo histórico e civilização capitalista. Resenha. Trabalho, Educação e Saúde. V. 1, n. 1, p. 166 – 171, 2003. GUIMARÃES, I. B.. CONDIÇÕES DE VIDA, MORADIA E TRABALHO NO ESPAÇO URBANO. Caderno CRH, v. 35, p. e022031, 2022. MATOS,

Deivi Ferreira da Silva. Espaço Urbano e Luta de Classe: os rebaixamentos das desigualdades da cidade capitalista para a classe trabalhadora. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018, p. 1 - 14.

DELUIZ, Neise; NOVICKI, Victor. Trabalho, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: Implicações para uma proposta de

formação crítica, 2017, 8p.

ALVES, Leonardo Dias. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. R. Katál., Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 212-221, maio-ago/2022.

ALMEIDA, Silvio. Racismo e subsunção real do trabalho ao capital. In: ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen, 2019. P. 105 - 108.

HARVEY, David. Reivindicando a cidade para a luta anticapitalista. In: HARVEY, David. Cidades Rebeldes. Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2013, p. 209 - 272.

CRUZ, U. R. X. da; ALEXANDRINO GARCIA, R. PANORAMA DO TRABALHO (IN)FORMAL: BREVE INCURSÃO DA CLASSE SOCIAL PRECARIZADA DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS), [S. l.], v. 24, n. 1, p. 78–113, 2022. DOI: 10.35701/rcgs.v24.826. Disponível em: [//rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/826](http://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/826). Acesso em: 11 out. 2024.

VI

**Trabalho, opressões
e a organização
urbana no Brasil**

An aerial photograph of a densely packed urban neighborhood, likely in Rio de Janeiro, Brazil. The image shows a high concentration of multi-story residential buildings with various architectural styles, including balconies and flat roofs. A large, prominent green park area is visible in the lower right quadrant, providing a stark contrast to the surrounding urban development. The overall scene captures the complexity and density of the city's built environment.

Kivia
Ranielly Costa

RESUMO

O presente trabalho propõe uma revisão bibliográfica dos textos “A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural”, de Leonardo Alves (2022), “Capital, força de trabalho e relações de gênero” de Susan Ferguson e David McNally (2017) e “Condições de vida, moradia e trabalho no espaço urbano”, de Iracema Brandão Guimarães (2022). A partir de um diálogo entre os três escritos, observa-se que o desenvolvimento do capitalismo produziu um espaço desigual, assim como uma esfera produtiva alimentada por desigualdade e exploração, contudo, essas dimensões se complexificam a partir da apreensão do modo de produção a outras formas de opressão. Com isso, utiliza-se, além da já citada bibliografia, as reflexões de Heleieth Saffioti (2015), para fundamentar a arguição acerca da simbiose entre capitalismo, racismo e patriarcado, que vão caracterizar o funcionamento das diferentes formas de exploração e reprodução espacial existentes no Brasil hoje.

Palavras chave: Capitalismo; patriarcado; racismo; trabalho; urbanidades.

Abstract

The text proposes a literature review of the works “The Racial Division of Labor as an Ordering of Structural Racism” by Leonardo Alves (2022), “Capital, Labor Power, and Gender Relations” by Susan Ferguson and David McNally (2017), and “Living Conditions, Housing, and Work in Urban Space” by Iracema Brandão Guimarães (2022). Through a dialogue among the three writings, it is understood that the development of capitalism has produced an unequal space and a productive sphere fueled by inequality and exploitation, but these dimensions become more complex when considering the mode of production alongside other forms of oppression. Additionally, besides the aforementioned bibliography, the reflections of Heleieth Saffioti (2015) are used to support the argument of the symbiosis between capitalism, racism, and patriarchy, which characterize the functioning of the different forms of exploitation and spatial reproduction presente in Brasil today.

Keywords: Capitalism; patriarchy; racism; labor; urbanities.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo realizar uma revisão teórica sobre alguns dos temas abordados na disciplina Geografia e Trabalho. No decorrer desta argumentação, serão desenvolvidas discussões acerca da relação entre capitalismo, racismo e patriarcado, e como essa estrutura multifacetada fundamenta as relações de trabalho no Brasil, bem como a reprodução e a apreensão do espaço, incluindo a organização urbana.

Dessa forma, construiu-se uma análise baseada em três textos que dialogam com os temas mencionados, quais sejam: “A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural”, de Leonardo Alves (2022); “Capital, força de trabalho e relações de gênero”, de Susan Ferguson e David McNally (2017); e “Condições de vida, moradia e trabalho no espaço urbano”, de Iracema Brandão Guimarães (2022). Além disso, somam-se as contribuições de Heleieth Saffioti (2015) e sua compreensão sobre a importância das estruturas racial e patriarcal para a fundação e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Com base nessas referências, buscou-se construir uma breve reflexão sobre como o capitalismo, em sua forma multifacetada, atravessa o trabalho e influencia diversas dimensões do espaço urbano e das condições de vida da população brasileira.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a construção e efetivação deste artigo, foi realizada uma revisão teórica a partir dos textos estudados na disciplina Geografia e Trabalho. Além desses artigos, buscou-se dialogar com outros autores e documentos que serviram de referência ao longo do semestre letivo, com o objetivo de aprofundar a análise sobre a formação social do povo brasileiro.

Nesse sentido, a argumentação aqui desenvolvida adota uma abordagem qualitativa, buscando analisar a relação entre capitalismo, racismo e patriarcado, bem como a forma como essas estruturas influenciam a dinâmica do trabalho e da urbanização no território brasileiro.

DESENVOLVIMENTO

A socióloga brasileira Heleieth Saffioti, em seu livro *Gênero, patriarcado e violência* (2015), organiza uma profunda reflexão acerca dos fundamentos patriarcais e racistas do capitalismo brasileiro. Partindo da base extremamente patriarcal dos engenhos coloniais e estendendo-se por toda a evolução do modo de produção capitalista, Saffioti apresenta o conceito de nó, que expressa a simbiose — e não apenas a interseção — entre capitalismo, racismo e patriarcado. Esses elementos, combinados, estruturam o modo de produção vigente (Saffioti, 2015).

O processo de urbanização brasileira ocorreu entre o final do século XIX e meados do século XX, em um contexto já marcado por profundas contradições. Um marco importante desse processo foi a Lei de Terras de 1850, que organizou a propriedade privada no país, ainda sob a égide do escravismo colonial. Essa legislação elevou os preços das terras, restringindo, de forma velada, quem poderia vir a ser proprietário no Brasil.

Com a promulgação da Lei Áurea em 1888, foi oficializado o fim da escravidão no Brasil. No entanto, essa abolição formal não foi acompanhada por políticas públicas que garantissem amparo à população negra recém-liberta. No texto “A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural”, Leonardo Alves (2022) analisa esse processo e suas consequências, que se perpetuam até os dias atuais.

O texto de Alves divide-se em três momentos, correlacionando o período escravista às condições de trabalho e moradia a que a população negra continuou submetida ao longo do tempo. O autor destaca que o racismo estrutural é a base da divisão racial do trabalho e argumenta que essa divisão é uma categoria analítica fundamental para compreender as desigualdades no mercado de trabalho. Assim, a população negra enfrenta maior precarização e menores remunerações.

Além disso, Alves aponta que a superexploração do trabalho é uma continuidade do sobretrabalho herdado do escravismo.

Essa perspectiva, em diálogo com as reflexões de Santos Neto (2015), revela a relação entre a acumulação primitiva de capital e a escravidão no Brasil.

A reflexão final do autor provoca uma discussão sobre a conexão entre divisão racial do trabalho e superexploração, destacando a importância dessa análise na luta por justiça social no Brasil. As ideias de Alves (2022), em diálogo com Saffioti (2015), ajudam a compreender as desigualdades estruturais do capitalismo brasileiro. Complementando essa discussão, Susan Ferguson e David McNally (2017), no artigo “Capital, força de trabalho e relações de gênero”, aprofundam outra dimensão do nó que estrutura o modo de produção dominante.

O artigo de Ferguson e McNally (2017) enfatiza a necessidade de se incluir a opressão das mulheres na análise marxista. Segundo os autores, essa abordagem frequentemente comete o erro de relegar a dimensão de gênero a um plano secundário, resultando em uma compreensão incompleta das dinâmicas econômicas e sociais. A obra de Lise Vogel, “Marxismo e opressão às mulheres”, é evocada como um referencial teórico fundamental, pois acrescenta uma importante contribuição à análise marxista sobre o capitalismo e as relações de gênero.

Os autores apontam que, em “O Capital”, Marx (2015) realiza uma análise aprofundada do trabalho produtivo, mas, ao não considerar o trabalho reprodutivo, deixa de abordar uma engrenagem

essencial para o funcionamento do sistema capitalista. No artigo, destaca-se que o trabalho produtivo é remunerado, enquanto o trabalho reprodutivo não o é, o que gera uma nova dimensão da exploração das mulheres.

A reprodução da força de trabalho e sua expropriação são aspectos fundamentais para a manutenção do capitalismo. Nesse sentido, os autores discutem a dupla exploração das mulheres, que decorre tanto da produção quanto da naturalização do cuidado como uma característica inerentemente feminina — e, portanto, não reconhecida como trabalho. Além disso, apontam como essa estrutura leva as mulheres a receberem salários menores.

Ferguson e McNally também analisam a maneira como a opressão de gênero está intrinsecamente ligada ao modo de produção capitalista. Eles argumentam que a sustentação do capitalismo não depende apenas da exploração da força de trabalho para a produção de capital, mas também da exploração da reprodução, que é apresentada como uma atividade não remunerada. Esse mecanismo leva a uma dupla penalização das mulheres: além de realizarem trabalho não pago dentro do espaço doméstico, quando ingressam no mercado de trabalho, são subvalorizadas e submetidas a condições mais precárias.

Dessa forma, os autores propõem duas dimensões complementares em sua argumentação: reforçam, com base na obra de Vogel, a necessidade de incorporar a exploração das mulheres à análise

marxista e destacam que a luta pela emancipação feminina deve, necessariamente, ter um caráter anticapitalista, já que o cerne da opressão das mulheres está no próprio modo de produção.

A análise de Ferguson e McNally (2017) sobre a realidade das mulheres, articulada às reflexões de Alves (2022) sobre a opressão racial, evidencia como o capitalismo se estrutura a partir de diversas formas de exploração e dominação. Essas expressões se materializam concretamente na vida das pessoas e na produção e reprodução do espaço urbano. Nesse contexto, as contribuições de Guimarães (2022) serão essenciais para aprofundar essa discussão.

No artigo “Condições de vida, moradia e trabalho no espaço urbano”, Iracema Brandão Guimarães (2022) aborda elementos da urbanização brasileira e as condições de vida da população ao longo do tempo. A autora explora as “condições de vida” da população brasileira ao longo do século XX até a pandemia da Covid-19, em 2021. Com base em diversas perspectivas teóricas e na contribuição de vários autores, Guimarães analisa, por meio de dados estatísticos e comparações, o comportamento do consumo da população em relação a elementos básicos para a reprodução da vida, como moradia, transporte e alimentação nos centros urbanos brasileiros.

Guimarães argumenta que o consumo pautado por necessidades básicas de sobrevivência evidencia a precariedade a que a população de baixa renda está submetida. Segundo a autora, essa

precariedade se agrava ainda mais quando se considera a dificuldade de acesso a serviços de consumo coletivo, como educação e saúde. Um ponto crucial do texto é o debate sobre moradia.

A autora destaca que o elevado custo da moradia, frequentemente submetido à lógica da especulação imobiliária, especialmente nos grandes centros urbanos, é um fator determinante para o adensamento populacional em bairros periféricos, geralmente com infraestrutura precária.

Por se tratar de um estudo recente, Guimarães também apresenta uma reflexão sobre os primeiros impactos da Covid-19 no Brasil. Para além do alto número de mortes, a pandemia aprofundou ainda mais as desigualdades sociais, afetando diretamente os padrões de vida da população, sobretudo nos três elementos de consumo analisados pela autora: moradia, transporte e alimentação.

Dessa forma, ao relacionar as reflexões de Guimarães (2022) sobre as condições de vida nas cidades, com as análises de Alves (2022) e Ferguson & McNally (2017) sobre raça e gênero, percebe-se que as desigualdades vivenciadas pela população de baixa renda nos centros urbanos também se manifestam de maneira interseccional. A forma como diferentes sujeitos apreendem e vivem o espaço urbano é atravessada por suas condições sociais e econômicas. Essa experiência varia de acordo com as marcas sociais que cada indivíduo carrega, seja pela opressão estrutural que define

sua existência, seja pelas condições impostas pela superexploração do trabalho, sob à qual mulheres e pessoas negras estão, em geral, submetidas.

Como apontado por Heleieth Saffioti (2015), capitalismo, racismo e patriarcado são as bases que estruturam a sociedade em que vivemos, e essas permanecem em estado de simbiose. As relações de trabalho e organização espacial são pautadas por este nó, e se expressam materialmente na produção e reprodução da vida e da sociedade. Dessa forma, a divisão sexual e racial do trabalho são fundamentais para o pleno funcionamento do capitalismo, colocando outras dimensões à exploração trabalhista, que deságua também na capacidade de consumo e no padrão de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo que norteou a construção desta arguição foi a elaboração de reflexões acerca de algumas questões decorrentes das leituras realizadas ao longo da disciplina Geografia e Trabalho. Além disso, buscou-se estabelecer conexões com outras obras da literatura, trazendo para o debate autores fundamentais para se compreender a formação social do Brasil.

Reconhecendo as limitações da argumentação apresentada, ressalta-se que os temas relacionados ao trabalho e às dinâmicas urbanas contemporâneas, estruturadas a partir de um processo

histórico marcado por lutas diversas, mas também por profundas opressões associadas às dimensões de classe, raça e gênero, seguem sendo fundamentais para a compreensão das raízes dos problemas enfrentados atualmente no Brasil. Nesse sentido, apreender o cerne dessas opressões é essencial para a construção de soluções efetivas para os desafios sociais do povo brasileiro.

Por fim, como refletem Ferguson e McNally (2017), se a luta pela emancipação das mulheres exige uma perspectiva anticapitalista ao enfrentar a raiz de sua opressão, o mesmo se aplica à luta antirracista, à luta por melhores condições de trabalho e pelo direito à cidade. Essas batalhas ganham maior força e efetividade quando incorporam essa dimensão estrutural em suas reivindicações.

Referências bibliográficas

ALVES, Leonardo Dias. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. R. Katál., Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 212-221, maio-ago/2022.

FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. Revista Outubro, n. 29, novembro/2017, p. 23 a 59.

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: Editora Ática, 1978.

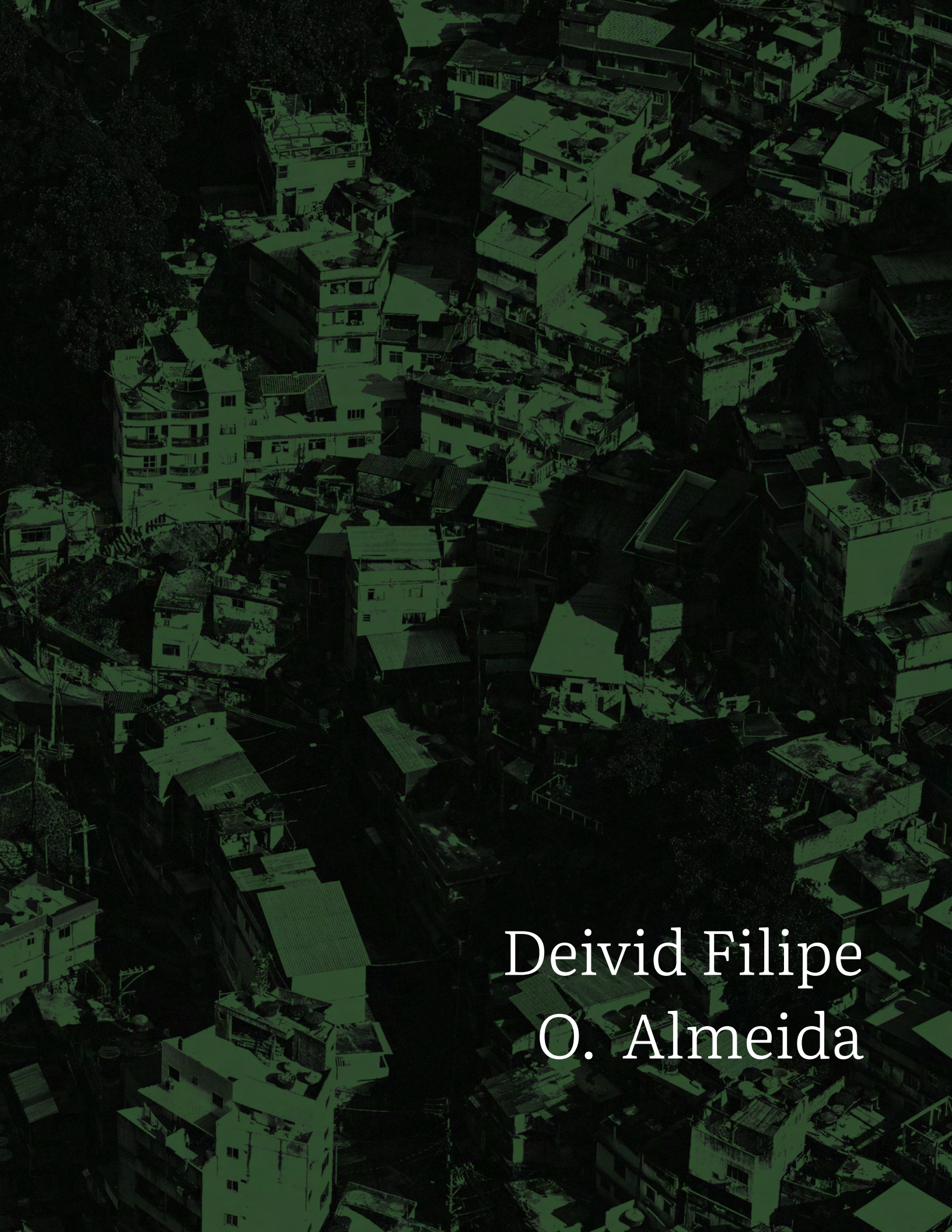
GUIMARÃES, Iracema Brandão. Condições de vida, moradia e trabalho no espaço urbano. Caderno CRH, v. 35, p. e022031, 2022.

MARX, Karl. O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. Boitempo Editorial, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero Patriarcado Violência. 2ª edição São Paulo: Expressão Popular, 2015

VII

Dinâmicas do capitalismo, trabalho e espaço urbano: uma revisão teórica crítica a partir da disciplina de geografia e trabalho

An aerial photograph of a densely packed urban neighborhood, likely in a developing country. The image shows a high concentration of multi-story residential buildings, many with balconies and satellite dishes. The buildings are interspersed with green trees and vegetation. The overall scene depicts a complex, high-density urban environment.

Deivid Filipe
O. Almeida

RESUMO

Este artigo revisa teoricamente as interações entre capitalismo, espaço urbano e relações de trabalho, baseando-se na bibliografia proposta pelos professores Dr. Uilmer Rodrigues Xavier da Cruz e Dr. Ricardo Alexandrino Garcia, que ministraram a disciplina de Geografia e trabalho no segundo semestre do ano de 2024, no IGC/UFMG. Discute-se aqui como a globalização, o racismo estrutural e a precarização das condições de trabalho impactam as dinâmicas socioespaciais. Metodologicamente, fundamenta-se em uma análise crítica das obras selecionadas, destacando as categorias de espaço, trabalho e desigualdades. A pesquisa evidencia a necessidade de uma abordagem interdisciplinar para compreender as relações entre classe, gênero e raça na formação das cidades contemporâneas.

Abstract

This article theoretically reviews the interactions between capitalism, urban space, and labor relations, based on the bibliography proposed by Professors Dr. Uilmer Rodrigues Xavier da Cruz and Dr. Ricardo Alexandrino Garcia, who taught the course “Geography and Labor” in the second semester of 2024 at the IGC/UFMG. It discusses how globalization, structural racism, and the precarization of working conditions impact socio-spatial dynamics. Methodologically, it is based on a critical analysis of the selected works, highlighting the categories of space, labor, and inequalities. The research emphasizes the need for an interdisciplinary approach to understand the relationships between class, gender, and race in the formation of contemporary cities.

INTRODUÇÃO

As transformações do espaço urbano, impulsionadas pelo capitalismo e suas crises cíclicas, revelam dinâmicas que afetam diretamente as condições de trabalho e vida, especialmente em contextos historicamente marcados pela dependência econômica e desigualdade estrutural, como na América Latina. A região apresenta um padrão histórico de organização do trabalho que combina exploração intensiva, hierarquias baseadas em classe, raça e gênero, e uma subordinação às dinâmicas globais do capitalismo. Esse processo resulta em uma estrutura socioeconômica marcada pela concentração de riquezas, pela informalidade e pela precariedade do trabalho, que persistem e se reconfiguram nas cidades contemporâneas.

Desde a colonização, a América Latina consolidou-se como fornecedora de matérias-primas e mão de obra barata para o mercado mundial, configurando-se como uma região periférica no sistema capitalista. Durante esse período, práticas como a escravidão, o trabalho indígena compulsório e os sistemas de plantation foram centrais para a acumulação de riquezas por parte das elites coloniais e estrangeiras. O trabalho foi estruturado não apenas como um meio de produção, mas também como um mecanismo de controle social, reproduzindo desigualdades de raça e classe que permanecem evidentes até hoje.

Com a industrialização tardia e as políticas de substituição de importações no século XX, a América Latina experimentou uma breve expansão do trabalho formal e do emprego urbano. No entanto, o crescimento econômico foi desigual e acompanhado pela persistência da informalidade e pela fragilidade das instituições trabalhistas. Esse contexto histórico criou uma base estrutural que favoreceu a intensificação da precarização do trabalho na contemporaneidade.

Nas últimas décadas, as transformações tecnológicas, impulsionadas pela automação, pela digitalização e pela economia de plataformas, têm reconfigurado profundamente as relações de trabalho. Essas inovações, embora promovam avanços em eficiência e produtividade, têm gerado um aumento significativo da precarização, especialmente na América Latina, onde o mercado de trabalho já apresentava altos níveis de informalidade.

O crescimento de ocupações vinculadas à economia de plataformas, como serviços de entrega e transporte, exemplifica essa precarização. Esses trabalhadores, frequentemente descritos como “empreendedores”, enfrentam jornadas exaustivas, baixa remuneração e ausência de proteção social. Esse fenômeno reflete a incapacidade do capitalismo contemporâneo de integrar plenamente a força de trabalho, aprofundando as desigualdades socioeconômicas.

Além disso, a automação ameaça postos de trabalho tradi-

cionais, ao mesmo tempo que demanda novas habilidades que a maioria dos trabalhadores, especialmente em países periféricos, não tem acesso. Essa combinação entre inovação tecnológica e desigualdade estrutural reforça as contradições do capitalismo na produção do espaço urbano e na organização do trabalho.

Analisar as interações entre trabalho, espaço urbano e capitalismo, com atenção às especificidades históricas da América Latina, é essencial para compreender como as dinâmicas globais de exploração e desigualdade moldam as cidades e as condições de vida na região. Além disso, investigar os impactos das transformações tecnológicas no trabalho contemporâneo, oferece subsídios para refletir criticamente sobre alternativas para um desenvolvimento mais justo, sustentável e inclusivo.

Este artigo tem como objetivo revisar teoricamente as relações entre capitalismo, espaço urbano e trabalho, com foco nas especificidades históricas e contemporâneas da América Latina. Busca-se explorar como as transformações tecnológicas e a precarização afetam as dinâmicas urbanas, destacando as interseções entre classe, gênero e raça no contexto da globalização.

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na leitura, análise crítica e intercruzamento dos textos obrigatórios propostos no curso de Geografia e Trabalho. A bibliografia selecionada, que inclui autores como Milton Santos, David Harvey, Silvio Almeida e outros, oferece uma base teórica robusta

para a compreensão das relações entre espaço, trabalho e desigualdade. O estudo privilegia uma perspectiva interdisciplinar, articulando conceitos da geografia, da economia e das ciências sociais para investigar as transformações do trabalho e suas implicações socioespaciais.

DESENVOLVIMENTO

A Geografia Crítica, fundamentada no materialismo histórico e dialético, constitui um arcabouço teórico robusto para analisar o trabalho em sua relação com a produção do espaço e as contradições sociais que o perpassam. A Geografia do Trabalho, enquanto campo específico, busca compreender como as relações de trabalho estruturam e são estruturadas pelo espaço, desvelando a centralidade do trabalho como categoria analítica e prática na formação das relações sociais e na organização do território. O trabalho não é apenas um meio de produção de bens e serviços, mas o principal mediador entre a humanidade e a natureza, transformando essa última em paisagens geográficas que refletem as contradições do sistema econômico. Sob o capitalismo, essa relação adquire um caráter contraditório, pois o espaço, assim como o trabalho, é mercantilizado, funcionando simultaneamente como condição e produto do processo de acumulação.

A relação entre trabalho e produção, portanto, é essencialmente

dialética. O trabalho organiza o espaço geográfico ao mesmo tempo que é condicionado por ele, em um processo histórico que reflete as mudanças nos modos de produção. Desde as sociedades pré-capitalistas, o espaço foi moldado para atender às demandas do trabalho, mas é no capitalismo que essa relação se intensifica, com a espacialização da produção e a consolidação de circuitos globais de mercadorias. A Geografia do Trabalho, ao incorporar os fundamentos do materialismo histórico, propõe-se a interpretar essas dinâmicas, considerando o espaço como palco das lutas de classe, em que as contradições entre capital e trabalho se materializam na paisagem urbana, rural e industrial. Nesse sentido, o trabalho não é apenas uma prática produtiva, mas também um espaço de resistência e contestação, em que a classe trabalhadora busca afirmar seus direitos e reivindicar a apropriação dos frutos de sua força produtiva.

Pereira (2003), ao abordar o capitalismo histórico, enfatiza que as transformações nas relações de produção estão conectadas à civilização capitalista como um todo. A autora destaca que o espaço geográfico desempenha um papel fundamental na organização das cadeias produtivas e na estruturação das desigualdades sociais. A divisão internacional do trabalho, por exemplo, aloca aos países periféricos atividades de baixo valor agregado, enquanto os centros do capitalismo concentram atividades de pesquisa, desenvolvimento e controle financeiro. Isso perpetua uma hierarquia geopolítica e econômica que reproduz desigualdades históricas.

A análise das relações de produção sob a perspectiva histórica revela as transformações no papel do trabalho e em sua organização social. Desde o escravismo até o capitalismo contemporâneo, o trabalho foi marcado por processos de exploração e controle que moldaram a produção do espaço e a própria organização social. A transição para o capitalismo consolidou o trabalho assalariado como forma predominante de exploração, com a mais-valia sendo extraída a partir da alienação da força de trabalho. No entanto, a coexistência de formas de trabalho formal e informal reflete as contradições internas do capitalismo, que, ao mesmo tempo em que amplia a exploração da força de trabalho, promove uma fragmentação e precarização dessa relação. A informalidade, amplamente disseminada em países da periferia do capitalismo, é expressão das desigualdades estruturais que condicionam as relações de trabalho, expondo as limitações de um sistema que privilegia a acumulação em detrimento da justiça social.

Marx, em seus Manuscritos Econômico-Filosóficos, ressalta que o ganho do capital está intrinsecamente ligado à exploração do trabalho humano. A lógica da acumulação capitalista é sustentada pela separação entre aqueles que controlam os meios de produção e os trabalhadores que vendem sua força de trabalho. No contexto atual, essa dinâmica se manifesta em uma divisão do trabalho cada vez mais globalizada, onde as funções produtivas são fragmentadas e distribuídas entre diferentes regiões do mundo. Essa divisão não

é apenas técnica, mas também geográfica, criando espaços especializados na produção industrial, serviços, logística e inovação tecnológica.

No espaço urbano, essas contradições tornam-se ainda mais visíveis. As cidades, enquanto polos de produção e circulação de bens e serviços, concentram as desigualdades socioespaciais, resultantes da lógica capitalista de apropriação do espaço. A segregação socioespacial, como destacado por Guimarães (2022), manifesta-se na separação física e simbólica entre diferentes classes sociais no espaço urbano. Essa separação não é apenas o reflexo de desigualdades econômicas, mas também de políticas urbanas que privilegiam determinados grupos em detrimento de outros. A lógica de valorização do solo urbano, orientada pelo mercado imobiliário, tende a concentrar a infraestrutura e os serviços em áreas ocupadas por classes de maior poder aquisitivo, enquanto áreas periféricas, onde residem os trabalhadores de menor renda, enfrentam precariedade de acesso a serviços básicos e infraestrutura.

No que se refere ao mercado de trabalho, a segregação impacta diretamente a inserção dos trabalhadores. Matos (2018) ressalta que a cidade capitalista reproduz as desigualdades de classe através do espaço, subordinando os trabalhadores às condições impostas pelo capital. Os postos de trabalho mais bem remunerados e formalizados concentram-se em áreas centrais ou de maior valorização econômica, enquanto os trabalhadores da periferia são majori-

tariamente inseridos em ocupações informais e precárias. Além disso, a segregação espacial restringe o acesso a oportunidades de emprego, já que muitos trabalhadores enfrentam longos deslocamentos diários para chegar aos centros econômicos, comprometendo sua qualidade de vida.

A questão habitacional é outro fator crucial nesse contexto. A dificuldade de acesso à moradia digna, fruto da especulação imobiliária e da ausência de políticas públicas eficazes, empurra a população de baixa renda para áreas periféricas ou irregulares, muitas vezes em condições insalubres e sem segurança jurídica. A precariedade habitacional reflete diretamente nas condições de saúde e bem-estar dos trabalhadores, agravando as vulnerabilidades sociais. Além disso, as áreas de periferia urbana frequentemente carecem de acesso a transporte público eficiente, serviços de saúde, educação e lazer, reforçando a exclusão social.

A mobilidade urbana, por sua vez, é um elemento-chave para compreender os impactos dessas dinâmicas na vida dos trabalhadores. A inadequação do transporte público, caracterizada por custos elevados, superlotação e baixa cobertura, penaliza os trabalhadores que dependem dele para acessar o mercado de trabalho. Esse cenário, aliado aos longos deslocamentos entre residência e local de trabalho, resulta em perda de tempo e energia, impactando negativamente a saúde física e mental dos trabalhadores. Como observado por Guimarães (2022), a mobil-

idade precária perpetua a exclusão social e restringe as possibilidades de integração espacial e econômica da população periférica.

A articulação desses elementos evidencia que as desigualdades urbanas não são apenas expressões espaciais das relações de produção capitalistas, mas também instrumentos de sua reprodução. A segregação socioespacial, a questão habitacional e as limitações na mobilidade urbana reforçam as barreiras estruturais enfrentadas pelos trabalhadores, aprofundando a precarização do trabalho e da vida.

A relação entre trabalho e meio ambiente é outra dimensão essencial para a análise geográfica crítica. Sob o capitalismo, a exploração do trabalho e a destruição ambiental são processos interligados, já que a lógica de acumulação intensifica a degradação dos recursos naturais e expõe os trabalhadores a condições insalubres. As atividades produtivas, especialmente na periferia do sistema, são responsáveis por impactos ambientais significativos, que afetam tanto os ecossistemas quanto a saúde dos trabalhadores. Doenças ocupacionais, acidentes de trabalho e a contaminação de comunidades próximas às áreas industriais ilustram como a exploração do trabalho e da natureza são elementos estruturantes do sistema capitalista. A solução para esses problemas exige uma abordagem radical que vá além das reformas incrementais e enfrente as contradições estruturais do sistema capitalista.

Deluiz e Novicki (2017) sugerem que uma transformação crítica

do modelo de produção seja essencial para superar os impasses ambientais. Isso inclui a adoção de práticas que priorizem a regeneração ambiental e a justiça social, em oposição à lógica da acumulação ilimitada de capital. Tais práticas poderiam ser baseadas em modelos produtivos que respeitem os ciclos naturais, promovam a agroecologia, incentivem o uso de energias renováveis e adotem estratégias de economia circular, reduzindo drasticamente a geração de resíduos e o consumo de recursos naturais.

Além disso, Oliveira (2018) argumenta que a superação das crises ambientais e sociais passa pela democratização dos processos de decisão sobre os meios de produção e consumo. A reorganização das cadeias produtivas, priorizando o bem-estar coletivo e o equilíbrio ambiental, requer a participação ativa de trabalhadores, comunidades e movimentos sociais. Isso implica também a necessidade de políticas públicas robustas que regulem as atividades econômicas, impondo limites claros às práticas destrutivas e incentivando iniciativas sustentáveis.

Entre as soluções, destaca-se a transição para um modelo econômico pós-capitalista, fundamentado em princípios de solidariedade, decrescimento e justiça socioambiental. A ideia do decrescimento propõe uma redução controlada das atividades econômicas que não são sustentáveis, buscando um equilíbrio entre o desenvolvimento humano e a preservação ambiental. Isso envolveria uma redistribuição mais equitativa dos recursos, o fortaleci-

mento de economias locais e a criação de sistemas produtivos que priorizem as necessidades humanas ao invés da acumulação de capital.

Do mesmo modo, a globalização transformou profundamente o mundo do trabalho, reconfigurando as formas de organização produtiva, as condições laborais e as dinâmicas de desigualdade social. Conforme Baltar (2013), a integração econômica global, marcada pela liberalização dos mercados e pela mobilidade de capitais, resultou na consolidação de um sistema produtivo altamente interconectado, mas também profundamente desigual. Essa reorganização do trabalho reflete-se na flexibilização das relações laborais, no aumento da informalidade e na precarização de amplos setores da força de trabalho.

Angela Maria de Sousa Lima (2013) enfatiza que a globalização, ao deslocar os centros produtivos para regiões de menor custo, criou um cenário de competição acirrada entre trabalhadores e nações. Essa dinâmica levou ao desmonte de estruturas produtivas tradicionais em muitos países industrializados, gerando desemprego e insegurança econômica, enquanto em países periféricos foram criadas novas oportunidades de emprego, geralmente marcadas por baixos salários, jornadas extenuantes e condições precárias. Assim, a globalização não apenas intensificou a exploração da força de trabalho, mas também reforçou as desigualdades entre o Norte e o Sul globais.

No âmbito das formas de organização produtiva, Baltar (2013) destaca a prevalência do modelo just-in-time e da terceirização, que permitem às empresas reduzir custos e aumentar a eficiência, mas frequentemente à custa dos direitos trabalhistas. A terceirização, em particular, fragmenta as relações de trabalho, dificultando a organização sindical e a luta por melhores condições laborais. Além disso, o avanço das tecnologias digitais criou novas modalidades de trabalho, como o home office e o trabalho por aplicativos, que, embora ofereçam flexibilidade, muitas vezes deixam os trabalhadores desprotegidos frente à ausência de regulamentações adequadas.

Os impactos da globalização também são evidentes na intensificação das desigualdades sociais. Lima (2013) argumenta que a competição global exacerbou as disparidades salariais e a concentração de riqueza, favorecendo as corporações transnacionais e uma elite econômica global em detrimento da maioria trabalhadora. Em muitos casos, as políticas neoliberais adotadas para atrair investimentos estrangeiros, como a flexibilização das legislações trabalhistas e a redução de direitos sociais, aprofundaram ainda mais as condições de vulnerabilidade dos trabalhadores.

As desigualdades de gênero no mundo do trabalho estão enraizadas em estruturas históricas que moldaram o capitalismo e se aprofundaram por meio da divisão sexual do trabalho. Conforme Ferguson e McNally (2017), a divisão sexual do trabalho não é uma

categoria natural, mas uma construção histórica que reforça a separação entre as esferas pública e privada. No capitalismo, essa divisão é funcional à acumulação de capital, pois aloca às mulheres, de forma desproporcional, as tarefas de cuidado e trabalho reprodutivo, frequentemente não remuneradas ou subvalorizadas, enquanto os homens ocupam majoritariamente os postos produtivos remunerados.

O trabalho doméstico e de cuidado, segundo os autores, é uma peça central para a reprodução social, sustentando a força de trabalho necessária para o funcionamento da economia capitalista. No entanto, esse trabalho é invisibilizado e frequentemente desvalorizado, sendo realizado majoritariamente por mulheres, especialmente em contextos onde o Estado não oferece suporte suficiente, como creches públicas ou serviços de cuidado. Além disso, a informalidade e a precarização do trabalho doméstico remunerado são amplamente associadas às desigualdades de gênero e, muitas vezes, de raça, dado que mulheres racializadas ocupam desproporcionalmente esses postos.

A análise das políticas públicas revela um cenário de desafios e contradições. Por um lado, têm sido implementadas medidas que buscam promover a igualdade de gênero, como leis que proíbem a discriminação salarial, licenças parentais mais igualitárias e cotas para mulheres em determinadas áreas profissionais. Por outro lado, Ferguson e McNally (2017) destacam que essas políticas muitas vezes

não enfrentam as raízes estruturais das desigualdades. A lógica capitalista que perpetua a divisão sexual do trabalho e a mercantilização do cuidado continua intocada, limitando o alcance dessas iniciativas.

Além disso, as desigualdades de gênero são exacerbadas pela crescente precarização do trabalho no contexto neoliberal. Contratos temporários, baixos salários e ausência de benefícios afetam desproporcionalmente as mulheres, que também enfrentam barreiras adicionais para acessar cargos de liderança e setores mais bem remunerados, frequentemente dominados por homens. O chamado “teto de vidro” e a segregação ocupacional são expressões dessas barreiras, refletindo tanto as normas culturais quanto os preconceitos estruturais do mercado de trabalho.

Ferguson e McNally (2017) apontam para a necessidade de um enfoque mais radical que considere a interseccionalidade e o papel do trabalho reprodutivo na economia. Para avançar em direção à igualdade de gênero no trabalho, é essencial transformar as bases materiais da sociedade, promovendo a socialização do cuidado e a valorização do trabalho reprodutivo. Políticas como universalização de creches, redistribuição do trabalho doméstico entre gêneros e maior investimento em serviços públicos são passos fundamentais para enfrentar essas desigualdades.

As desigualdades raciais no mundo do trabalho estão intrinsecamente relacionadas ao racismo estrutural, que organiza as

relações sociais e econômicas de forma a perpetuar a subalternização de grupos racializados. Leonardo Dias Alves (2022) e Silvio Almeida (2019) analisam como essas desigualdades são fruto de um processo histórico que conecta a formação do capitalismo à exploração racializada do trabalho, estabelecendo padrões de discriminação que persistem até os dias atuais.

O racismo estrutural, conforme Almeida (2019), não é apenas uma questão de discriminação individual, mas um mecanismo sistêmico que molda as relações de produção e reproduz a desigualdade racial por meio de instituições e práticas econômicas. No contexto do mundo do trabalho, isso se manifesta na segregação ocupacional, em que trabalhadores negros ocupam predominantemente posições de baixa remuneração, maior precariedade e menor proteção social. A histórica exclusão dos negros dos benefícios da educação formal e da qualificação profissional contribui para a manutenção dessa estrutura desigual, tornando-os mais vulneráveis a formas extremas de exploração, como o trabalho escravo contemporâneo.

Leonardo Dias Alves (2022) enfatiza que a divisão racial do trabalho opera como uma estratégia de controle social e econômico, garantindo a reprodução do racismo estrutural. Ele aponta que, no Brasil, a herança colonial e escravocrata estabeleceu uma hierarquia racial que naturaliza a subordinação dos negros no mercado de trabalho. Essa divisão não é apenas uma questão econômica,

mas também um mecanismo ideológico que justifica a desigualdade racial e a exploração de mão de obra negra.

Políticas públicas para a promoção da igualdade racial têm sido implementadas, mas enfrentam desafios estruturais. Medidas como ações afirmativas no acesso à educação e ao mercado de trabalho, além da fiscalização do trabalho escravo, são passos importantes, mas insuficientes para dismantelar o racismo estrutural. O problema, como apontam os autores, não está apenas nas práticas discriminatórias, mas no modelo econômico que as sustenta. A precarização do trabalho no contexto neoliberal, por exemplo, afeta desproporcionalmente trabalhadores negros, intensificando as desigualdades raciais.

Almeida (2019) argumenta que é necessário um enfoque radical que vá além das políticas de reparação e enfrente a lógica capitalista que sustenta o racismo estrutural. Isso inclui repensar o papel do Estado como regulador das relações de trabalho e promotor de igualdade, bem como fomentar uma transformação cultural que reconheça e valorize a diversidade racial como elemento central para a construção de uma sociedade mais justa.

David Harvey, em *Reivindicando a cidade para a luta anticapitalista* (2013), oferece uma análise contundente sobre os movimentos sociais urbanos, incluindo os movimentos trabalhistas, ao relacioná-los com as transformações espaciais e econômicas do capitalismo. Para Harvey, a cidade é um palco privilegiado das lutas

sociais porque concentra os impactos das contradições do capital, como a desigualdade, a especulação imobiliária e a segregação socioespacial. Os movimentos trabalhistas, ao longo da história, desempenharam papel central na contestação dessas contradições, articulando demandas não apenas econômicas, mas também relacionadas ao direito à cidade e à justiça social.

Historicamente, os movimentos trabalhistas emergiram no bojo da Revolução Industrial, quando o proletariado urbano começou a se organizar contra as condições de exploração impostas pelo capitalismo industrial. Greves, sindicatos e cooperativas foram algumas das formas de resistência desenvolvidas para conquistar direitos como melhores salários, redução da jornada de trabalho e condições de trabalho mais dignas. Essas lutas resultaram em conquistas significativas, como a consolidação de direitos trabalhistas e a institucionalização de políticas públicas voltadas para a proteção social.

No entanto, Harvey (2013) aponta que as mudanças na dinâmica capitalista, particularmente a partir da década de 70, com a globalização e o avanço do neoliberalismo, impuseram novos desafios aos movimentos trabalhistas. A flexibilização das relações de trabalho, a precarização do emprego e a desindustrialização em diversos centros urbanos fragmentaram as bases tradicionais de organização dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que intensificaram as desigualdades. As cidades passaram a ser moldadas não para

atender às necessidades da classe trabalhadora, mas para maximizar os lucros do capital, com a privatização de espaços públicos e o encarecimento do custo de vida.

Na contemporaneidade, os movimentos trabalhistas enfrentam o desafio de se reorganizar em um cenário marcado por novas formas de trabalho e pela ascensão das plataformas digitais. A “uberização” do trabalho, caracterizada pela ausência de vínculos empregatícios formais e pela remuneração baseada na produtividade individual, enfraquece a solidariedade de classe e dificulta a organização coletiva. Ao mesmo tempo, trabalhadores das plataformas têm encontrado formas inovadoras de mobilização, como greves digitais e campanhas de conscientização nas redes sociais, demonstrando a capacidade de adaptação das lutas trabalhistas.

Harvey (2013) também destaca a importância de articular as demandas dos movimentos trabalhistas com outras pautas sociais, como a luta contra a gentrificação, a defesa dos serviços públicos e a promoção da justiça ambiental. Movimentos como o Occupy Wall Street e os protestos globais contra a austeridade são exemplos de como os trabalhadores podem se aliar a outros grupos sociais para reivindicar transformações estruturais. Essas alianças são fundamentais para enfrentar a ofensiva do capital, que opera simultaneamente em várias frentes para desmobilizar a resistência popular.

Apesar dos desafios, o autor vê potencial transformador nas cidades, que são simultaneamente produtos e palcos das lutas

sociais. Reivindicar o direito à cidade significa questionar a lógica capitalista que subordina o espaço urbano aos interesses do mercado, e isso só pode ser alcançado por meio de uma mobilização coletiva que una trabalhadores, moradores e outros grupos marginalizados. Para Harvey (2013), os movimentos trabalhistas devem se reinventar como parte de uma luta anticapitalista mais ampla, capaz de enfrentar as contradições do capitalismo contemporâneo e construir alternativas que priorizem as necessidades humanas e o bem-estar coletivo.

Jeremy Rifkin, em *O fim dos empregos* (1996), aborda a crescente automação e a substituição do trabalho humano por máquinas como um dos principais motores das transformações do mercado de trabalho. Rifkin argumenta que, à medida que a tecnologia avança, especialmente no campo da informática, inteligência artificial (IA) e robótica, muitas funções anteriormente desempenhadas por seres humanos tendem a ser automatizadas. Isso gera uma diminuição na necessidade de trabalhadores para tarefas repetitivas e, consequentemente, afeta a quantidade de empregos disponíveis.

No entanto, Rifkin (1996) também aponta para um paradoxo: enquanto a tecnologia reduz a necessidade de trabalho humano em setores industriais e de serviços, ela também pode criar novas formas de emprego em áreas como o desenvolvimento tecnológico, a gestão de sistemas automatizados e outras funções associadas à inovação. Contudo, essas novas oportunidades tendem a exigir

qualificação mais especializada, o que pode agravar as desigualdades no mercado de trabalho, já que nem todos os trabalhadores possuem acesso à formação necessária para as novas funções.

Com as transformações tecnológicas, surgem novas formas de trabalho que alteram as relações tradicionais entre empregador e empregado. Ramos e Weber (2017) discutem como a terceirização e a flexibilização do trabalho têm moldado o cenário atual. A terceirização, associada a uma nova divisão internacional do trabalho, tem levado à desintegração das relações de trabalho mais estáveis, aumentando a precarização das condições de trabalho. As empresas, em busca de maior competitividade, preferem contratos temporários ou freelancers, minimizando o compromisso com benefícios e segurança dos empregados.

Além disso, a ascensão das plataformas digitais (como Uber, Airbnb, entre outras) transformou o conceito de emprego tradicional, criando formas de trabalho que são menos reguladas e oferecem menos direitos aos trabalhadores. A flexibilidade das plataformas digitais, embora atraente para algumas pessoas em termos de autonomia, também implica em uma vulnerabilidade maior, uma vez que os trabalhadores ficam à mercê das condições do mercado e das mudanças nas políticas das plataformas.

O futuro do emprego no contexto das transformações tecnológicas e sociais traz desafios substanciais, como a desigualdade no acesso ao trabalho e a precarização das condições de

trabalho. A automação pode continuar a eliminar empregos em setores tradicionais, mas também pode criar empregos de alta qualificação, demandando um grande esforço educacional para qualificar a força de trabalho. Isso exige políticas públicas voltadas para a formação contínua e a requalificação profissional dos trabalhadores, além da implementação de medidas de proteção social que garantam os direitos dos trabalhadores que não se adaptam rapidamente às novas exigências do mercado.

Além disso, a flexibilização dos direitos trabalhistas e a busca incessante por redução de custos pelas empresas colocam em risco os direitos históricos conquistados pelos trabalhadores, como segurança no emprego, férias remuneradas e aposentadoria digna. A regulação do trabalho se torna um desafio crucial, visto que as leis trabalhistas, muitas vezes, não acompanham as rápidas transformações nos modelos de emprego.

A Geografia Crítica, ao articular esses elementos, contribui para a construção de um futuro do trabalho que valorize a vida e a dignidade, em contraposição à lógica de exploração e acumulação. No contexto brasileiro, a análise da geografia do trabalho revela desafios específicos, como a alta informalidade, o desemprego estrutural e as desigualdades regionais, que demandam políticas públicas capazes de enfrentar essas questões. Nesse sentido, a Geografia do Trabalho se apresenta como uma ferramenta indispensável para compreender e transformar as relações de trabalho,

articulando uma crítica radical às estruturas existentes e apontando caminhos para a emancipação social e a justiça espacial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que a análise do estado atual das coisas nos revela é uma crise sem precedentes no sistema capitalista, cujo epicentro é o modelo de trabalho historicamente construído durante o processo de industrialização. Esse modelo, por séculos organizou as relações de produção e o espaço geográfico, e está sendo progressivamente substituído por uma nova forma histórica de trabalho, ainda em processo de definição. Essa transformação radical ocorre no contexto de uma reestruturação produtiva global, marcada pela automação, pela digitalização e pelo controle crescente exercido por grandes empresas de tecnologia.

O que observamos é a emergência de relações de trabalho profundamente diferentes das tradicionais, que eram baseadas em contratos formais, vínculos empregatícios estáveis e localizações geográficas específicas. As novas formas de trabalho, cada vez mais mediadas por plataformas digitais e reguladas por algoritmos, eliminam a centralidade dos antigos espaços industriais e deslocam as dinâmicas produtivas para redes descentralizadas, globalizadas e flexíveis. Esse modelo, embora promova uma eficiência nunca antes vista, também expõe os trabalhadores a níveis extremos de precarização, desregulamentação e alienação.

Além disso, a ascensão de grandes corporações tecnológicas como protagonistas do capitalismo contemporâneo tem implicações profundas no tecido social. Essas empresas não apenas reconfiguram os modos de produção, mas também moldam os padrões de consumo, comunicação e organização social. Ao controlar vastas quantidades de dados e recursos, essas corporações concentram poder econômico e político, alterando significativamente as relações entre capital e trabalho. Essa nova dinâmica questiona os limites do modelo capitalista, pois os lucros deixam de estar necessariamente vinculados à produção material e passam a depender de fluxos intangíveis, como dados e conhecimento.

O impacto dessa transformação vai além da economia. Ele atinge diretamente o tecido social, promovendo mudanças radicais nas relações interpessoais, nos padrões de mobilidade e na organização das cidades e dos territórios. A informalidade, a terceirização e o trabalho sob demanda tornam-se características estruturais, reforçando a desigualdade e a exclusão social. A urbanização, por sua vez, é reorganizada para atender às novas lógicas do trabalho digital, com áreas urbanas voltadas para a elite econômica, coexistindo com periferias marcadas pela ausência de oportunidades.

Esse processo, no entanto, não está isento de contradições. Por um lado, ele representa o ápice do desenvolvimento técnico-científico promovido pelo capital; por outro, evidencia as limitações do próprio sistema em absorver as massas trabalhadoras

de forma digna e sustentável. O resultado é uma crise latente, em que os fundamentos tradicionais do capitalismo – como o pleno emprego e a expansão constante dos mercados – entram em colapso. A sociedade contemporânea, portanto, enfrenta o desafio de navegar em um cenário de incertezas, em que as mudanças tecnológicas e organizacionais ainda não se traduzem em uma nova ordem social definida.

Conforme as relações de trabalho e produção continuam a se transformar, a questão que permanece é: como será o futuro do trabalho e qual será o papel da geografia e das ciências sociais na compreensão e transformação desse processo? A resposta dependerá da capacidade coletiva de pensar alternativas ao paradigma atual, que possam conciliar desenvolvimento tecnológico com justiça social e sustentabilidade. Nesse sentido, a crítica materialista histórico-dialética permanece como ferramenta indispensável para interpretar e intervir nesse momento de transição histórica.

Referências

- ALMEIDA, Silvio. Racismo e subsunção real do trabalho ao capital. In: ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen, 2019. P. 105 - 108.
- ALVES, Leonardo Dias. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. R. Katál., Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 212-221, maio-ago/2022.
- BALTAR, R.. Desenvolvimento, globalização e trabalho decente. Caderno CRH, v. 26, n. 67, p. 105–122, jan. 2013.
- DELUIZ, Neise; NOVICKI, Victor. Trabalho, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: Implicações para uma proposta de formação crítica, 2017, 8p.
- FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. Revista Outubro, n. 29, novembro/2017, p. 23 a 59.
- GUIMARÃES, I. B. Condições de vida, moradia e trabalho no espaço urbano. Caderno CRH, v. 35, p. e022031, 2022.
- HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo no final do século XX. In: HARVEY, David. Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992. P. 117 – 120.
- HARVEY, David. Reivindicando a cidade para a luta anticapitalista. In: HARVEY, David. Cidades Rebeldes. Do direito à cidade à

revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2013, p. 209 - 272.

LIMA, Angela Maria de Sousa. Os impactos da globalização no mundo do trabalho. Terra e Cultura, ano XX, n. 39, p. 32 - 49.

MAIA, Alexandre Gori. Geografia do trabalho no Brasil. Confins [Online], n. 6, 2009, p. 1 - 21.

MARX, Karl. Caderno I.II. Ganho do Capital. In: MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2008. P. 40 – 47.

MATOS, Deivi Ferreira da Silva. Espaço Urbano e Luta de Classe: os rebatimentos das desigualdades da cidade capitalista para a classe trabalhadora. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018, p. 1 - 14.

OLIVEIRA, Grazielle Rodrigues de. Implicações da globalização no desenvolvimento socioeconômico e na sustentabilidade ambiental. Revista Orbis Latina, v. 8, n. 2, julho – dezembro/2018, p. 97 – 104.

PEREIRA, Isabel Brasil. Capitalismo histórico e civilização capitalista. Resenha. Trabalho, Educação e Saúde. V. 1, n. 1, p. 166 – 171, 2003.

SANTOS, Milton. Da diversificação da natureza à divisão territorial do trabalho. In: SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. P. 84 – 91.

VIII

Trabalho, lazer e direito à cidade: limites e possibilidades

An aerial photograph of a densely packed urban neighborhood, likely in Brazil. The image shows a variety of multi-story buildings, many with balconies and air conditioning units. A large, dark green tree stands prominently in the center of the frame. The overall scene is characterized by a high density of structures and a mix of architectural styles.

Gabriel Victor
Martins de Campos

RESUMO

Destacamos a centralidade da pauta do tempo livre em discussões políticas recentes, como o movimento Vida Além do Trabalho (VAT). A partir disso, buscamos abordar as relações entre trabalho, lazer e direito à cidade, com foco nas relações de produção capitalista e nos processos socioespaciais sob este modo de produção. Percorremos um caminho teórico que refletiu sobre as relações próximas entre modo de produção e a organização das atividades no espaço, reiterando que a luta pela superação das condições de subalternidade do trabalho deve passar pela superação do modo de produção que dá razão a tais processos.

Work, leisure and the right to the city: limits and possibilities

Abstract

We highlight the centrality of the free time agenda in recent political discussions, such as the Life Beyond Work (VAT) movement. Based on this, we seek to address the relationships between work, leisure and the right to the city, focusing on capitalist production relations and the socio-spatial processes under this mode of production. We follow a theoretical path that reflects on the close relationships between the mode of production and the organization of activities in space, reiterating that the struggle to overcome the conditions of subalternity of work must involve overcoming the mode of production that gives reason to such processes.

INTRODUÇÃO

Karl Marx entende o trabalho enquanto dimensão fundamental da existência humana, a condição pela qual o homem produz a realidade. Ademais, o trabalho também constrói subjetividades, em um constante processo de autocriação. O trabalho, nesse sentido ontológico, confere o caráter social que distingue os seres humanos dos demais animais (Oliveira, 2010).

Contudo, a categoria é também histórica, alterando e sendo alterada a partir do modo de produção e das dinâmicas da luta de classes. Os ensaios que seguem, portanto, pretendem abordar as relações entre trabalho, lazer e direito à cidade, com foco nas relações de produção capitalista e nos processos socioespaciais engendrados por meio das dinâmicas desse modo de produção.

O tempo livre (ou sua falta) tem ocupado cada vez mais a centralidade do debate público, por conta da intensa precarização do trabalho e, em contrapartida, das reações a esse processo, que reivindicam desde a redução da carga horária de trabalho (a exemplo do movimento Vida Além do Trabalho – VAT⁵) até o acesso a atividades e espaços de lazer mais democráticos e inclusivos. Assim, percorremos um caminho teórico, com base em bibliografias que tratam

5. Ver mais em: <https://almapreta.com.br/sessao/politica/vida-alem-do-trabalho-entenda-o-movimento-que-prega-o-fim-da-escala-6x1/>

dos temas mencionados acima, para refletir sobre as relações entre trabalho, lazer e direito à cidade.

ESPAÇO E TEMPO (LIVRE) E TRABALHO

A concepção de tempo, bem como de espaço, são construídas historicamente e socialmente. São notórias as diferenças de concepção e apropriação espaciais ao longo do tempo histórico, bem como as diferenças de apreensão temporal. Evans-Pritchard (1978) descreveu como os Nuer, uma confederação de tribos africanas localizadas ao sul do Sudão, concebe o tempo de forma distinta da sociedade ocidentalizada:

Embora eu tenha falado em tempo e unidades de tempo, os Nuer não possuem uma expressão equivalente ao “tempo” de nossa língua e, portanto, não podem, como nós podemos, falar do tempo como se fosse algo de concreto, que passa, pode ser perdido, pode ser economizado, e assim por diante. Não creio que eles jamais tenham a mesma sensação de lutar contra o tempo ou de terem que coordenar as atividades com uma passagem abstrata do tempo, porque seus pontos de referência são principalmente as próprias atividades, que, em geral, têm o caráter de lazer. Os acontecimentos seguem uma ordem lógica, mas não são controlados por um sistema abstrato, não havendo pontos de referência autônomos aos quais as atividades devem se conformar com precisão. Os Nuer têm sorte (EVANS-PRITCHARD, 1978, p. 116).

Nesse sentido, a ascensão do capitalismo industrial inaugura consigo a concepção abstrata do tempo como forma de controle hegemônica do tempo. A nova classe trabalhadora, recém inserida na produção industrial, passava a ser controlada por meio da introdução do relógio (THOMPSON, 1998).

Ao controlar o tempo de trabalho, os capitalistas controlam, também, o tempo do não-trabalho. Portanto, o tempo (dito) livre também é, marcadamente, ocupado com atividades “produtivas”, de forma a disciplinar os trabalhadores em um uso racional do tempo. Assim, o trabalho adquire a posição central na vida dos trabalhadores: “se a quantificação do tempo de produção implica a quantificação de todo o tempo cotidiano, o tempo de trabalho define e redefine os tempos de descanso, de diversão, com a família, etc.” (Resende, 2014, p. 61).

A distinção da dicotomia trabalho X lazer torna-se, cada vez mais, pronunciada, demarcada. Porém, é inegável que um não seja influenciado por outro. Uma constante dialética, em que a presença de um não significa, necessariamente, ausência de outro. Seja desde a dependência constante do trabalho como questão de sobrevivência, ou pela necessidade de tempo livre para o descanso até uma nova jornada. Enfim, a negação de um reflete a necessidade do outro: “trabalha-se assim para ganhar lazes, e o lazer não tem senão um sentido: sair do trabalho. Círculo infernal” (LEFEBVRE, 1958 apud RESENDE, 2014, p. 48).

Para Karl Marx (1865, p. 26), “o tempo é o campo do desenvolvimento humano”, portanto, o trabalho (alienado) como elemento central da vida é prejudicial ao pleno desenvolvimento do homem enquanto ser social:

O homem que não dispõe de nenhum tempo livre, cuja vida, afora as interrupções puramente físicas do sono, das refeições, etc., está toda ela absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. É uma simples máquina, fisicamente destrozada e espiritualmente animalizada, para produzir riqueza alheia. E, no entanto, toda a história da moderna indústria demonstra que o capital, se não se lhe põe um freio lutará, sempre, implacavelmente e sem contemplações, para conduzir toda a classe operária a este nível de extrema degradação. (MARX, 1865, p. 26)

Robert Kurz (1999, on-line) aponta o sentido do termo “trabalho”, segundo ele: “ou o termo designava uma atividade em estado de dependência ou de não-emancipação. Metaforicamente, portanto, o trabalho significava sofrimento e desgraça”. É nesse mesmo sentido que Karl Marx descreve o trabalho alienado, externo e sem relação com o indivíduo: “[...] o trabalho é externo (äusserlich) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz [...]” (Marx, 2004 [1982], p. 83). Sobre a dicotomia trabalho X tempo livre, Marx afirma que “o trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto

a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho” (Marx, 2004 [1982], p. 83).

(R)EXISTÊNCIAS

O tempo do não-trabalho é, portanto, o potencial campo do desenvolvimento humano, como afirmou Marx. É fora do trabalho (alienado) que se oportuniza reflexões e debates sobre as condições e dinâmicas da vida em sociedade. É necessária, por exemplo, a compreensão da externalização do trabalho para que ela seja superada.

Contudo, o tempo livre da classe trabalhadora está cada vez mais cooptado pela classe dominante, sendo uma extensão da alienação do trabalho: “o tempo livre é acorrentado ao seu oposto”, porque “nele se prolonga a não-liberdade” (Adorno, 2002, p. 62) . Nesse mesmo sentido, Lefebvre (1991 p. 383-384) afirma que: “outrora conquista da classe trabalhadora, [...] o lazer transformou-se em indústria, em vitória do neocapitalismo e extensão da hegemonia burguesa a todo o espaço”. Como, então, se dão os processos de resistência frente ao constante aumento de poder do capital? David Harvey afirma que “é evidente que o espaço urbano funciona como uma esfera importante de ação e revolta política” (2014, p. 213). Ele explica como as características físicas, sociais e a organização do território tornam-se armas nas lutas políticas. “É nesse sentido que a cidade deve ser encarada como palco principal da materialização

do acirramento da luta de classes” (CAMPOS, 2021, p. 52).

Milton Santos, em “A natureza do espaço”, diferencia espaços luminosos X espaços opacos, onde o primeiro seria caracterizado pela alta densidade técnica, portanto, onde predomina a rápida fluidez do capital, mercadorias, pessoas etc. Em contrapartida, os espaços opacos são aqueles onde há dificuldade da penetração de tecnologia, assim, favorecendo a lógica do tempo lento. Contudo, o autor chama atenção sobre a importância da lentidão e dos chamados *homens lentos*⁶ enquanto resistência aos processos verticais do capital nos territórios. Para Santos (2006, p. 220), a lentidão é potencial sabedoria, propiciando olhares e apreensões que a rapidez ignora, pois, “quem, na cidade, tem mobilidade – e pode percorrê-la e esquadrihá-la – acaba por ver pouco, da cidade e do mundo” (SANTOS, 2006, p. 220).

Destaco, aqui, a Internacional Situacionista (IS), grupo que defendia a superação da alienação e do fetiche da mercadoria por meio de formas não-convencionais de luta, como a criação de situações espontâneas, intervenções artísticas, happenings e outras formas de ações causadoras de choque (pichações, cartazes, etc.) (Harvey, 2014). Entendo, contudo, que as formas (convencionais

6. “São esses vários outros que, por sua simples presença e prática cotidiana, explicitam conflitos e provocam dissensos, aqueles que Milton Santos chamou de *Homens Lentos*, que Ana Clara Torres Ribeiro chama de *Sujeitos Corporificados* e Michel de Certeau, de *Praticantes Ordinários das Cidades*” (Jacques, 2012, p. 15).

e não-convencionais) de lutas devem coexistir e se complementar para, assim, buscar o pleno exercício do direito à cidade.

Sobre o direito à cidade, Lefebvre (2001) nos mostra que ele deve ser tratado em perspectiva revolucionária, favorecendo a prioridade do valor de uso em detrimento do valor de troca. Para Harvey (2012, p. 74), “O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade”. Ele explica que o direito à cidade deve ser comum, antes de individual, pois deve partir de um exercício de poder coletivo de mudança dos processos de urbanização.

Sob essa ótica do direito à cidade, entendo que a partir da reinvenção do modo de se pensar as cidades, as categorias trabalho e lazer assumirão outras formas de complexidades, pautadas, sobretudo, em aspectos da coletividade, assumidamente em prol de um bem-estar comum. Destituindo, assim, “as relações sociais [que] se estruturaram sobre a violência como mecanismo de imposição das formas sociais burguesas” (Matos, 2016, p. 2).

Dessa forma, a reivindicação pelo direito à cidade também é uma pauta de reivindicação da emancipação do trabalho, bem como de um tempo livre, de fato, livre; desprendido das amarras das relações de produção capitalista que o controlam e, em última análise, o usam como mercadoria para reprodução de si mesmo.⁷

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Friedrich Engels, em “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, descreve, de forma detalhada, as condições extremamente precárias dos operários ingleses, a partir da intensificação e consolidação do processo de industrialização e a consequente urbanização “desordenada”. Os trabalhadores viviam às margens, nas periferias, em condições de habitação degradantes.

Nesse sentido, é inegável a relação entre produção – em sentido amplo, que se estende pelo espaço – e as categorias trabalho e lazer. A produção orienta as formas e as condições de trabalho, bem como condiciona e coopta as formas de uso do tempo livre dos trabalhadores. É nesse sentido que Harvey (2012, p. 74) afirma que “a liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos”. Por fim, também concordamos com Lefebvre, que afirma que “a revolução de nossa época tem de ser urbana – ou não será nada” (Harvey, 2014, p. 66).

7. “Cabe aqui, também, discutir sobre a ideia do lazer na cidade e a tentativa, cada vez mais acentuada, de torná-lo uma atividade paga, privada e individualizada. Dos shoppings centers, aos parques temáticos, clubes e complexos aquáticos até condomínios que oferecem um “lazer completo” aos seus habitantes – afinal, que completude de lazer é essa? –, dentre outros, são exemplos dessa tentativa de controle e, sobretudo, a transformação das atividades e espaços de lazer em atividades e espaços de consumo. “Como afirma Lefebvre, não se vendem mais objetos, tijolos ou habitações, mas cidades. Isso significa dizer que o espaço torna-se mercadoria” (CARLOS, 1999, p. 175)” (CAMPOS, 2021, p.41).

Referências bibliográficas

ADORNO, T. W. Indústria cultural e sociedade. Tradução: Juba Elisabeth Levy, et al. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CAMPOS, G. V. M. Lazer e o direito à cidade: a ludicidade no espaço urbano de Belo Horizonte. 2021. 121 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.94>.

ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Tradução B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010. 388p.

EVANS-PRITCHARD, E. E. Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

HARVEY, D. Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, D. O direito à cidade. Lutas sociais, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497/13692>.

JACQUES, P. B. Elogio aos errantes. Salvador: EDUFBA, 2012, 331p.

KURZ, R. A ditadura do tempo abstrato: sobre a crise compartilhada de trabalho e lazer. Apresentado no V Congresso Mundial de Lazer, São Paulo, 1999. Síntese parcial do texto Die Dikatur der abstrakten Zeit em Feierabend! Elf Attacken gegen die Arbeit, Hamburg, 1999a. Disponível em: <http://www.obecoonline.org/rkurz41.htm>

LEFEBVRE, H. The production of space. Trad.: Donald Nicholson-Smith. Oxford, Reino Unido: Blackwell Publishing, 1991.

MARX, K. Manuscritos econômicos-filosóficos. Tradução: Jesus Ranieri. 2ª reimpr. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004 [1982].

MARX, K. Salário, preço e lucro. (1953 [1865]) Informe pronunciado por Marx nos dias 20 e 27 de junho de 1865 nas sessões do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores. Transcrito da edição em português das Obras escolhidas de Marx e Engels publicada em 1953 pela Ediciones en Lenguas Extranjeras, Moscou. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000077.pdf>

MATOS, D. F. S. Espaço urbano e luta de classes: os rebatimentos das desigualdades da cidade capitalista para a classe trabalhadora. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS). 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22743/15206>

OLIVEIRA, R. A. A concepção de trabalho na filosofia do jovem Marx e suas implicações antropológicas. Kínesis, Vol. II, nº 03, Abril-2010, p. 72 – 88. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/6_RenatoAlmeidadeOliveira.pdf

RESENDE, P. H. M. Fantasmagorias na metrópole: ensaios críticos a partir do circuito cultural praça da liberdade em Belo Horizonte. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais,

Instituto de Geociências, 2014. 284 p.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª Ed. 2 reimpr. São Paulo: Editora da USP, 2006.

THOMPSON, E. P. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

IX

**Trabalho, Capitalismo
e Espaço Geográfico:
uma reflexão sob a
ótica da exploração.**

An aerial photograph of a densely packed urban neighborhood, likely a favela or informal settlement. The image shows a complex arrangement of multi-story buildings, many with balconies and corrugated metal roofs. The buildings are interspersed with green trees and vegetation. The overall scene is a high-angle, top-down view of the community.

Gabriel de Paula
Marcela Peruzzo Souza

RESUMO

Este trabalho realiza uma análise crítica que aborda a relação entre trabalho, capitalismo e espaço geográfico, com base em obras de Iracema Brandão Guimarães, Deivi Ferreira da Silva Matos e David Harvey. Essa resenha tem como objetivo apresentar uma visão abrangente das dinâmicas do sistema capitalista e seus impactos sobre a vida das pessoas, porém, carece de aprofundamento em algumas questões. Cabe entender que os processos de exploração, acumulação por despossessão, mobilidade do trabalho e territorialização do capital são consequências de um sistema que consegue tornar os trabalhadores subalternos, reféns da própria mão de obra, constantemente exercidas para a própria sobrevivência. Além disso, são apresentadas sugestões para futuras pesquisas, com o objetivo de contribuir para o debate sobre as desigualdades sociais e espaciais.

Abstract

This work conducts a critical analysis of the relationship between labor, capitalism, and geographic space, based on the works of Iracema Brandão Guimarães, Deivi Ferreira da Silva Matos, and David Harvey. This review aims to provide a comprehensive overview of the dynamics of the capitalist system and its impacts on people's lives, although it lacks depth in some areas. It is understood that processes of exploitation, accumulation by dispossession, labor mobility, and the territorialization of capital are consequences of a system that subordinates workers to the means of production, making them dependent on their own labor for survival. Additionally, suggestions are presented for future research, aiming to contribute to the debate on social and spatial inequalities.

INTRODUÇÃO

O curso de Geografia propõe-se a refletir e espacializar os eventos que configuram o modo de agir, articular, pensar e produzir, naquilo que denominamos espaço geográfico. Nesse contexto, torna-se imprescindível analisar o trabalho, suas fundamentações teóricas e a forma como sua abstração, em detrimento das capacidades humanas e em favor da acumulação de capital, molda a história da humanidade.

Ao longo desse processo de acumulação, a exploração esteve presente desde os primórdios, inicialmente de forma direta, sem mecanismos de assalariamento, os quais foram conquistados posteriormente graças à luta dos trabalhadores e dos movimentos sindicais. A ideia central que permeia as diversas variantes da teoria da colonização é que o capitalismo é incapaz de se reproduzir a partir de si mesmo, necessitando, portanto, de uma constante apropriação e exploração de terras, riquezas e povos que anteriormente não estavam submetidos ao sistema capitalista.

Esse processo histórico teve início com a acumulação primitiva, exemplificada pelos cercamentos das terras feudais na Inglaterra, mas não se limitou a esse momento. O colonialismo e o imperialismo emergiram como formas do capitalismo europeu exportar excedentes de produtos manufaturados e garantir acesso a matérias-primas e recursos minerais essenciais para a Europa,

o que implicou em uma articulação a nível de mundo que exigiu que países como o Brasil já nascessem enquanto mercadoria. Para sustentar o sistema capitalista, estratégias cíclicas foram desenvolvidas, sobretudo devido à necessidade de consumo que alimenta a acumulação dos detentores dos meios de produção (Marx, 2008).

Nesse cenário, surgem inúmeros instrumentos de exploração para manter o trabalhador alienado das suas condições e do seu papel fundamental na dinâmica do capitalismo e na produção de mercadorias. Portanto, o objetivo deste texto é propor uma análise de como o capitalismo afeta diretamente o modo de vida das pessoas, o que se reflete no espaço geográfico, que também constantemente se reorganiza, a fim de manter as relações de exploração. Por fim, com base em Harvey, traz uma reflexão de como o direito à cidade é essencial para manifestar e buscar uma mudança frente a esse cenário, de forma a diminuir os processos de marginalização das classes de base.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada para produção e desenvolvimento deste trabalho é qualitativa e quantitativa. As referências bibliográficas utilizadas no desenvolvimento desta resenha são os textos disponibilizados durante todo o primeiro semestre de 2024/2025 na disciplina de Geografia e Trabalho, que tinha como objetivo discutir

as questões do trabalho, como: exploração da força de trabalho, a territorialização do capital e a mobilidade do trabalho.

DESENVOLVIMENTO

O sistema econômico capitalista influenciou e se consolidou em um sistema-mundo caracterizado pela divisão hierárquica das nações. Ao analisarmos as consequências dessa estrutura, observamos seus impactos na divisão internacional do trabalho, na exploração dos recursos naturais, da força de trabalho e do capital (Wallerstein, 2015). Nota-se que os níveis de troca desigual, a coerção sobre as classes populares, a marginalização e outros indicadores de desigualdade apenas se intensificam ao longo do tempo. Assim, na disciplina de Geografia do Trabalho, diversas foram as discussões acerca das injustiças enfrentadas pelo trabalhador e como essas injustiças variam também de forma vertical, atingindo mais determinadas pessoas que outras, sendo essencial compreender a influência desses instrumentos de exploração sobre a força de trabalho.

A força de trabalho, entendida como o conjunto de capacidades psíquicas, físicas e intelectuais do trabalhador, possui um caráter dual no capitalismo: enquanto mercadoria, ela pode ser livremente disposta pelo trabalhador, mas, ao mesmo tempo, a venda dessa força se torna a única alternativa para sua sobrevivência.

Essa dualidade expõe uma contradição fundamental no conceito de liberdade do trabalhador. Embora, teoricamente, ele seja dono de sua força de trabalho e tenha autonomia para decidir onde e como trabalhar, na prática, é compelido a vendê-la, submetendo-se a contratos “livres” que garantem sua subsistência, mas o aprisionam às condições impostas pelo sistema econômico.

O ideal de que, por meio da mobilidade, o trabalhador possa decidir atender ou não às exigências da divisão e do ritmo do trabalho é, em parte, verdadeiro, mas não reflete a realidade cotidiana. Na prática, a mobilidade do trabalho revela-se uma ferramenta ilusória, que disfarça a adaptação da força de trabalho às variações na jornada, à permutação de postos e aos efeitos de uma divisão do trabalho cada vez mais intensa.

O artigo “Condições de Vida, Moradia e Trabalho no Espaço Urbano”, de Iracema Brandão Guimarães, contribui para a compreensão da centralidade da exploração da força de trabalho no processo de acumulação capitalista e suas consequências no espaço urbano. O conceito de “espoliação urbana”, discutido por Guimarães, dialoga diretamente com a análise de Marx, que evidencia como a mobilidade do trabalho é apresentada como um mecanismo ilusório de liberdade, mas, na prática, serve para adaptar os trabalhadores às exigências da lógica capitalista. Essa relação reflete-se no espaço urbano, onde as condições precárias de moradia, transporte e infraestrutura moldam a vida dos

trabalhadores, reforçando a dualidade entre sua liberdade formal e sua subordinação às necessidades econômicas.

No artigo, Guimarães destaca que a segregação espacial dos trabalhadores para áreas periféricas sem serviços públicos adequados é uma manifestação da exploração estrutural presente no capitalismo. Essa segregação não apenas limita o acesso a melhores condições de vida, mas também aprofunda as desigualdades socioespaciais. De maneira semelhante, as análises de Marx apontam que o trabalhador, embora teoricamente livre para decidir onde e como vender sua força de trabalho, encontra-se preso a um sistema que o força a se adaptar às variações da divisão e do ritmo do trabalho, perpetuando sua submissão ao capital. Isso evidencia que a exploração do trabalhador não é apenas uma questão de condições individuais, mas uma dinâmica estrutural que molda tanto o espaço geográfico quanto o social.

Além disso, é importante destacar os aparatos jurídico-políticos necessários para legitimar determinados processos. Historicamente, encontram-se exemplos como a Lei de Terras e o movimento do bandeirismo no Brasil. Contudo, o que deve ser ressaltado é o fato de que, ainda hoje, muitas narrativas mitológicas são utilizadas para justificar a realidade e as ações sobre ela. Mitologias que defendem a implantação de novos empreendimentos internacionais como sinônimo de modernização e progresso, argumentando que geram empregos e infraestrutura, são reforçadas

no imaginário social por meio das superestruturas (família, igreja, escolas, entre outras).

Outro referencial discutido em sala de aula, relevante para esta reflexão, é o artigo “Espaço Urbano e Luta de Classe: os rebatimentos das desigualdades da cidade capitalista para a classe trabalhadora”, de Deivi Ferreira da Silva Matos. O autor aborda temas que dialogam com as teorias de Silvia Federici sobre as relações entre capitalismo, feminilidade e reprodução. Ferreira explora a reprodução em um duplo sentido: a reprodução biológica, na qual as mulheres geram a prole (da qual surge o termo “proletariado”), e a reprodução do próprio modo de produção capitalista, que estão intrinsecamente interligados. Ambos os textos discutem o trabalho de reprodução não remunerado realizado por mulheres e como a experiência capitalista dos homens se difere significativamente da das mulheres, mesmo dentro da mesma classe social. Nesse sistema econômico, a exploração e a dissociação produtiva ocorrem não apenas entre diferentes classes, mas também entre gêneros distintos. Essa lógica pode ser ampliada para diversas análises sobre outros atores dos “brasis invisíveis”.

Outra reflexão importante, com base nos textos estudados, diz respeito à desvalorização de determinados trabalhadores e à dessensibilização da sociedade em relação a diferentes realidades, como a dos imigrantes. A relação entre a “humilhação primária” e a “humilhação secundária”, bem como a análise crítica do capi-

talismo contemporâneo, é fundamental para compreender a dinâmica das migrações atuais. A “humilhação primária” se refere à transformação das pessoas em meros recursos para a valorização do capital, um processo que se intensificou com a modernização e a consolidação do capitalismo. Essa desumanização inicial estabelece um contexto em que a dignidade humana se torna uma abstração, preparando o terreno para a “humilhação secundária”, que se manifesta na vida dos imigrantes do Terceiro Mundo. Esses indivíduos, forçados a deixar suas terras devido a guerras, perseguições e condições materiais adversas, enfrentam discriminação e violência nos países do capitalismo central.

Nesse sentido, a crise do capitalismo e a desvalorização do “trabalho vivo” evidenciam como a migração se tornou um elemento essencial do capitalismo contemporâneo. A precarização do trabalho e a falta de uma identidade profissional refletem a realidade de muitos trabalhadores que, diante da necessidade de sobrevivência, se veem obrigados a aceitar condições de trabalho desumanas e mal remuneradas. Essa situação é ainda mais complexa para as mulheres negras periféricas, que exemplificam a intersecção entre classe, raça e gênero na luta por melhores condições de vida e trabalho.

Assim, a “humilhação secundária” não é apenas uma consequência da migração, mas um reflexo das contradições do capitalismo atual, que se alimenta da exploração e da desumanização

dos trabalhadores. A busca por dignidade e sobrevivência torna-se uma luta coletiva, marcada por desafios históricos que persistem e exigem a emancipação do trabalho, conforme discutido nos textos analisados. A luta por melhores condições de vida e trabalho é, portanto, uma continuidade das resistências históricas que emergem nesse contexto de exploração e precarização.

A relação entre a territorialização do capital e a mobilidade do trabalho torna-se evidente na análise das dinâmicas contemporâneas de exploração e coerção. A formação do território brasileiro reflete a divisão internacional do trabalho e a violência econômica. A mobilidade, embora apresentada como uma forma de liberdade, revela-se como uma armadilha que perpetua a dependência econômica do trabalhador em relação ao capital. A coerção extraeconômica, manifestada na precarização das relações de trabalho e na terceirização, ecoa a violência histórica da colonização e da escravidão, onde a expropriação dos trabalhadores se torna uma constante. Dessa forma, a territorialização do Estado nacional, influenciada por essas relações de mobilização do trabalho, não apenas reflete a herança da acumulação primitiva, mas também se adapta às novas formas de exploração que emergem no capitalismo contemporâneo, onde a suposta liberdade de escolha do trabalhador mascara a necessidade de sobrevivência imposta pelo sistema.

Em consonância com essa discussão, o livro “Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana”, de David Harvey, apresen-

tado e discutido na aula 8 da disciplina, destaca como o processo de urbanização está intrinsecamente ligado à lógica de acumulação do capital. A cidade, construída a partir de um processo marcado pela violência e pela marginalização das classes trabalhadoras, é projetada sob a ótica dos donos dos meios de produção. Resgatando o conceito de “direito à cidade”, Harvey defende a participação ativa dos cidadãos na construção e gestão do espaço urbano, compreendendo sua importância para as dinâmicas sociais e econômicas.

No contexto brasileiro, observa-se um modelo urbano que acentua as desigualdades sociais e mantém a lógica de acumulação por despossessão. O capitalismo se perpetua não apenas pela produção de novas mercadorias, mas também pela expropriação de bens comuns, como terra, água e recursos naturais. Esse processo de acumulação por despossessão resulta na concentração de riqueza e poder em poucas mãos, intensificando as desigualdades sociais e espaciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a análise realizada demonstra a profunda interconexão entre trabalho, capitalismo e espaço geográfico, revelando como as dinâmicas do sistema capitalista moldam as vidas e os espaços. Assim, as discussões presentes neste trabalho realçam a importância de se compreender as relações entre trabalho, capital-

ismo e espaço geográfico para a construção de um futuro mais justo e equitativo.

A obra de David Harvey, em conjunto com os estudos de Iracema Brandão Guimarães e Deivi Ferreira da Silva Matos, oferece ferramentas teóricas para desvendar as complexidades do sistema capitalista e suas consequências para a vida das pessoas. Portanto, é fundamental que a Geografia continue analisando, refletindo e permanecendo in loco em trabalhos de campo para que, a cada dia, seja mais palpável a construção de uma sociedade que valorize o trabalho, a justiça social e a sustentabilidade ambiental.

Referências

MARX, Karl. Caderno I.II. Ganho do Capital. In: MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2008. P. 40 – 47.

GUIMARÃES, I. B.. CONDIÇÕES DE VIDA, MORADIA E TRABALHO NO ESPAÇO URBANO. Caderno CRH, v. 35, p. e022031, 2022.

MATOS, Deivi Ferreira da Silva. Espaço Urbano e Luta de Classe: os rebatimentos das desigualdades da cidade capitalista para a classe trabalhadora. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018, p. 1 - 14.

HARVEY, David. Cidades Rebeldes - Do Direito À Cidade À Revolução Urbana. Martins Editora Livraria Ltda. São Paulo, 2014.

MARTINS, J. R. (2015). Immanuel Wallerstein o sistema-mundo: uma teoria ainda atual? Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales (V), pp. 95-108. Disponível em: [https://iberoamericasocial.com/wp-content/uploads/2015/11/Martins%2C%20J.%20R.%20\(2015\).%20Immanuel%20Wallerstein%20y%20el%20sistema-mundo.%20%C2%BFUna%20teor%C3%ADa%20actual.%20Iberoam%C3%A9rica%20Social%20Revista-Red%20De%20Estudios%20Sociales%2C%20\(V\)%2C%2095-108.pdf](https://iberoamericasocial.com/wp-content/uploads/2015/11/Martins%2C%20J.%20R.%20(2015).%20Immanuel%20Wallerstein%20y%20el%20sistema-mundo.%20%C2%BFUna%20teor%C3%ADa%20actual.%20Iberoam%C3%A9rica%20Social%20Revista-Red%20De%20Estudios%20Sociales%2C%20(V)%2C%2095-108.pdf). Acesso em: 23 jan. 2025.

TRILHA DE APRENDIZADO

DISCIPLINA:

GEOGRAFIA E TRABALHO

1. INTRODUÇÃO (AULAS 01 E 02)

Aula 1: Introdução à Geografia do Trabalho

- Conceitos fundamentais: trabalho, produção, espaço geográfico.
- Breve histórico da relação entre trabalho e espaço geográfico.
- A importância da Geografia do Trabalho na compreensão das dinâmicas sociais e econômicas.

Resumo: Nesta aula, os alunos serão apresentados aos conceitos fundamentais da Geografia do Trabalho, compreendendo a relação dialética entre trabalho e espaço. Será abordada a importância histórica dessa relação e como a Geografia contribui para a análise das dinâmicas sociais e econômicas relacionadas ao trabalho.

Aula 2: Trabalho e Relações de Produção

- Modos de produção e organização do trabalho ao longo da história.
- Trabalho e capital: a relação dialética.
- Trabalho formal e informal: características e desafios.

Resumo: A aula aprofundará a discussão sobre os modos de produção ao longo da história e a relação entre trabalho e capital. Serão abordadas as diferentes formas de organização do trabalho, como o trabalho formal e informal, e seus impactos nas relações sociais e espaciais.

2. DESENVOLVIMENTO (AULAS 03 A 07)

Aula 3: Trabalho e Espaço Urbano

- A cidade como lugar de produção e reprodução da força de trabalho.
- Segregação socioespacial e mercado de trabalho.
- Questão habitacional e mobilidade urbana na perspectiva do trabalho.

Resumo: Nesta aula, o foco será a cidade como palco das relações de trabalho. Serão analisadas as desigualdades socioespaciais e a segregação urbana, bem como a relação entre trabalho, moradia e mobilidade.

Aula 4: Trabalho e Meio Ambiente

- Impactos ambientais do processo de trabalho.
- Trabalho e sustentabilidade: desafios e perspectivas.
- A questão ambiental no mundo do trabalho: riscos e doenças ocupacionais.

Resumo: A aula abordará a relação entre trabalho e meio ambiente, discutindo os impactos ambientais da produção e as questões relacionadas à saúde e segurança do trabalhador. Serão apresentadas perspectivas para um desenvolvimento mais sustentável.

Aula 5: Trabalho e Globalização

- A mundialização da produção e seus impactos no mundo do trabalho.
- Desigualdades sociais e trabalho no contexto da globalização.
- Novas formas de trabalho e precarização laboral.

Resumo: A globalização será analisada sob a perspectiva das transformações no mundo do trabalho. Serão abordados temas como a flexibilização do trabalho, a precarização das condições de trabalho e as desigualdades sociais geradas pela nova ordem mundial.

Aula 6: Trabalho e Gênero

- Divisão sexual do trabalho e desigualdades de gênero.
- Trabalho doméstico e cuidado: invisibilização e valorização.
- Mulheres no mercado de trabalho: desafios e conquistas.

Resumo: A aula discutirá a divisão sexual do trabalho e as desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Serão abordados temas como o trabalho doméstico, a dupla jornada e as políticas públicas para a promoção da igualdade de gênero.

Aula 7: Trabalho e Raça

- Racismo e desigualdades no mundo do trabalho.

- Trabalho escravo contemporâneo e trabalho infantil.
- Políticas públicas para a promoção da igualdade racial no trabalho.

Resumo: Nesta aula, serão analisadas as desigualdades raciais no mundo do trabalho, incluindo o racismo institucional e o trabalho escravo contemporâneo. Serão apresentadas políticas públicas para a promoção da igualdade racial.

3. CONCLUSÃO (AULAS 08 A 10)

Aula 8: Trabalho e Movimentos Sociais

- História dos movimentos trabalhistas.
- Sindicatos e novas formas de organização dos trabalhadores.
- Lutas por direitos trabalhistas e justiça social.

Resumo: A aula abordará a história dos movimentos trabalhistas e suas lutas por direitos. Serão analisadas as novas formas de organização dos trabalhadores e os desafios enfrentados pelos sindicatos na contemporaneidade.

Aula 9: Futuro do Trabalho

- As transformações do mundo do trabalho no século XXI.

- Automação, inteligência artificial e o futuro do emprego.
- Novas formas de trabalho e a economia colaborativa.

Resumo: Nesta aula, serão discutidas as tendências e desafios do futuro do trabalho, como a automação, a inteligência artificial e as novas formas de trabalho. Serão apresentadas perspectivas para o futuro do emprego e as políticas públicas necessárias para enfrentar essas transformações.

Aula 10: Geografia do Trabalho no Brasil

- Características do mercado de trabalho brasileiro.
- Desafios e perspectivas para o futuro do trabalho no Brasil.
- Políticas públicas para o trabalho no Brasil.

Resumo: A aula fará um panorama do mercado de trabalho brasileiro, abordando suas especificidades e desafios. Serão analisadas as políticas públicas para o trabalho no Brasil e as perspectivas para o futuro.

OBS: Os detalhes referentes a cada uma das aulas está apresentado nos planos de aula específicos.

PLANOS DE AULA

Disciplina: **Geografia** Turma: **7º Ano** Professor: **Roberto**

Assunto: **Mapas e Escalas** Data: **15/05/2024**

Objetivos de Aprendizagem: **Compreender a função dos mapas e a importância das escalas.**

Conteúdo Programático: **Tipos de mapas, escalas numéricas e gráficas.**

Metodologia: **Aulas expositivas, trabalhos em grupo e uso de recursos multimídia.**

Recursos Didáticos: **Mapas, globos, escala gráfica, escala numérica.**

Avaliação: **Prova escrita, participação em aula e trabalhos em grupo.**

Referências Bibliográficas: **Atlas do Brasil, Atlas do Mundo.**

Observações: **Verificar a compreensão dos alunos sobre a importância das escalas.**

Professor:

Prof. Dr. Uilmer Rodrigues e Prof. Dr. Ricardo Alexandrino

Área de Conhecimento:

Geografia e Trabalho

Data:

/ /

Carga Horária:

3h/a

Aula:

01 – Introdução à Geografia do Trabalho

1. OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM:

Objetivo Geral: Compreender a relação entre trabalho, espaço geográfico e as dinâmicas sociais e econômicas, introduzindo os conceitos fundamentais da Geografia do Trabalho.

Objetivos Específicos:

- Definir o conceito de Geografia do Trabalho e sua importância para a análise da sociedade.
- Identificar a relação histórica entre trabalho e espaço geográfico.
- Analisar como a Geografia contribui para a compreensão das dinâmicas sociais e econômicas relacionadas ao trabalho.

2. ESQUEMA DE CONTEÚDO:

Tema central: A Geografia do Trabalho: Conceitos Fundamentais e sua Importância.

Subtemas: 1. Trabalho e produção: uma relação dialética; 2. O espaço geográfico como palco das relações de trabalho; 3. Breve histórico da relação entre trabalho e espaço; 4. A geografia do trabalho como ferramenta de análise social e econômica.

3. MOBILIZAÇÃO/INCENTIVAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM:

A incentivação será realizada por meio de dois diferentes métodos:

3.1. Perguntas instigantes: “O que significa trabalhar”;
“Como onde trabalhamos influencia nossas vidas?”;

3.2. Vídeo: “História do emprego e relações de trabalho no mundo” (<https://www.youtube.com/watch?v=hfc6qSjqxg>)

4. METODOLOGIA/DESENVOLVIMENTO:

4.1. Incentivação: Iniciar a aula com a apresentação do vídeo, promovendo uma discussão inicial sobre o tema.

4.2. Desenvolvimento da aula:

- Apresentar o conceito de Geografia do Trabalho e sua importância para a análise da sociedade;

- Abordar a relação histórica entre trabalho e espaço geográfico, utilizando exemplos concretos (ex: a Revolução Industrial e a concentração urbana);
- Discutir como a Geografia contribui para a compreensão das dinâmicas sociais e econômicas relacionadas ao trabalho, utilizando o textos de Milton Santos e David Harvey como referência;
- Realizar atividades em grupos para que os alunos reflitam sobre a relação entre trabalho e espaço em suas próprias vidas.

4.3. Encerramento: Retomar os objetivos da aula e sintetizar os principais pontos abordados.

5. RECURSOS:

1. Computador com acesso à internet;
2. Slides;
3. Vídeo sobre a evolução do trabalho
4. (<https://www.youtube.com/watch?v=hfcp6qSjqxg>)
5. Textos de Milton Santos e David Harvey.
6. Chat/Fórum de discussão em plataforma LMS/EaD.

6. SÍNTESE INTEGRADORA:

Apresentação de um quadro comparativo do trabalho na revolução industrial e no momento atual, destacando como o espaço geográfico está diretamente relacionado (ativamente e passivamente, de maneira simultânea) com as mudanças históricas e sociais.

7. AVALIAÇÃO:

A avaliação será realizada em dois momentos: 1. Participação ativa dos alunos a partir de espaços de discussão (como fórum, para aula assíncrona e chat, para aula síncrona); 2. Produção individual de um pequeno texto (até 500 palavras) sobre a relação entre o trabalho e a produção do espaço geográfico.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

SANTOS, Milton. Da diversificação da natureza à divisão territorial do trabalho. In: SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. P. 84 – 91.

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo no final do século XX. In: HARVEY, David. Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992. P. 117 – 120.

Professor:

Prof. Dr. Uilmer Rodrigues e Prof. Dr. Ricardo Alexandrino

Área de Conhecimento:

Geografia e Trabalho

Data:

/ /

Carga Horária:

3h/a

Aula:

02 – Trabalho e Relações de Produção

1. OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM:

Objetivo Geral: Compreender a evolução histórica dos modos de produção e as relações entre trabalho e capital, analisando as diferentes formas de organização do trabalho e seus impactos na sociedade.

Objetivos Específicos:

- Identificar os principais modos de produção ao longo da história e suas características.
- Analisar a relação dialética entre trabalho e capital, segundo a perspectiva marxista.
- Comparar o trabalho formal e informal, destacando suas características e desafios.

2. ESQUEMA DE CONTEÚDO:

Tema central: Mercado de Trabalho Brasileiro: Características, Desafios e Perspectivas.

Subtemas: 1. Histórico da formação do mercado de trabalho brasileiro; 2. Dualidade do mercado de trabalho: formal e informal; 3. Desafios contemporâneos: desemprego, subemprego e informalidade; 4. Políticas públicas para o trabalho no Brasil: avaliação e desafios; 5. Perspectivas para o futuro do trabalho no Brasil.

3. MOBILIZAÇÃO/INCENTIVAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM:

A incentivação será realizada por meio de três diferentes métodos:

3.1. Perguntas instigantes: “O que significa ser trabalhador hoje?”; “Como o trabalho mudou ao longo da história?”;

3.2. Proposta de reflexão (convite para debate no fórum e/ou chat): Uma breve discussão sobre as diferentes formas de trabalho que os alunos conhecem (empregado, autônomo, informal);

3.3. Imagem: Imagens que representem a divisão entre trabalho e capital (operário em uma fábrica; trabalhador do campo; empresário em seu escritório)

4. METODOLOGIA/DESENVOLVIMENTO:

4.1. Incentivação: Iniciar a aula com o debate e a imagem, promovendo a participação dos alunos.

4.2. Desenvolvimento da aula:

- Apresentar os principais modos de produção ao longo da história (escravismo, feudalismo, capitalismo), destacando as relações de trabalho em cada um deles;
- Abordar a teoria marxista do trabalho e do capital, utilizando o texto de Karl Marx como referência;
- Comparar o trabalho formal e informal, discutindo suas características, desafios e impactos na sociedade;
- Analisar a organização do trabalho na sociedade contemporânea, abordando temas como a precarização do trabalho, a Economia GIG (economia sob demanda) e a terceirização.

4.3. Encerramento: Retomar os objetivos da aula e sintetizar os principais pontos abordados.

5. RECURSOS:

1. Computador com acesso à internet;
2. Slides;

3. Imagens para incentivação;
4. Textos de Karl Marx e Isabel Brasil Pereira;
5. Chat/Fórum de discussão em plataforma LMS/EaD.

6 . SÍNTESE INTEGRADORA:

Apresentação de uma imagem que ilustre as relações de produção nos dias atuais, destacando tópicos relacionados ao assunto abordado em aula, com destaque para a divisão do trabalho na sociedade e no espaço.

7 . AVALIAÇÃO:

A avaliação será realizada através de uma atividade realizada no fórum de discussões da plataforma, onde os alunos trarão um pequeno texto dissertativo, de no máximo 500 palavras, sobre como a temática “relações de produção e divisão do trabalho: como o trabalho se relaciona à organização do espaço e dos sujeitos”.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

MARX, Karl. Caderno I.II. Ganho do Capital. In: MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008. P. 40 – 47.

PEREIRA, Isabel Brasil. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Resenha. Trabalho, Educação e Saúde. V. 1, n. 1, p. 166 – 171, 2003.

Professor:

Prof. Dr. Uilmer Rodrigues e Prof. Dr. Ricardo Alexandrino

Área de Conhecimento:

Geografia e Trabalho

Data:

/ /

Carga Horária:

3h/a

Aula:

03 – Trabalho e Espaço Urbano

1. OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Objetivo Geral: Analisar a relação entre trabalho e espaço urbano, compreendendo as desigualdades socioespaciais e os impactos da urbanização nas condições de vida dos trabalhadores.

Objetivos Específicos:

- Identificar a cidade como lugar de produção e reprodução da força de trabalho.
- Analisar a relação entre segregação socioespacial e mercado de trabalho.
- Avaliar os impactos da questão habitacional e da mobilidade urbana nas condições de trabalho.

2. ESQUEMA DE CONTEÚDO

Tema central: Trabalho e Espaço Urbano: Desigualdades e Desafios.

Subtemas: 1. A cidade como palco das relações de trabalho; 2. Segregação socioespacial e mercado de trabalho; 3. Questão habitacional e trabalho; 4. Mobilidade urbana e acesso ao trabalho.

3. MOBILIZAÇÃO/INCENTIVAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM

3.1. Perguntas instigantes: “Como a cidade onde você mora influencia o seu trabalho?” e “Quais as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores que moram em áreas mais distantes dos centros urbanos?”.

3.2. Imagem: Uma imagem de uma grande cidade com áreas nobres e favelas contrastando.

4. METODOLOGIA/DESENVOLVIMENTO

4.1. Incentivação: Iniciar a aula com a apresentação da imagem e a discussão das perguntas instigantes.

4.2. Desenvolvimento da aula:

1. Apresentar a cidade como um espaço de produção e reprodução da força de trabalho, discutindo as diferentes funções urbanas.
2. Analisar a segregação socioespacial e seus impactos no

mercado de trabalho, utilizando os textos de Guimarães e Matos como referência.

3. Discutir a relação entre questão habitacional e trabalho, abordando temas como o déficit habitacional e a comutação pendular.
4. Analisar a mobilidade urbana e seus impactos no acesso ao trabalho, considerando os diferentes meios de transporte e a infraestrutura urbana.

4.3. Encerramento: Retomar os objetivos da aula e sintetizar os principais pontos abordados.

5. RECURSOS

1. Computador com acesso à internet;
2. Slides;
3. Imagem para incentivação;
4. Textos de Guimarães (2022) e Matos (2018);
5. Chat/Fórum de discussão em plataforma LMS/EaD.

6. SÍNTESE INTEGRADORA

Apresentação de um mapa mental sobre a relação entre trabalho e espaço urbano abordando: segregação socioespacial, mercado de trabalho, questão habitacional, mobilidade urbana e seus

impactos na vida dos trabalhadores.

7. AVALIAÇÃO

Participação dos alunos nos fóruns de discussão sobre a aula.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUIMARÃES, I. B.. CONDIÇÕES DE VIDA, MORADIA E TRABALHO NO ESPAÇO URBANO. **Caderno CRH**, v. 35, p. e022031, 2022.

MATOS, Deivi Ferreira da Silva. Espaço Urbano e Luta de Classe: os reatamentos das desigualdades da cidade capitalista para a classe trabalhadora. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, 2018, p. 1 - 14

Professor:

Prof. Dr. Uilmer Rodrigues e Prof. Dr. Ricardo Alexandrino

Área de Conhecimento:

Geografia e Trabalho

Data:

/ /

Carga Horária:

3h/a

Aula:

04 – Trabalho e Meio Ambiente

1. OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Objetivo Geral: Compreender a relação entre trabalho e meio ambiente, analisando os impactos ambientais da produção e as questões relacionadas à saúde e segurança do trabalhador, buscando perspectivas para um desenvolvimento sustentável.

Objetivos Específicos:

- Identificar os principais impactos ambientais causados pelas atividades produtivas.
- Analisar a relação entre trabalho e sustentabilidade, discutindo os desafios e as perspectivas para um futuro mais sustentável.
- Compreender os riscos e doenças ocupacionais associados às atividades produtivas e suas implicações para a saúde dos trabalhadores.

2. ESQUEMA DE CONTEÚDO

Tema central: Trabalho e Meio Ambiente: Uma Relação Complexa e Desafiadora.

Subtemas: 1. Impactos ambientais da produção: exploração de recursos naturais, poluição e degradação ambiental; 2. Trabalho e sustentabilidade: conceitos e desafios; 3. Riscos e doenças ocupacionais: causas e consequências; 4. Políticas públicas e práticas empresariais para um desenvolvimento sustentável.

3. MOBILIZAÇÃO/INCENTIVAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM

A incentivação será realizada por meio de:

3.1. Perguntas instigantes: “Qual a relação entre o que consumimos e os impactos ambientais?” e “Como o trabalho pode contribuir para a preservação do meio ambiente?”.

3.2 Imagens: 1. Imagem ilustrando queimadas e desmatamento (influência do agronegócio na degradação ambiental); 2. Imagem de poluição de efluentes por liberação de rejeitos de indústria.

4. METODOLOGIA/DESENVOLVIMENTO

4.1. Incentivação: Iniciar a aula com a apresentação da imagem e a discussão das perguntas instigantes.

4.2. Desenvolvimento da aula:

- Apresentar os principais impactos ambientais causados pelas atividades produtivas, utilizando exemplos concretos (indústria, agricultura e mineração);
- Discutir o conceito de sustentabilidade e sua relação com o trabalho, utilizando os textos de Grazielle Rodrigues de Oliveira e Neise Deluiz e Victor Novicki como referência;
- Analisar os riscos e doenças ocupacionais mais comuns, relacionando-os com os processos produtivos e as condições de trabalho;
- Apresentar exemplos de políticas públicas e práticas empresariais que visam promover um desenvolvimento sustentável.

4.3. Encerramento: Retomar os objetivos da aula e sintetizar os principais pontos abordados.

5. RECURSOS

1. Computador com acesso à internet;
2. Slides;
3. Imagens para incentivação;
4. Textos de Oliveira (2018) e Deluiz e Novicki (2017);
5. Chat/Fórum de discussão em plataforma LMS/EaD.

6. SÍNTESE INTEGRADORA

Apresentação de um mapa mental que relaciona os impactos ambientais e os meios de produção com soluções propositivas para resolução de problemas.

7. AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada através da participação dos alunos nos fóruns de discussão sobre a aula.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELUIZ, Neise; NOVICKI, Victor. **Trabalho, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**: Implicações para uma proposta de formação crítica, 2017, 8p.

OLIVEIRA, Grazielle Rodrigues de. Implicações da globalização no desenvolvimento socioeconômico e na sustentabilidade ambiental. **Revista Orbis Latina**, v. 8, n. 2, Julho – Dezembro/2018, p. 97 – 104.

Professor:

Prof. Dr. Uilmer Rodrigues e Prof. Dr. Ricardo Alexandrino

Área de Conhecimento:

Geografia e Trabalho

Data:

/ /

Carga Horária:

3h/a

Aula:

05 - Trabalho e Globalização

1. OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Objetivo Geral: Analisar os impactos da globalização no mundo do trabalho, compreendendo as novas formas de organização produtiva e seus reflexos nas condições de trabalho e nas desigualdades sociais.

Objetivos Específicos:

- Identificar as principais características da mundialização da produção e seus impactos na organização do trabalho.
- Analisar as desigualdades sociais geradas pela globalização e suas consequências para os trabalhadores.

2. ESQUEMA DE CONTEÚDO

Tema central: Globalização e Mundo do Trabalho: Desafios e Perspectivas.

Subtemas: 1. A mundialização da produção e suas características, poluição e degradação ambiental; 2. Flexibilização do trabalho e precarização laboral; 3. Desigualdades sociais e globalização; 4. Novas formas de trabalho: trabalho remoto, economia gig.

3. MOBILIZAÇÃO/INCENTIVAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM

3.1. Perguntas instigantes: “Como a globalização mudou a forma como trabalhamos?” e “Quais as vantagens e desvantagens da flexibilidade do trabalho?”.

3.2. Imagem: Imagem que representa interconexão global (mapa mundi com linhas conectando diferentes países).

4. METODOLOGIA/DESENVOLVIMENTO

4.1. Incentivação: Iniciar a aula com a apresentação da imagem e a discussão das perguntas instigantes.

4.2. Desenvolvimento da aula:

- Apresentar as principais características da mundialização da produção, como a descentralização da produção, a formação de cadeias globais de valor e a competição entre países;
- Analisar a flexibilização do trabalho e a precarização laboral, discutindo as suas causas e consequências para os trabalhadores;

- Relacionar a globalização com as desigualdades sociais, abordando temas como a concentração de renda e a exclusão social;
- Apresentar as novas formas de trabalho, como o trabalho remoto e a economia gig, e seus impactos no mundo do trabalho.

4.3. Encerramento: Retomar os objetivos da aula e sintetizar os principais pontos abordados.

5. RECURSOS

1. Computador com acesso à internet;
2. Slides;
3. Imagem para incentivação;
4. Vídeo para síntese integradora ();
5. Textos de Baltar (2013) e Lima (Revista Terra e Cultura, ano XX, n. 39);
6. Chat/Fórum de discussão em plataforma LMS/EaD.

6. SÍNTESE INTEGRADORA

Apresentação de um vídeo sobre Trabalho e Globalização, do YouTube, com posterior discussão apontando os principais pontos

abordados em aula e convidando a turma a participar do fórum de discussões posteriormente.

7. AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada através de 2 principais momentos:

1. Participação dos alunos nos fóruns de discussão sobre a aula;
2. Produção de um texto reflexivo, com no máximo 500 palavras, sobre os impactos da globalização e da descentralização do capital no trabalho.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALTAR, R.. Desenvolvimento, globalização e trabalho decente.

Caderno CRH, v. 26, n. 67, p. 105–122, jan. 2013.

LIMA, Angela Maria de Sousa. Os impactos da globalização no mundo do trabalho. **Terra e Cultura**, ano XX, n. 39, p. 32 - 49.

Professor:

Prof. Dr. Uilmer Rodrigues e Prof. Dr. Ricardo Alexandrino

Área de Conhecimento:

Geografia e Trabalho

Data:

/ /

Carga Horária:

3h/a

Aula:

06 – Trabalho e Gênero

1. OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Objetivo Geral: Analisar as desigualdades de gênero no mundo do trabalho, compreendendo a divisão sexual do trabalho, o trabalho doméstico e as políticas públicas para a promoção da igualdade de gênero.

Objetivos Específicos:

- Identificar a divisão sexual do trabalho e suas origens históricas e sociais.
- Analisar o trabalho doméstico e de cuidado como uma atividade essencial, porém invisibilizada e subvalorizada.
- Avaliar as conquistas e os desafios das mulheres no mercado de trabalho.

2. ESQUEMA DE CONTEÚDO

Tema central: Trabalho e Gênero: Desigualdades e Luta por Igualdade.

Subtemas: 1. Divisão sexual do trabalho: conceitos e historicidade; 2. Trabalho doméstico e de cuidado: invisibilização e valorização; 3. Mulheres no mercado de trabalho: segregação ocupacional, desigualdade salarial e assédio; 4. Políticas públicas para a promoção da igualdade de gênero.

3. MOBILIZAÇÃO/INCENTIVAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM

3.1. Perguntas instigantes: “Por que as mulheres ainda ganham menos que os homens?”; “Qual o valor do trabalho doméstico?”; “Quais as principais barreiras para a igualdade de gênero no mercado de trabalho?”.

3.2. Imagem: Uma imagem que represente a dupla jornada da mulher (trabalho remunerado e trabalho doméstico).

4. METODOLOGIA/DESENVOLVIMENTO

4.1. Incentivação: Iniciar a aula com a apresentação da imagem e a discussão das perguntas instigantes.

4.2. Desenvolvimento da aula:

- Apresentar o conceito de divisão sexual do trabalho e sua historicidade, discutindo as origens sociais e culturais.

- Analisar o trabalho doméstico e de cuidado, destacando sua importância para a reprodução social e sua invisibilização nas estatísticas e políticas públicas.
- Discutir a participação das mulheres no mercado de trabalho, abordando a segregação ocupacional, a desigualdade salarial e o assédio sexual.
- Apresentar as principais políticas públicas para a promoção da igualdade de gênero, como as cotas para mulheres e as licenças maternidade e paternidade.

4.3. Encerramento: Retomar os objetivos da aula e sintetizar os principais pontos abordados.

5. RECURSOS

1. Computador com acesso à internet.
2. Slides.
3. Imagem para incentivação.
4. Textos de Ferguson e McNally (2017).
5. Chat/Fórum de discussão em plataforma LMS/EaD.

6. SÍNTESE INTEGRADORA

Apresentação de mapa mental que relacione as desigualdades de

gênero em relação ao mercado de trabalho, o papel da mulher na chamada “reprodução social do trabalho” e localizando práticas, ações e políticas que possuem objetivo de promover a redução de desigualdades de gênero.

7. AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada através de um texto que deve ser elaborado pelos alunos, com no máximo 500 palavras, abordando o seguinte aspecto: “Como o gênero dos sujeitos sociais se relaciona ao trabalho e aos papéis exercidos no dia a dia de homens e mulheres?”.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. **Capital, força de trabalho e relações de gênero**. Revista Outubro, n. 29, novembro/2017, p. 23 a 59.

Professor:

Prof. Dr. Uilmer Rodrigues e Prof. Dr. Ricardo Alexandrino

Área de Conhecimento:

Geografia e Trabalho

Data:

/ /

Carga Horária:

3h/a

Aula:

07 – Trabalho e Raça

1. OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Objetivo Geral: Analisar as desigualdades raciais no mundo do trabalho, compreendendo o racismo estrutural, o trabalho escravo contemporâneo e as políticas públicas para a promoção da igualdade racial.

Objetivos Específicos:

- Identificar as manifestações do racismo no mercado de trabalho, como a discriminação racial e a segregação ocupacional.
- Analisar o trabalho escravo contemporâneo e suas características, relacionando-o com as desigualdades raciais.
- Avaliar as políticas públicas para a promoção da igualdade racial no trabalho e seus desafios.

2. ESQUEMA DE CONTEÚDO

Tema central: Trabalho e Raça: Desigualdades e Racismo Estrutural.

Subtemas: 1. Racismo estrutural e suas manifestações no mundo do trabalho; 2. Trabalho escravo contemporâneo: características e causas; 3. Desigualdades raciais no mercado de trabalho: renda, ocupação e acesso a oportunidades; 4. Políticas públicas para a promoção da igualdade racial no trabalho.

3. MOBILIZAÇÃO/INCENTIVAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM

incentivação será realizada por meio de:

3.1 Perguntas instigantes: “Por que pessoas negras ocupam, em média, cargos de menor remuneração?”; “Quais as formas de trabalho escravo contemporâneo?”; “Quais políticas públicas podem contribuir para a redução das desigualdades raciais no mercado de trabalho?”.

3.2 Vídeo: “O que é racismo estrutural?” (<https://www.youtube.com/watch?v=PD4Ew5DIGrU>).

4. METODOLOGIA/DESENVOLVIMENTO

4.1. Incentivação: Iniciar a aula com a apresentação do vídeo e a discussão das perguntas instigantes.

4.2. Desenvolvimento da aula:

- Apresentar o conceito de racismo estrutural e suas manifestações no mundo do trabalho, utilizando os textos de Alves (2022) e Almeida (2019) como referência.
- Analisar o trabalho escravo contemporâneo, suas características e as causas que o perpetuam.
- Discutir as desigualdades raciais no mercado de trabalho, abordando a questão da renda, da ocupação e do acesso a oportunidades.
- Apresentar as principais políticas públicas para a promoção da igualdade racial no trabalho, como as cotas raciais e as ações afirmativas.

4.3. Encerramento: Retomar os objetivos da aula e sintetizar os principais pontos abordados.

5. RECURSOS

1. Computador com acesso à internet.
2. Slides.
3. Vídeo de incentivação.
4. Textos de Alves (2022) e Almeida (2019).
5. Chat/Fórum de discussão em plataforma LMS/EaD.

6. SÍNTESE INTEGRADORA

Apresentação de tópicos resumidos sobre os principais pontos abordados em aula, estimulando a reflexão sobre o racismo estrutural e as formas de combatê-lo.

7. AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada através de:

1. Participação dos alunos nos fóruns de discussão.
2. Texto reflexivo, com no máximo 500 palavras, sobre a importância da luta antirracista no mundo do trabalho.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Leonardo Dias. **A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural**. R. Katál., Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 212-221, maio-ago/2022.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo e subsunção real do trabalho ao capital**. In:

ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen, 2019. P. 105 - 108.

Professor:

Prof. Dr. Uilmer Rodrigues e Prof. Dr. Ricardo Alexandrino

Área de Conhecimento:

Geografia e Trabalho

Data:

/ /

Carga Horária:

3h/a

Aula:

08 – Trabalho e Movimentos Sociais

1. OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Objetivo Geral: Analisar a história dos movimentos trabalhistas, compreendendo suas lutas, conquistas e desafios, e as novas formas de organização dos trabalhadores na contemporaneidade.

Objetivos Específicos:

- Identificar as principais etapas da história dos movimentos trabalhistas e suas conquistas.
- Analisar as novas formas de organização dos trabalhadores e os desafios enfrentados pelos sindicatos.
- Avaliar a importância dos movimentos sociais na luta por direitos trabalhistas e justiça social.

2. ESQUEMA DE CONTEÚDO

Tema central: Movimentos Trabalhistas: História, Conquistas e Desafios

Subtemas: 1. Origem e desenvolvimento dos movimentos trabalhistas; 2. Conquistas históricas dos trabalhadores: jornada de trabalho, direitos trabalhistas, etc; 3. Sindicatos e novas formas de organização dos trabalhadores; 4. Movimentos sociais e a luta por justiça social.

3. MOBILIZAÇÃO/INCENTIVAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM

3.1 Perguntas instigantes: “Quais foram as principais lutas dos trabalhadores ao longo da história?”; “Como os sindicatos atuam na defesa dos direitos dos trabalhadores?”; “Quais os desafios enfrentados pelos movimentos sociais na atualidade?”.

3.2. Imagem: Imagem histórica sobre manifestação trabalhista (greve dos entregadores do Ifood em São Paulo).

4. METODOLOGIA/DESENVOLVIMENTO

4.1. Incentivação: Iniciar a aula com a apresentação da imagem e a discussão das perguntas instigantes.

4.2. Desenvolvimento da aula:

- Apresentar a origem e o desenvolvimento dos movimentos

trabalhistas, destacando as principais lutas e conquistas;

- Analisar as novas formas de organização dos trabalhadores, como os movimentos sociais e as cooperativas, e os desafios enfrentados pelos sindicatos na contemporaneidade;
- Discutir a importância dos movimentos sociais na luta por justiça social e a relação entre os movimentos trabalhistas e outros movimentos sociais;
- Utilizar o texto de Harvey (2014) para analisar a relação entre os movimentos sociais e a luta pela cidade.

4.3. Encerramento: Retomar os objetivos da aula e sintetizar os principais pontos abordados.

5. RECURSOS

1. Computador com acesso à internet;
2. Slides;
3. Imagens de incentivação e síntese integradora;
4. Textos de Alves (2022) e Almeida (2019);
5. Chat/Fórum de discussão em plataforma LMS/EaD.

6. SÍNTESE INTEGRADORA

Apresentação de um conjunto de imagens de manifestações históricas com síntese a respeito dos assuntos abordados em aula.

7. AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada através da participação dos alunos nos fóruns de discussão.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HARVEY, David. **Reivindicando a cidade para a luta anticapitalista**. In: HARVEY, David. **Cidades Rebeldes. Do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2013, p. 209 - 272.

Professor:

Prof. Dr. Uilmer Rodrigues e Prof. Dr. Ricardo Alexandrino

Área de Conhecimento:

Geografia e Trabalho

Data:

/ /

Carga Horária:

3h/a

Aula:

09 – Futuro do Trabalho

1. OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Objetivo Geral: Analisar as transformações do mundo do trabalho no século XXI, compreendendo os impactos da tecnologia, as novas formas de trabalho e os desafios para o futuro do emprego.

Objetivos Específicos:

- Identificar as principais tendências que moldam o futuro do trabalho, como a automação e a inteligência artificial.
- Analisar as novas formas de trabalho, como a economia colaborativa e o trabalho remoto.
- Avaliar os desafios e as oportunidades do futuro do trabalho e discutir a necessidade de novas políticas públicas.

2. ESQUEMA DE CONTEÚDO

Tema central: O Futuro do Trabalho: Desafios e Oportunidades

Subtemas: 1. Automação e inteligência artificial: impactos no mercado de trabalho; 2. Novas formas de trabalho: economia colaborativa, trabalho remoto e gig economy; 3. Desigualdades e precarização do trabalho no futuro; 4. Políticas públicas para o futuro do trabalho: educação, qualificação e proteção social.

3. MOBILIZAÇÃO/INCENTIVAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM

A incentivação será realizada por meio de:

3.1 Perguntas instigantes: “Como a tecnologia está mudando a forma como trabalhamos?”; “Quais os benefícios e os desafios das novas formas de trabalho?”; “Como nos preparar para o futuro do trabalho?”.

3.2 Imagens: Duas imagens que representem o futuro do trabalho (1. home office; 2. uso de I.A.).

4. METODOLOGIA/DESENVOLVIMENTO

4.1. Incentivação: Iniciar a aula com a apresentação das imagens e a discussão das perguntas instigantes.

4.2. Desenvolvimento da aula:

- Apresentar as principais tendências que moldam o futuro

do trabalho, como a automação, a inteligência artificial e a digitalização;

- Analisar as novas formas de trabalho, discutindo seus impactos no mercado de trabalho e nas relações de trabalho;
- Abordar os desafios do futuro do trabalho, como a desigualdade, a precarização e a necessidade de novas habilidades;
- Apresentar as perspectivas para o futuro do trabalho e discutir a importância de políticas públicas para garantir um futuro mais justo e equitativo.

4.3. Encerramento: Retomar os objetivos da aula e sintetizar os principais pontos abordados.

5. RECURSOS

1. Computador com acesso à internet;
2. Slides;
3. Imagens de incentivação;
4. Textos de Pero (1996) e Ramos e Weber (2017);
5. Chat/Fórum de discussão em plataforma LMS/EaD.

6. SÍNTESE INTEGRADORA

Apresentação de um brainstorm sobre os pontos abordados na aula com apresentação de perguntas relacionadas que permitam a reflexão posterior e a assimilação do conteúdo.

7. AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada através da participação dos alunos nos fóruns de discussão.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PERO, Valéria. **O fim dos empregos**. Resenha bibliográfica:

RIFKIN, Jeremy. O fim dos empregos. *Pesq. Plan. Econ.*, v. 26, n. 3, p. 549 - 558, 1996.

RAMOS, Ângelo Felipe Zuchetto; WEBER, Josnei Machry. Nova divisão internacional do trabalho e terceirização: da centralidade da categoria trabalho à flexibilização dos direitos dos trabalhadores. *Anais do VIII Simpósio Iberoamericano em Comércio Internacional, Desenvolvimento e Integração Regional*, 2017, p. 1 - 16.

Professor:

Prof. Dr. Uilmer Rodrigues e Prof. Dr. Ricardo Alexandrino

Área de Conhecimento:

Geografia e Trabalho

Data:

/ /

Carga Horária:

3h/a

Aula:

10 – Geografia do Trabalho no Brasil

1. OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Objetivo Geral: Analisar as características do mercado de trabalho brasileiro, identificando seus desafios e perspectivas, e avaliando o papel das políticas públicas nesse contexto.

Objetivos Específicos:

- Identificar as principais características do mercado de trabalho brasileiro, como a dualidade e a informalidade.
- Analisar os desafios enfrentados pelo mercado de trabalho brasileiro, como o desemprego, a subutilização da força de trabalho e a desigualdade de renda.
- Avaliar as políticas públicas para o trabalho no Brasil e suas contribuições para a melhoria das condições de trabalho.

2. ESQUEMA DE CONTEÚDO

Tema central: Mercado de Trabalho Brasileiro: Características, Desafios e Perspectivas.

Subtemas: 1. Histórico da formação do mercado de trabalho brasileiro; 2. Dualidade do mercado de trabalho: formal e informal; 3. Desafios contemporâneos: desemprego, subemprego e informalidade; 4. Políticas públicas para o trabalho no Brasil: avaliação e desafios; 5. Perspectivas para o futuro do trabalho no Brasil.

3. MOBILIZAÇÃO/INCENTIVAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM

3.1 Perguntas instigantes: “Quais as principais diferenças entre o mercado de trabalho formal e informal no Brasil?”; “Quais os desafios enfrentados pelos trabalhadores brasileiros?”; “Como as políticas públicas podem contribuir para melhorar as condições de trabalho no país?”.

3.2 Cartograma/Infográfico: Distribuição do trabalho no Brasil (Censo 2022, IBGE).

4. METODOLOGIA/DESENVOLVIMENTO

4.1. Incentivação: Iniciar a aula com a apresentação do cartograma/infográfico e a discussão das perguntas instigantes.

4.2. Desenvolvimento da aula:

- Apresentar um breve histórico da formação do mercado de trabalho brasileiro, destacando as principais transformações ocorridas ao longo do tempo.
- Analisar a dualidade do mercado de trabalho brasileiro, contrastando o setor formal e o informal em termos de direitos trabalhistas, remuneração e condições de trabalho.
- Discutir os desafios contemporâneos do mercado de trabalho brasileiro, como o desemprego, o subemprego e a informalidade, relacionando-os com as características do modelo de desenvolvimento do país.
- Avaliar as políticas públicas para o trabalho no Brasil, destacando seus avanços e limitações.
- Apresentar as perspectivas para o futuro do trabalho no Brasil, considerando as tendências globais e os desafios específicos do país.

4.3. Encerramento: Retomar os objetivos da aula e sintetizar os principais pontos abordados.

5. RECURSOS

1. Computador com acesso à internet;
2. Slides;

3. Cartograma/Infográfico para incentivação;
4. Texto de Maia (2009);
5. Chat/Fórum de discussão em plataforma LMS/EaD.

6. SÍNTESE INTEGRADORA

Apresentação de um mapa mental sobre as principais características do mercado de trabalho brasileiro e os desafios para o futuro.

7. AVALIAÇÃO

- **Participação:** Participação dos alunos nos fóruns de discussão.
- **Produção textual:** Texto reflexivo sobre as perspectivas para o futuro do trabalho no Brasil e o papel das políticas públicas.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MAIA, Alexandre Gori. Geografia do trabalho no Brasil. Confins [Online], n. 6, 2009, p. 1 - 21.

SOBRE OS AUTORES

Prof. Dr. Uilmer Rodrigues Xavier da Cruz

Residência pós-doutoral internacional em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidad Nacional de La Matanza-Argentina (2024) - Supervisionado pelos professores Dr. Ricardo Alexandrino Garcia e Dr. Martín Andrés Díaz - Bolsista Programa Institucional de Pós-Doutorado - PIPD Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Doutor em Geografia (Geografia Aplicada e Geotecnologias) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2024) - Bolsista Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) (2019 a 2024). Mestre em Geografia (Geografia e Relações de Poder) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (2019), Graduação em Pedagogia, Letras e Matemática pelo Centro Universitário Venda Nova do Imigrante. Graduação em Geografia - Ênfase em Sistemas de Informações Geográficas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) (2008). Atualmente é pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Resíduos Sólidos - (UEMG) e do Laboratório de Estudos Territoriais (LESTE/IGC/UFMG) - Geografia Aplicada. Interesse de investigação: Rede de reciclagem, cadeia globais, circuitos da economia urbana, produção social do trabalho, narrativas do poder e espaço, políticas públicas de coleta seletiva, gestão integrada de resíduos sólidos, tecnologias sociais para gestão integrada de resíduos sólidos, economia do conhecimento,

plataformas digitais. Atuou como Geógrafo e Diretor de Tecnologia e Geoprocessamento no PANGEA Centro de Estudos Socioambientais, no âmbito de vários projetos de pesquisa executados na instituição compreendidos entre os anos de 2008 a 2019, sendo eles: Projeto CATA-Bahia - BA, Catadores e Catadoras em Rede Solidária - CRS RJ. Em 2013, no Rio de Janeiro, tive a oportunidade de trabalhar no fechamento do Lixão de Gramacho e na construção do Polo Reciclador.

Prof. Dr. Ricardo Alexandrino Garcia

Professor titular do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências (IGC) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com uma carreira consolidada em liderança e pesquisa. Desde 2010, atua como coordenador do Laboratório de Estudos Territoriais (LESTE/IGC/UFMG), onde desenvolve e promove projetos de alto impacto. Com experiência em gestão acadêmica inclui dois mandatos como Coordenador do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFMG (2015-2019 e 2023-2025) e dois como Subcoordenador do Programa de Pós-graduação em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais (2013-2015 e 2022-2023). Ocupou, também, posições administrativas como Subchefe do Departamento de Geografia (2014-2015) e Diretor do Instituto Casa da Glória (2010-2013). É editor-chefe do periódico Cadernos do Leste (ISSN 1679-5806), contribuindo ativamente para a divulgação científica. Sua formação é sólida e multidisciplinar: possui pós-douto-

rado em Geografia (2009), doutorado e mestrado em Demografia (2002 e 2000, respectivamente), pela UFMG, além de graduação em Psicologia pela USP (1995). Como líder do grupo de pesquisa em Geografia Aplicada (CNPq), possui grande experiência na orientação e publicação de trabalhos em diversas áreas, incluindo Geografia Econômica, Geografia da Saúde, Planejamento Urbano e Regional, Ciências Ambientais e Demografia. Suas áreas de expertise abrangem métodos de análise regional, modelos estocásticos, geoprocessamento e estudos sobre distribuição populacional e econômica.

Joel Raimundo de Araújo

Possui graduação em Turismo pela Faculdade Estácio de Sá de Belo Horizonte (2011) , graduação em Engenharia Mecânica pelo Fundação Universidade de Itaúna (2000), especialização em Gestão Gastronômica e Hoteleira pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC Minas (2013) , em Curso Técnico em Fundição pela SENAI - Departamento Regional de Minas Gerais (1993) , pela Escola Estadual João Dornas Filho (1984) , pela Escola Estadual Professora Celuta das Neves (1988) e pela Escola Estadual de Itaúna (1991) . Tem experiência na área de Engenharia Mecânica.

Pedro Henrique

Ferreira Martins

Tem experiência na área de Geografia, licenciado pela Universidade Federal de Minas Gerais, com participação nas atividades complementares: “Preparando-se para o mestrado”, “Desafios transdisciplinares em tempos de Inteligência Artificial”, “Debates sobre a regulação das plataformas digitais”, “Apresentação dos Programas de Mobilidade Internacional da DRI”, “Equipamentos Autônomos e Mercado de Trabalho na Mineração: Qual o Foco Para os Próximos Anos?”. Além de curso de Assistente Administrativo pelo Senac-MG.

Uriel Soares Valadares

Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais em andamento (2020-2025) Graduação em Arquitetura e Urbanismo na Fundação Mineira de Educação e Cultura- FUMEC em andamento, (2020-2025). Intercâmbio acadêmico, no âmbito do Programa MINAS MUNDI na Universität Augsburg - Uni-Augsburg, na Alemanha, durante o primeiro semestre de 2023. Bom conhecimento em sistemas de informações geográficas e bases de informação. Bom conhecimento em softwares do Pacote office além de capacidade técnica em softwares de desenho técnico, edição de imagens e modelagem 3D. Experiência no setor público na Prefeitura de Belo Horizonte com as atividades de auditoria fiscal de imóveis, coordenação de equipes, planejamento,

organização, trabalho em equipe, comunicação e experiência em atendimento ao público.

Edson José de Paulo Junior

Estudante da Universidade Federal de Minas Gerais do curso de Geografia, áreas na qual possui mais interesse são: Educação; Educação Ambiental; Ensino de Geografia; Análise do Discurso; Uso de tecnologia GIS;

Washington Malaquias Soares

Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Kivia Ranielly Costa

Possui graduação em Geografia/Licenciatura pela Universidade Federal de Minas Gerais (2024), mestranda no programa de Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe pela Universidade Estadual Paulista.

Deivid Filipe de Oliveira Almeida

Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Gabriel Victor Martins de Campos

Doutorando em Geografia pelo PPGGEA-UnB, mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU da FAUeD-UFU (2021), bacharel em Turismo pelo IGC-UFMG (2015). Faço parte do grupo de pesquisa ‘Arte, arquitetura e cidade’, vinculado ao Núcleo de pesquisa em Linguagens (NUPLI) da FAUeD-UFU. Atuei como estagiário no projeto piloto “Reinventando o Ensino Médio”, da SEE-MG, pela UFMG (2013-2014); e como bolsista de Iniciação Tecnológica e Industrial - A, do CNPq, no projeto “Acompanhamento e Avaliação de Obras, Serviços e Operações de Infraestrutura destinadas à Copa do Mundo 2014 em Belo Horizonte” (2014). Possuo interesse nos diversos temas que envolvem direito à cidade, produção do espaço urbano, economia política, epistemologia, culturas e manifestações populares, dentre outros.

Gabriel de Paula Oliveira

Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Marcela Peruzzo Souza

Minha ambição é transformar o mundo e as pessoas por meio da Educação. Até então, na minha trajetória na UFMG, as extensões que

participei me fizeram enxergar o meu propósito enquanto estudante e futura professora de Geografia, que está estritamente ligado a questões sociais e ambientais. Meu sonho? Contribuir para um sistema educacional integrado e voltado para a realidade das pessoas, por meio da tecnologia, gestão humana e desenvolvimento sustentável.

DOSSIÊ

GEOGRAFIA E TRABALHO

UILMER RODRIGUES XAVIER CRUZ

RICARDO ALEXANDRINO GARCIA

Org.

Deivid Filipe O. Almeida - Edson José de Paulo Junior

Gabriel de Paula Oliveira - Gabriel Victor Martins de Campos

Joel Raimundo de Araújo - Kivia Ranielly Costa

Marcela Peruzzo de Souza - Pedro Henrique Ferreira Martins

Uriel Soares Valadares - Washington Malaquias Soares



ISBN 978-65-5480-458-5



9

786554

804585